UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

ROCHELE FIORINI

TAKINÁ - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

NATAL - RN
2021

ROCHELE FIORINI

TAKINÁ - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos e Regionais.

Orientadora: Profa. Dra. Winifred Knox.

NATAL-RN

2021

ROCHELE FIORINI

TAKINÁ - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos.

Aprovada em 31 de maio de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

WINIFRED KNOX
(UFRN - Orientadora/Presidente)

JOANA TEREZA VAZ DE MOURA
(UFRN - Examinadora Interna ao Programa)

ANA GRETEL ECHAZU
(UFRN - Examinadora Externa ao Programa)

ANGELA CÉLIA SACCHI
(UFPE - Examinador Externa à Instituição)

NATAL/RN

2021

Emitido em 31/05/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22998/2021 - PPEUR (13.59)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/07/2021 08:57)
ANA GRETEL ECHAZU
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DAN/CCHLA (13.12)
Matrícula: 1344540

(Assinado digitalmente em 20/07/2021 08:26)
JOANA TEREZA VAZ DE MOURA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPP (13.33)
Matrícula: 1715135

(Assinado digitalmente em 20/07/2021 13:03)
WINIFRED KNOX
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPP (13.33)
Matrícula: 3180158

(Assinado digitalmente em 20/07/2021 10:32)
ANGELA CELIA SACCHI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: RESTRITO

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **22998**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **20/07/2021** e o código de verificação: **067c998164**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Fiorini, Rochele.
Takiná - Organização de Mulheres Indígenas do Estado de Mato Grosso: histórico, desafios e perspectivas / Rochele Fiorini. - Natal, 2021.
103f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.
Orientadora: Profa. Dra. Winifred Knox.

1. Movimento indígena - Dissertação. 2. Mulheres indígenas - Dissertação. 3. Associativismo e Gênero - Dissertação. I. Knox, Winifred. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 39-055.2(=1-82)

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração aos meus pais e meu irmão, que acreditaram em mim e me apoiaram desde a minha saída de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, com 22 anos de idade, para buscar oportunidades de trabalho e crescimento pessoal em Cuiabá, em Mato Grosso.

Agradeço aos queridos amigos Maria do Socorro e o Rui Bortolini, que fizeram o convite e me apoiaram na ida para Cuiabá para o trabalho com as populações indígenas e a Opan.

Aos colegas de trabalho da organização não governamental Opan, que me ensinaram o indigenismo, a antropologia, a sociologia e outras vivências pessoais que não tem nos livros, e sim na trajetória de vida de cada um.

Aos amigos que me apoiaram neste processo do mestrado, tanto nas discussões quanto nos momentos de desespero e de alegrias, em especial Catiúscia, Edison, Fernando, Rosa Maria, Silene Maria, Léo, Amanda, Jônia, Andreia, Dafne, Marcos, Carol, Adriana, Marco Aurélio, Jane, Roberta, Viviane e Adriany.

Aos professores da UFRN e colegas que me receberam muito bem e me ensinaram muito neste período, em especial à minha orientadora Profa. Dra. Winifred e à coorientadora Profa. Dra. Joana Moura, à secretária muito eficiente e querida Rosângela, às colegas de estudo e de apoio psicológico, às amigas Paula e Andrea.

Agradeço às mulheres indígenas de Mato Grosso e à organização Takiná, que abriram as portas e o coração para que eu pudesse conhecer, estudar e aprender com elas. As trocas nesse período foram gratificantes. Muito obrigada por permitirem que eu fizesse parte dessa história de coragem e luta! Vamos em frente, jamais vamos desistir!

RESUMO

A pesquisa desenvolvida teve como foco a primeira organização de mulheres indígenas, criada em 2009, no Estado de Mato Grosso, chamada Takiná, composta por mais de cem mulheres de 43 etnias e divididas em sete regionais. O tema da dissertação de mestrado é a organização e gestão adotadas pelas mulheres indígenas articuladas à questão de gênero na organização social indígena estudada. A investigação se dá sobre o processo de criação, sua história, problemas e gestão, trazendo problematizações e o apontamento de dificuldades que as mulheres indígenas enfrentam. Isso envolve a própria questão de gênero, as relações com o governo, a incidência em políticas públicas e as relações com atores do terceiro setor neste contexto. A metodologia utilizada tem uma abordagem etnográfica junto à associação, situada em Cuiabá, em Mato Grosso, através da observação participante durante as reuniões e encontros nos quais as mulheres estavam presentes, utilizando entrevistas semidirecionadas ou abertas com as associadas, além de pesquisas documentais e bibliográficas. A reflexão teórica possibilita um debate que coloca questões sobre o movimento indígena e de gênero relativo às mulheres indígenas, assim como o debate sobre a gestão social e dos direitos indígenas. Com isso, identificam-se as principais motivações que as mulheres tiveram ao criar a organização indígena estadual, refletindo sobre as formas que lançam mão para o enfrentamento e luta por seus direitos em contexto político não favorável. A pesquisa, ainda, se dedica à compreensão das principais demandas e dificuldades de implementação de políticas públicas a serviços dos direitos coletivos indígenas.

Palavras-chave: Movimento Indígena. Mulheres indígenas. Associativismo e gênero. Gestão social. Políticas públicas.

ABSTRACT

The research developed focused on the first indigenous women's organization, created in 2009, in the state of Mato Grosso, called Takiná, composed of more than one hundred women from 43 ethnic groups and divided into seven regions. The theme of the master's thesis is the organization and management adopted by indigenous women articulated to the gender issue in the indigenous social organization studied. The investigation is about the creation process, its history, problems, and management, bringing problematizations and pointing out the difficulties that indigenous women face. This involves the gender issue itself, the relations with the government, the incidence on public policies, and the relations with third sector actors in this context. The methodology used has an ethnographic approach with the association, located in Cuiabá, Mato Grosso, through participant observation during meetings and gatherings in which the women were present, using semi-directed or open interviews with the associates, in addition to documentary and bibliographic research. The theoretical reflection enables a debate that poses questions about the indigenous and gender movement concerning indigenous women, as well as the debate about social management and indigenous rights. With this, the main motivations that the women had in creating the state indigenous organization are identified, reflecting on the forms that they use to confront and fight for their rights in an unfavorable political context. The research is also dedicated to understanding the main demands and difficulties in implementing public policies that serve indigenous collective rights.

Keywords: Indigenous Movement. Indigenous women. Associativism and gender. Social management. Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das terras indígenas regularizadas. 27
Figura 2 – Cartaz da primeira Marcha das Mulheres Indígenas. 45
Figura 3 – Encontro no Portal do Encantado. 63
Figura 4 – Mapa de atuação da organização de mulheres indígenas Takiná. 72
Figura 5 – Organograma Takiná. 74
Figura 6 – Encontro na Aldeia Rio Seco em Juína (MT). 79
Figura 7 – Assembleia na Aldeia Munduruku em Juara (MT). 79
Figura 8 – Marcha das Mulheres em Brasília. 81
Figura 9 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT). 82
Figura 10 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT). 83
Figura 11 – Oficina na Aldeia Santana Nobres (MT). 84
Figura 12 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT). 84
Figura 13 – Roçado. 91
Figura 14 – Entrega de sementes às comunidades. 92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases do procedimento demarcatório de terras indígenas. 27
Quadro 2 – Cronologia da legislação indigenista no Brasil. 29
Quadro 3 – Principais incidências das mulheres e das organizações indígenas. 41
Quadro 4 – Principais eventos com a participação das mulheres indígenas. 44
Quadro 5 – Relação das organizações e departamentos de mulheres indígenas da Amazônia brasileira. 49
Quadro 6 – Relação das regionais e seus povos no MT. 71
Quadro 7 – Interlocutoras da Takiná - período de 2018 a 2021. 76
Quadro 8 – Encontros realizados pela Takiná. 77
Quadro 9 – Etapa 1 do planejamento estratégico (missão, visão e valores). 93
Quadro 10 – Etapa 2 do planejamento estratégico (análise de SWOT-FOFA). 94
Quadro 11 – Etapa 3 do planejamento estratégico (visão estratégica). 95

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CF	Constituição Federal de 1988
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COAMI	Comissão das Mulheres Indígenas
CRP	Conselho Estadual de Psicologia MT
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
FAB	Força Aérea Brasileira
FEPOIMT	Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
MAB	Movimento Atingidos por Barragens
MI	Movimento Indígena
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Sem-Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PGTA	Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio e posteriormente denominada
SUS	Sistema Único de Saúde
TAKINÁ	Organização das mulheres indígenas
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
UNI	União das Nações dos Indígenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 POVOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO 18
1.1 O ESTADO DE MATO GROSSO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL 18
1.2 OS POVOS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS 21
1.2.1 O território indígena e a política indigenista 25
2 O MOVIMENTO E AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS 32
2.1 ORIGEM DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL 32
2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS 41
2.3 QUESTÃO DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NÃO INDÍGENA E NA INDÍGENA 53
3 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS – TAKINÁ 62
3.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS TAKINÁ 62
3.2. FORMAS DE GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA NA TAKINÁ 73
3.3. AVANÇOS E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO TAKINÁ 77
3.4. PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DA TAKINÁ 90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
REFERÊNCIAS 102

INTRODUÇÃO

O que leva um grupo de mulheres indígenas de dezenas de etnias do terceiro estado do país, mais diversos culturalmente falando, a experimentarem um modelo de organização em torno de uma associação? Essa é uma pergunta central nesta pesquisa.

O movimento de organização da Takiná teve início, no ano de 2009, de modo pioneiro em Mato Grosso, repleto de elementos peculiares e determinantes para o enfrentamento dos vários obstáculos que fazem parte dessa história e que, por sua vez, também tem angariado conquistas relevantes para o movimento indígena. Esse longo processo tem tido, desde seus primórdios, o apoio de organizações da sociedade civil e de pessoas sensíveis às pautas emergentes no universo feminino dos coletivos indígenas, como eu.

Entretanto, a necessidade de investigar mais a fundo as características desse processo me levaram da condição de apoiadora enquanto membro de uma organização não governamental indigenista à de pesquisadora. Essa mudança de lugar de observação ocorreu em meio a profundas reflexões e dificuldades devido ao grau de envolvimento pessoal e profissional que originaram as provocações basilares deste trabalho, fazendo deste fato uma indissociável característica da análise realizada.

O tema da pesquisa surge a partir da experiência de trabalho iniciada, em 2002, na Operação Amazônia Nativa (OPAN), organização não governamental, fundada em 1969, na qual desempenhei funções na área administrativa e financeira, elaborando e implementando procedimentos internos ligados à gestão de projetos sociais. Esse trabalho incluía também participação em conselhos, como os de saúde indígena, além de assembleias dos povos indígenas e associações, entre os anos de 2002 e 2020.

A aproximação com organizações indígenas intensificou-se, a partir de 2008, quando me dediquei à facilitação de processos e formação técnica para a gestão de projetos sociais no Amazonas e em Mato Grosso. Em um desses trabalhos, tive a oportunidade de participar de encontros em Cuiabá e de apoiar a elaboração de projetos e gestão da primeira organização de mulheres indígenas de Mato Grosso, a Takiná, através de cursos de formação.

Uma vez que a atuação junto ao setor financeiro e administrativo de uma organização da sociedade civil, por si, não permitia um aprofundamento analítico acerca das questões que me incitavam à reflexão sobre o universo da Takiná, decidi ingressar no mestrado com o propósito de refletir a partir desse outro lugar de fala, agora como pesquisadora, para conhecer a Takiná através do seu histórico de atuação, bem como identificar o modelo e os desafios

vividos pelas mulheres para constituir uma organização estadual, conciliando essa nova atribuição à vida familiar e coletiva nas aldeias, ao mesmo tempo em que lutam pelos seus direitos e pelo acesso a políticas públicas.

A associação, neste caso estudado, teve que considerar aspectos étnicos, culturais e as dificuldades inerentes ao modelo criado por uma sociedade não indígena. Nesse sentido, a pesquisa revelou que aquelas mulheres têm capacidade técnica para desenvolver novos modelos, buscando seus objetivos principais que são a garantia de seus territórios e direitos na educação e saúde diferenciadas.

Na pesquisa, buscou-se um diálogo com outros autores no campo da antropologia e da sociologia, o que foi um desafio à parte. Além desse aspecto, a inserção da investigação no contexto da gestão de políticas públicas e Estudos Regionais e Urbanos contribuiu para ampliar olhares de reflexão, de utilidade também para a administração e gestão de associações.

A Takiná é atualmente composta por mais de 100 mulheres de 43 etnias, divididas em sete regionais no estado de Mato Grosso, um estado do Brasil pluricultural e multiétnico, apesar de o discurso oficial dar pouca importância aos povos indígenas e comunidades tradicionais que ali habitam. A Takiná tem como finalidade investir na formação e articulação das mulheres indígenas, buscando parcerias com instituições governamentais e não governamentais, visando o fortalecimento das mulheres indígenas em suas comunidades.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar o modelo de gestão criado e adotado pelas mulheres e o papel político da organização social indígena para entender melhor como se organizam.

Sendo assim, os objetivos específicos são os seguintes: a) investigar o processo de criação, gestão social tendo como pano de fundo a questão de gênero na Takiná; b) problematizar e apontar as dificuldades que as mulheres indígenas enfrentam visto a dimensão territorial da Takiná, o número de diferentes povos e a dificuldade de comunicação; e c) entender a dinâmica regional da organização indígena, a qual busca atuar na incidência de políticas públicas de estado como para saúde e educação.

Além disso, a hipótese considerada é de que as mulheres indígenas criaram a organização estadual para ser mais um mecanismo de defesa de seus direitos coletivos, bem como fortalecer o papel das mulheres dentro das comunidades.

Por meio da pesquisa, foi possível identificar quais são as lutas que foram priorizadas e elencar as que estão diretamente ligadas à questão do gênero feminino. A indagação sobre o modelo de gestão social adotado na Takiná se fundamenta na observação de que há necessidade

de adaptações dos modelos formais de gestão social que a literatura acadêmica estuda sobre as formas praticadas, investigando como foram sendo adotadas formas híbridas para atender as especificidades de cada povo.

De modo geral, podemos identificar que as demandas são ligadas à questão da garantia do território de seu povo e à sua demarcação, pois assim os indígenas, homens e mulheres, têm mais condições de sobrevivência. Também para as mulheres significa manter a qualidade de vida, melhorar a autoestima, garantir uma melhor geração de renda e soberania alimentar.

A relevância desta pesquisa para o Programa de Pós-Graduação de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é entender a importância da organização indígena nas dinâmicas territoriais e regionais que, no caso específico, tem buscado atuar na incidência de políticas públicas de estado para saúde e educação.

Nesse cenário, iremos identificar os desafios que as mulheres indígenas enfrentam ao criar a organização estadual, a questão de gênero, as perspectivas em relação aos modelos de gestão e a relação com a sociedade envolvente (parceiros e financiadores).

A Takiná busca fortalecer o papel da mulher indígena nos movimentos indígenas, unindo forças com as organizações de mulheres e homens que existem nas comunidades. A todo momento foi reforçado a ideia de que elas não buscam o distanciamento entre homens e mulheres, mas sim querem fortalecer a luta coletiva do povo indígena.

A metodologia utilizada foi qualitativa e com abordagem etnográfica, junto à associação, situada em Cuiabá, com a observação participante durante as reuniões, encontros e assembleia geral, onde as associadas estão presentes, utilizando entrevistas semidirecionadas ou abertas com as associadas, além de pesquisas documentais e bibliográficas. Foram realizadas 15 entrevistas com as mulheres da organização Takiná, pertencentes ao quadro diretor, conselho fiscal, coordenadoras regionais e associadas, além de mulheres apoiadoras, que foram realizadas durante os encontros e reuniões de 2019, início de 2020, na sede da associação em Cuiabá e em algumas aldeias. Todas foram gravadas por meio digital e depois transcritas.

Sobretudo, durante o período de março de 2020 a março de 2021, estava prevista a realização de entrevistas com pesquisa de campo nos encontros, assembleias e reuniões presenciais, mas em virtude da pandemia do vírus SarsCovid 2 no Brasil foi impossível realizar a pesquisa *in loco* nesse período. As comunidades indígenas que fazem parte da Takiná não possuem estruturas adequadas de comunicação, como internet que funciona nas regionais, por isso a pesquisa teve de ser redimensionada, não sendo possível obter mais entrevistas tanto quanto mais realização da observação participante. Por este motivo, o que a pesquisa conseguiu

construir até o momento foram as informações e análises que serão expostas ao longo deste texto. Não pudemos aprofundar conforme imaginado, em relação à identificação dos modelos de gestão das organizações, mas o que trazemos é a evidência de que as mulheres indígenas estão construindo seu modelo através de uma hibridização de modelos. Sendo isso um desafio para as mulheres indígenas mergulharem num campo de gestão administrativa e de projetos no sentido de se adequarem para concorrerem aos editais que a sociedade não indígena oferece, exigindo contrapartidas.

Outra dificuldade que tive durante a pesquisa foi a de encontrar teóricos que discutam as organizações indígenas na Amazônia brasileira, bem como a questão da diversidade das etnias envolvidas na Takiná. O objetivo principal das entrevistas foi entender como as mulheres se organizavam, o que elas enfrentavam nas aldeias e como elas desenvolvem os trabalhos dentro da associação. Depois, passamos a analisar os resultados das entrevistas com as reflexões teóricas.

Dessa forma, utilizou-se para a reflexão teórica clássicos do movimento indígena, da questão de gênero, das mulheres indígenas, direitos indígenas, da gestão organizacional e política. Com isso, pudemos identificar e apontar as principais motivações que as mulheres tiveram ao criar a associação, os processos de gestão de sua organização, o fortalecimento para o enfrentamento do contexto político, além de sua incidência política para suas causas.

Para Catiúscia Souza (2018), o movimento indígena configura-se como por um caráter étnico e identitário, mas possuindo também elementos novos como hibridismo cultural, a força e o poder de resistência diante do poder estatal, além da presença de demandas por participação e oportunidades políticas institucionais, e políticas públicas.

Segundo Daniel Munduruku (2012), o processo do surgimento do movimento indígena no Brasil tem uma lógica orquestrada pelo governo. Para Baniwa (2007), o movimento indígena é uma junção, ou uma tentativa de junção, dos modelos tradicionais e modernos de organização sociopolítica. Ou seja, é a união do modelo tradicional indígena com o modelo dos não indígenas. O modelo de organização indígena formal, enquanto modelo moderno apropriado ou mesmo copiado dos brancos, ao longo do tempo, foi sendo usado e modificado pelos povos indígenas, pela apropriação de outros instrumentos e tecnologias dos brancos, para defender seus direitos, fortalecer seus modos de vida próprios e melhorar suas condições de vida, estratégia que não significou aculturação, tornar-se branco ou deixar de ser índio.

Na questão de gênero, Sacchi (2014) afirma sobre a diferença entre o movimento das mulheres “brancas” que se refere às experiências históricas e sociopolíticas a que estão

submetidas. Os indígenas buscam a garantia e gestão de seus territórios, pois sem esses, não adianta lutar por direitos humanos e igualdade de gênero, visto ser esta uma questão estrutural a da demarcação e proteção de seus territórios.

Além desses autores, vamos utilizar outros de acordo com as temáticas analisadas. No contexto sobre o Movimento Indígena, vamos trabalhar com os autores que discutem essa temática como o indígena e antropólogo Gersem Baniwa (2007), a indigenista e socióloga Catiúscia Custódio de Souza (2018), Melatti (1980), o indigenista e antropólogo Rinaldo Arruda (2108), entre outros.

Na questão sobre Gênero, usamos a reflexão de autores como a antropóloga Ângela Sacchi (2003), a antropóloga e feminista Rita Laura Segato, além de Maria Ortolan, que discutem a questão de gênero nas comunidades indígenas, através de pesquisas etnográficas e de análises críticas dos modos de vida de cada grupo étnico. E, para a Questão Indígena, vamos trabalhar com a análise de Alcida Rita Ramos (1986) e Ricardo Verdum (2018), entre outros que discutem a questão dos povos indígenas e do indigenismo.

A dissertação resultou nos seguintes tópicos: a introdução, três capítulos e uma conclusão. Inicia-se contextualizando o leitor sobre os povos e território indígena no Estado de Mato Grosso. A ocupação territorial do estado, os povos indígenas e a política indigenista e a desintrusão da Terra Indígena de Marãiwatsédé serão um dos subcapítulos a serem discutidos neste trabalho.

No segundo capítulo, será abordada a questão do movimento indígena e o movimento das mulheres indígenas. Como surgiu este movimento, quais são as pautas discutidas, e como ele foi organizado pelos povos originários e o surgimento das organizações indígenas na Amazônia Legal.

No terceiro capítulo, estará analisando a Organização Indígenas de Mulheres Takiná de Mato Grosso, apresentando o seu surgimento, a trajetória, avanços e desafios e suas perspectivas vivenciadas pelas mulheres indígenas de diversas etnias.

Por fim, estão as considerações finais e as referências bibliográficas que fundamentaram esta pesquisa.

1 POVOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO

Este capítulo apresentará uma breve história do estado do Mato Grosso, o processo de colonização com sua população e a economia local decorrentes de seu processo de ocupação territorial que se deu majoritariamente no século XX. Desse modo, aborda-se também a política indigenista no estado do MG e a origem, o modo de vida dos povos indígenas, sua cultura e sua organização social, assim como o caso da desintrusão de terra indígena do povo Xavante de Marãiwatsédé.

1.1 O ESTADO DE MATO GROSSO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

O estado de Mato Grosso está localizado na macrorregião Centro-Oeste do Brasil e sua extensão territorial é de 903.207,019 quilômetros quadrados, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) com divisas com os estados de Goiás (a leste), Tocantins (a nordeste), Pará (ao norte), Amazonas (a noroeste), Rondônia (a oeste), Mato Grosso do Sul (ao sul), além de fronteira com a Bolívia (a oeste). Segundo o IBGE, em 2020, o Mato Grosso possuía 3.526.2202 habitantes.

A capital está localizada em Cuiabá, o estado de Mato Grosso com extensão territorial, segundo o IBGE (2019) é de 3.266,538 km² está habitado por 618.124 pessoas no ano de 2020, e possui 141 municípios na sua abrangência estadual. Em 1977, parte do estado foi desmembrado para a criação do Mato Grosso do Sul. O estado possui diversos rios, sendo que os principais são: Araguaia, Cuiabá, Rio das Mortes, Juruena, Paraguai, São Lourenço, Teles Pires e Xingu. O clima predominante é o tropical.

Segundo os dados do censo do IBGE, realizado em 2010, a população brasileira soma-se 211.755.692 milhões de pessoas. Ainda segundo o censo, 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias. Foram registradas no país 274 línguas indígenas. No Centro-Oeste do Brasil, a população indígena apresenta-se com 130.494. Em Mato Grosso, a população total de indígenas é de 51.696, segundo o IBGE (2010), isso representa 39,62 % da população do Centro-Oeste do Brasil (FUNAI, 2021).

Podemos observar que os destaques para o estado de Mato Grosso são focados no agronegócio e na agropecuária como um dos fatores que mais cresce e traz o maior PIB para o estado, no entanto, contribuem para o aumento do desmatamento e prejudicam os povos e territórios indígenas, principalmente os que fazem fronteiras com essas monoculturas.

Para Francisco (2021), a expansão da agropecuária nas últimas décadas do século XX, principalmente do cultivo da soja e a criação de gado, é a grande responsável pela destruição do meio ambiente. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no período de 2001 a 2004, foram desmatados 38 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica, este período foi o ápice de desmatamento no estado.

> A agropecuária é a economia estadual mais vinculada ao Estado. Essa atividade é responsável por 28,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado; o setor de serviços, que representa 55,5% extremamente dependente da agropecuária. O Mato Grosso é o maior produtor nacional de algodão – Dos 35 maiores produtores de algodão do país, 20 municípios são mato-grossenses. Destaca-se também a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas. (FRANCISCO, 2021, online).

Outra pesquisa recente, segundo Costa, Giusti e Bittencourt (2021), em 2019, houve um aumento no número de queimadas. Já para o período de 2020, o desmatamento foi o maior da década, atingindo 8.058 quilômetros quadrados, e a poluição das queimadas aumentou a incidência de doenças respiratórias.

Destaca-se que a agropecuária é uma das principais atividades econômicas do estado e o setor de serviços está ligado diretamente a esta atividade, como a comercialização de produtos e a instalação de hotéis e restaurantes, dando origem a novos municípios no estado.

Os principais cultivos são a soja, algodão, cereais, leguminosas, através de grandes aparatos tecnológicos disponíveis no campo, que, consequentemente, aumentam o lucro desses produtos. Segundo Francisco (2021), o estado é o maior produtor nacional de algodão, abrigando 20 municípios dos 35 maiores produtores do Brasil. Segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), em 2019, no estado de Mato Grosso, o agronegócio é responsável por 50,5 % do produto interno bruto (PIB) (AGRONEGÓCIO..., 2019).

Outro destaque é a fronteira agrícola, que é um dos fatores de maior fluxo migratório e aumentou nos últimos anos em Mato Grosso. A população do estado é formada por pessoas de diferentes composições étnicas. Segundo os dados do IBGE (2011), a distribuição é a seguinte: Pardos – 55,2%, Brancos – 36,7%, Negros – 7% e indígenas – 1,1%.

Além dos temas da agricultura e agropecuária, o turismo é uma das gerações de renda nas regiões de visitação do Pantanal e na região do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, trazendo milhares de visitantes e impulsionando o ecoturismo no estado.

Conforme a pesquisa demonstrou, a maioria dos habitantes são os pardos. A maior população indígena de Mato Grosso se concentra no Parque do Xingu. As etnias que vivem no parque preservam a tradição do Kuarup, ritual realizado em homenagem aos mortos.

O estado apresenta grande pluralidade cultural. Entre os elementos da cultura mato-grossense estão: o Cururu, o Siriri, o Rasqueado Cuiabano, o Boi, a Dança de São Gonçalo, a Dança dos Mascarados e o Congo. Mato Grosso ocupa a 11° posição no ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com média de 0,796, conforme Francisco (2021).

A colonização do estado foi realizada a partir de bandeirantes e outros exploradores no século XVIII que descobriram ouro na região. No início do século XX, a economia desenvolveu-se com base na agropecuária. No final da década de 1940, no período do pós-guerra, iniciou-se o processo de *colonização oficial* e ocupação territorial que atraiu expressivo contingente populacional de desempregados de outras regiões do país para Mato Grosso.

Em 1964, o Estatuto da Terra sinalizou a possibilidade do estabelecimento de princípios norteadores, capazes de tomar corpo e se consolidar em políticas agrárias e agrícolas para os produtores familiares do campo. Na prática, prevaleceram os interesses oligárquicos de segmentos rurais e urbanos que estiveram à frente do processo, conforme relata Carvalho (2019). A Lei foi regulamentada em 1968, pela Presidência da República e através dessa lei pretendeu-se regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (BRASIL, 1964).

Sendo assim, como a política vigente durante a Ditadura Militar, o estado de Mato Grosso, paralelamente ao processo de "modernização do campo", estimulou a colonização por particulares, nos anos 1970. Essa política de ocupação territorial possibilitou a transferência em massa de significativos contingentes de agricultores de outras regiões do país, principalmente do Sul e Centro-Sul, que adquiriram seus lotes nas áreas devolutas ou territórios dos povos indígenas. Mas devido à questão de a estrutura fundiária baseada em latifúndios permanecer, vários problemas surgiram:

> A consolidação da estrutura fundiária em latifúndios impediu, a um só tempo, a utilização econômica da terra, a expansão da agricultura familiar e o respeito às sociedades indígenas que tiveram expressiva parte de suas terras imemoriais invadidas e expropriadas. (BRUMER; TAVARES, 2000, p. 33)

Em 1970, a ideia era conjugar a construção da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163). Um projeto para interligar as demais regiões do Nordeste, a Transamazônica e a Cuiabá/Santarém, colonizando também as áreas de confluência dessas outras rodovias, beneficiando, sobretudo, o estado do Amazonas, Acre e outros territórios da região Norte, segundo Andrade (2019).

Durante a construção da BR-163, surgiram imediatamente as firmas de colonização particulares, que passaram a adquirir do estado ou de particulares ou mesmo sob a forma de

grilagem, grandes extensões de terras ao longo da referida rodovia para a colonização, atraindo basicamente pequenos e médios agricultores da região sul do país. Surgiram, assim, cidades como Sinop, Colíder, Alta Floresta, Terra Nova do Norte, Paranaíta, Sorriso, Nova Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Santa Rita do Trivelato, Vera, Juara, Nova Ubiratã, Novo Mato Grosso, Feliz Natal, etc. (ANDRADE, 2021).

Na cidade de Tangará Serra se encontra o antigo casarão do Marechal Rondon, um marco histórico que o tempo e o descaso estão assumindo, o mesmo durante algum tempo serviu de sala de aula para os filhos dos sem-terra. Em suas imediações foram construídos barracos de lona preta e folhas de babaçu, a forma de organização eram os núcleos de moradia e o trabalho era totalmente coletivo, posto que se desenvolvesse ali uma nova filosofia de vida, segundo Silva (1970, p. 13).

No auge da colonização, o sonho da terra estimulou a entrada dos ocupantes posseiros na área rural mato-grossense. De acordo com Carvalho (2019), em meados de 1980, tudo levava a crer que o conflito pela terra em Mato Grosso havia encontrado o caminho de solução. Assim, foi criado o I Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso (I PRRA-MT, dezembro/85) que apresentou em sua meta trienal a proposta para assentar 41.900 famílias em 2.094.500 ha. Em 1990, ano previsto para o término da execução da primeira fase do Plano, o Incra realizou apenas 23,46% das desapropriações, assentando 17,39% das famílias previstas.

1.2 OS POVOS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS

De acordo com Melatti (1980), no período colonial, a luta se fez com permissão do governo metropolitano e até a utilização de suas tropas. No século XVI, com a chegada dos primeiros bandeirantes, início da colonização, os índios entraram em conflitos com os brancos, os da região litorânea leste e sudeste do Brasil. No final do século XVI, quando os primeiros europeus chegaram à região do estado de Mato Grosso, a terra era habitada por uma grande diversidade de povos indígenas, pertencentes principalmente a quatro grupos linguísticos: tupi, macro-jê, aruaque e caribe. Muitos indígenas desapareceram nesses conflitos e guerras.

Para Melatti (1980), a política indigenista no período colonial, durante o governo português, oscilava entre os direitos dos colonos que queriam escravizar os índios, e os esforços dos missionários, que tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo e adotar costumes dos civilizados.

No século XVIII, a economia brasileira se caracterizou pela exploração de ouro,

acirrando mais o conflito nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Nessa época, começam a desaparecer os Kayapó do Sul que habitavam a região meridional de Goiás e Triângulo Mineiro, e no Maranhão os criadores de gado invadiram as terras dos Timbira.

Depois da Independência do Brasil, o Império não permitiu mais esse tipo de luta contra os indígenas.

> No século XIX, os criadores de gado avançam pelo Centro-Oeste e lutam com os Xavantes e Kayapó. No Século XX, em São Paulo, os construtores da Estrada de Ferro Noroeste lutavam contra os Kaingang. No Amazonas os seringueiros e os coletores de castanha mantinham lutas abertas com os indígenas em muitos locais da Amazônia brasileira (MELATTI, 1980, p. 180).

Pode-se perceber que os fatores que contribuíram para o desaparecimento dos indígenas no Brasil, foram as doenças levadas pelos não indígenas, como o sarampo e a gripe, a frente extrativista e a frente agrícola pastoral muito forte no estado de Mato Grosso.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente chamado apenas de SPI. Ao iniciar o governo republicano, seguiram-se lutas dos "civilizados" contra os índios com objetivo de despojar estes últimos de suas terras. Marechal Cândido Rondon se encontrava com indígenas nas suas expedições durante a instalação das linhas telegráficas entre Cuiabá e Amazonas. Ele conseguiu contatos pacíficos com os indígenas e foi convidado a assumir o SPI.

> Neste período surge uma nova política indigenista: os índios passam a ter o direito de viver segundo suas tradições; a proteção dada aos índios em seus próprios territórios; ficava proibida o desmembramento das famílias; garante-se a posse coletiva pelos indígenas das terras que ocupam e em caráter inalienável; garante-se a cada índio os direitos de cidadão comum, exigindo-se dele o cumprimento dos deveres segundo o estado social em que se encontram. Neste período a FUNAI não tinha representantes indígenas assumindo cargos, ficando assim à mercê da sociedade dominante (MELATTI, 1980, p. 189).

Além disso, em 1945, inicia-se uma inserção dos indígenas nas artes e ofícios civilizados, a fiscalização sobre a maneira como eram empregados como trabalhadores. Os indígenas ficavam sujeitos aos serviços públicos e aos serviços das aldeias mediante salários e a serviços militares, segundo Melatti (1980, p. 188).

Em 1952, o governo federal demarcou a primeira grande Terra Indígena denominada Parque Indígena do Xingu, sendo homologada em 1961, e a intenção da criação do parque foi proteger um importante complexo cultural dos povos indígenas. Criado através do Decreto nº 50.455, de 14/04/1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros, sua área correspondia a apenas um quarto da superfície inicialmente proposta. O Parque foi regulamentado pelo Decreto nº 51.084, de 31/07/1961; ajustes foram feitos pelos decretos nº 63.082, de 6/08/1968, e nº 68.909,

de 13/07/1971, tendo sido finalmente feita a demarcação de seu perímetro atual em 1978, segundo o Instituto Socioambiental ([s/d]).

Segundo Melatti (1980), em 1957, o cálculo feito pelo etnólogo Darcy Ribeiro, os indígenas estavam distribuídos em 143 grupos tribais, sendo que metade estava localizado na Amazônia. A sua distribuição era nos estados brasileiros, sendo que no Maranhão estavam concentrados a maioria com 94 grupos tribais, no Centro-Oeste com 34 grupos, sendo o mais habitado. No Amazonas e Minas Gerais, com 33 grupos, e no Pará, com 22 grupos tribais.

Contudo, a população indígena vem decrescendo de forma contínua desde a chegada dos europeus. Os principais motivos são as lutas com os brancos, as doenças contagiosas e a desorganização de sua sociedade.

Para Melatti (1980), os povos indígenas se organizam para a produção de seus alimentos através da caça, pesca, coleta e agricultura. A caça é uma atividade masculina, sendo individualmente ou coletivamente, variando de tribo para tribo as técnicas. A pesca também é de caráter coletivo, podendo variar de tribo para tribo, normalmente usam tingui e/ou timbó para pescar.

A coleta é a procura de frutas, caules, raízes vegetais, gafanhotos, larvas, formigas e produtos de origem animal, como o mel e ovos de tartaruga. Agricultura é outra técnica utilizada para a produção de alimentos, eles limpam o terreno, derrubam parte da floresta, depois dos troncos e galhos no chão, colocam fogo, queimando parte desses troncos, assim o terreno fica pronto para semear nas primeiras chuvas.

No entanto, outra prática muito utilizada pelos indígenas para a sua subsistência é a confecção dos artesanatos utilizados para caça e pesca, como os bastões de cavar, os arcos, flechas, bordunas, canoas, fornos de farinha. Hoje em dia já são substituídos por facões, machados de ferro, enxadas, cavadeiras e espingardas, conforme pesquisa de Melatti (1980).

> A divisão de trabalho nas comunidades indígenas é uma prática exercida por eles através das atividades que cada um vai realizar. Cada homem sabe fazer tudo que os demais homens fazem, assim como cada mulher sabe fazer tudo que as demais mulheres fazem, ou seja, existe uma divisão de trabalho por sexo, em algumas tribos. (MELATTI, 1980, p. 62)

Às mulheres, de modo geral, cabem as atividades culinárias, o cuidado com as crianças, o plantio e da colheita que partilham com os homens. Os homens são destinados às atividades guerreiras, de caça, a derrubada da floresta para o cultivo da lavoura, a pesca e a coleta do mel.

> A tribo é definida por uma série de características, ou seja, trata-se de um grupo de indivíduos cujos bandos ou aldeias ocupam área contígua, falam a mesma língua e têm os mesmos costumes. Geralmente não fazem guerra entre si, os grupos da mesma tribo. Os casamentos, via de regra, são feitos dentro dos limites da tribo (MELATTI, 1980, p. 71)

De acordo com o autor, as tribos não fazem guerras entre si e mantém os casamentos dentro dos limites que eles compreendem da tribo, hoje o cenário na maioria das comunidades indígenas é outro, podemos observar que os casamentos ultrapassam os limites das suas tribos.

Outrossim, as sociedades indígenas brasileiras não dispõem de uma divisão profissional de trabalho, pois sua população é pequena, reduzem o comércio entre seus membros, não são divididos em camadas hierárquicas, pois a sua tecnologia não permite a produção de alimentos em abundância, sendo dominada por todos os indivíduos, impedindo assim a formação de camada dominante constituída por guerreiros ou sacerdotes (MELATTI, 1980).

Para Melatti (1980), as comunidades são formadas por aldeias, sendo construídas pelos próprios indígenas, normalmente são em círculos, como por exemplo nos Borôro, os Timbira, os índios do Alto Xingu, os Yanomani da bacia do Rio Negro no Amazonas entre outros. Entre eles, a aldeia forma uma unidade politicamente independente, não se reconhece nenhuma autoridade mais alta que a do chefe. As atribuições dos chefes são diferentes de uma tribo para outra. O chefe é assessorado por um conselho, com seus poderes limitados, formado por homens mais experientes da aldeia ou por líderes das famílias de moradores da mesma comunidade.

Melatti (1980) traz as experiências e vivências das pesquisas realizadas na década de 1980, mas no atual século XXI podemos observar pelas vivências realizadas pelos indigenistas da Opan e pela minha vivência com eles, é de uma nova geração convivendo com o agronegócio, com a gerência de pedágios em terras indígenas, com geração de renda maior do que eles previam e isso gera uma disputa de poder acirrada entre os povos, exemplo vivido nas aldeias Parecis no Mato Grosso.[1]

Para Melatti (1980) os homens participam mais da vida política, já as mulheres ficam no plano doméstico da vida na aldeia. Os chefes da aldeia são formados por homens e somente eles são os que participam dos conselhos. A participação das mulheres na vida política é muito pequena nas sociedades tribais no que concerne a direitos políticos.

[1] PGTA Paresi elaborado por Opan (2019).

> Os povos indígenas acreditam em mitos e crenças, tendo uma outra visão de mundo. Os seus saberes indígenas, através dos conhecimentos e práticas tradicionais não estão presentes somente no combate às doenças, mas em outras atividades indígenas, como a caça, na pesca, na guerra, no preparo de alimentos, etc. As manifestações de arte tomam diversas formas nas diferentes tribos, tais como a confecção de artefatos de penas, cerâmicas, esculturas em madeira e pinturas corporais. Além dos cânticos, danças, confecção de utensílios usados nos rituais e casamentos (MELATTI, 1980 p. 149)

Os povos indígenas, através dos seus saberes, costumam ter uma outra visão de mundo. Suas relações com a doenças e atividades indígenas, são tidas como saberes tradicionais e são repassados de geração para geração.

No contexto atual, século XXI, e a própria Takiná, mostram que já temos algumas mulheres ocupando cargos de liderança nas comunidades indígenas, bem como em outros lugares que antes elas não ocupavam. A presença das mulheres, através do seu movimento nas comunidades, vem trazendo espaços de maior discussão e participação delas.

1.2.1 O território indígena e a política indigenista

A Constituição Federal de 1988 reconheceu aos índios, em seu artigo 231 e 232 e nos seus respectivos parágrafos, o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, consagrando o indigenato, reconhecendo que as comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo a defesa de seus direitos e interesses, dando status constitucional à capacidade processual aos indígenas.

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Percebe-se que a constituição não fala em tutela ou em órgão indigenista, mas mantém a responsabilidade da União de proteger e fazer respeitar os direitos indígenas. Apesar de não tratar de maneira expressa da capacidade civil, a Constituição reconheceu, no seu artigo 232, a capacidade processual ao dizer que “os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses”. Isso significa que os índios podem, inclusive, entrar em juízo contra o próprio Estado, o seu suposto tutor, segundo o Instituto socioambiental (s/d).

Entretanto, observa-se que o novo código civil de 2002 prevê a retirada dos índios da categoria relativamente incapazes e dispões sobre a capacidade de os indígenas serem regulamentados por uma legislação específica. Essa legislação específica que dispõe sobre os

direitos indígenas é o Estatuto do Índio que não foi aprovada. Em 1994, uma proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas foi aprovada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, mas encontra-se paralisada em sua tramitação.

Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), são consideradas terras indígenas depois da etapa do processo administrativo, conforme detalhamos abaixo o conceito e as etapas dos processos de identificação, demarcação e regularização das terras indígenas por esse setor ligado ao Ministério da Justiça.

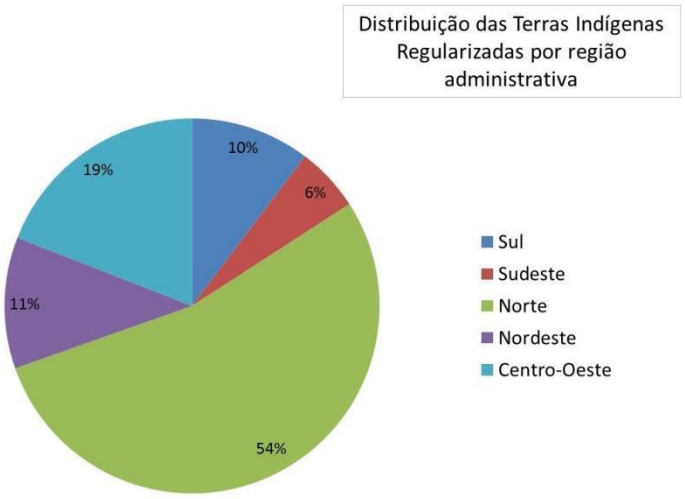
A Terra Indígena (TI), segundo a Funai (2021), é uma porção do território nacional, a qual após processo administrativo de regular a demarcação, conforme os preceitos legais instituídos, passa, após a homologação por Decreto Presidencial para a propriedade da União, habitada por um ou mais comunidades indígenas, utilizada por estes em suas atividades produtivas, reprodução física, culturais e bem-estar social. Trata-se assim, de um bem da União, e como tal é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis.

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6.001/1973 – Estatuto do Índio, Decreto nº 1775/1996), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

- Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n. º 1775/1996.
- Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Além disso, vale destacar que existem reservas indígenas, que foram reservadas pelos Estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, mas que hoje são reconhecidas como de ocupação tradicional.
- Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

No Brasil, hoje existem 488 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Este montante é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País, conforme a Figura 1 abaixo pode apresentar.

Figura 1 – Distribuição das terras indígenas regularizadas.



Fonte: dados da pesquisa.

A distribuição das terras indígenas regularizadas por macrorregião brasileira está mais concentrada na área Norte, seguida da área Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste, por consequência da sua distribuição de territórios no Brasil.

Por consequência do estudo das terras indígenas regularizadas, podemos apresentar no quadro abaixo as fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas, definidas por decreto da Presidência da República e atualmente consistem nas seguintes fases do processo detalhadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Fases do procedimento demarcatório de terras indígenas.

Em estudo: Etapa dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.	**Delimitadas:** Terras com os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.	**Declaradas:** Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para ser demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.
Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto.	**Regularizadas**: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.	**Interditadas:** Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

Fonte: dados da pesquisa.

No território nacional, somente a União pode estabelecer as reservas indígenas, áreas destinadas à posse e ocupação pelos povos indígenas, para que possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais, garantindo-se as condições de sua reprodução física e cultural.

Segundo a Funai (2021), para constituição das Reservas Indígenas, adotam-se as seguintes etapas do processo de regularização fundiária:

1) Encaminhadas com Reserva Indígena (RI): áreas que se encontram em procedimento administrativo visando sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação).
2) Regularizadas: áreas adquiridas que possuem registro em Cartório em nome da União e que se destinam a posse e usufruto exclusivos dos povos indígenas.

De acordo com a Funai (2021), dentro do departamento são desenvolvidas ações de gestão ambiental baseadas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012. A política tem como objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Outrossim, verifica-se que as principais ações desenvolvidas em gestão territorial e ambiental são a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), que são instrumentos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão das terras indígenas; a promoção e apoio ao controle social e participação indígena nas políticas públicas socioambientais; bem como a articulação com órgãos ambientais federais, estaduais e municipais para apoiar a gestão das terras indígenas em interface com outras áreas protegidas; a formação e capacitação de gestores indígenas e não indígenas; o apoio à implementação dos diferentes mecanismos de pagamento por serviços ambientais e o apoio a projetos de conservação e recuperação ambiental nas terras indígenas voltados à gestão de resíduos sólidos, recuperação de áreas degradadas, manejo ambiental, dentre outros.

No entanto, desde o século XVI, existem instrumentos legais no Brasil que definem e propõem uma política para os índios, fundamentados na discussão da legitimidade do direito dos índios ao domínio e soberania de suas terras. Os direitos dos índios ao território que habitam estão registrados em diferentes legislações portuguesas, envolvendo cartas régias, alvarás, regimentos etc.

Pode-se verificar que, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foram reforçados ou estabelecidos alguns princípios indigenistas, voltados para a prevenção de qualquer coerção ou violência aos índios, o respeito às instituições e valores indígenas e a garantia à posse de suas terras. Tendo como esses princípios, sendo transformados em políticas indigenistas através da proteção leiga aos índios pelo Estado.

As políticas indigenistas estavam voltadas para o estímulo ao trabalho e ao desenvolvimento de atividades produtivas, através da educação e treinamento dos índios e de seus filhos. O SPI acabou sendo extinto, nos anos 1960, por problemas de corrupção, esbulhos de terras indígenas etc. Em substituição ao SPI, pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo assim a política indigenista passa a seguir os princípios baseados na Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, sancionado pelo Estatuto do Índio, que estabelece a situação jurídica dos índios.

Por conseguinte, a política indigenista brasileira, até o ano de 1988, estava centrada nas atividades voltadas à incorporação dos índios à comunhão nacional, princípio indigenista presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 suprimiu essas normas, reconhecendo aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

No Quadro 2 apresentamos a cronologia da legislação indigenista no Brasil do período de 1609 a 1988 para situar o leitor sobre o processo de conquista da legislação:

Quadro 2 **–** Cronologia da legislação indigenista no Brasil.

ANO	**SITUAÇÃO**
1609	Em 30 de julho de 1609 a Carta Régia – definia que “os índios eram primários e naturais senhores de suas terras”, isso no período do Brasil Império.
1910	SPI – Serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais com o objetivo de “proteger os índios em seu próprio território” e funcionando como um marco na legislação indigenista.
1916	Em 06 de janeiro de 1916 a Tutela – código civil “incapacidade relativa dos silvícolas”. Este código foi revogado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
1934 e 1937	Constituições Federais essas constituições garantiram a posse das terras aos indígenas. Art. 129-34 e 154-37 – “Será respeitada a posse de terras silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-los.
1946	A Constituição Federal definiu o artigo 216 que diz: "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não transferirem”.
1967	Emenda constitucional de 1967 traz mudanças, além da posse, passava a reconhecer o direito ao usufruto. Art. 198 – “As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a êles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.
1967	Criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
1973	Estatuto do Índio – Lei nº 6001 – elaborado durante a Ditadura Militar, apresenta uma visão tutelar dos povos indígenas considerando os índios incapazes de tomar suas próprias decisões, outorgando ao Estado o poder de decidir por eles. O estatuto nunca foi propriamente revogado, mas algumas de

ANO	SITUAÇÃO
	suas disposições se tornaram inoperantes ao ser superadas pela legislação atual. Uma nova versão foi elaborada e entregue ao Congresso Nacional em 2009, mas nunca chegou a ser votada e aprovada.
1988	A Constituição Federal reconhece os povos indígenas como originários do país e dedica um capítulo específico para os direitos indígenas.

Fonte: Opan (2020).

Importante destacar, no Quadro 2, a evolução das etapas de consolidação da legislação no Brasil para os temas do indigenismo, houve a tentativa de garantir os direitos indígenas em diversos momentos da história do Brasil, principalmente na Constituição de 1988.

Para o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), o governo brasileiro Jair Messias Bolsonaro que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, traz muitos retrocessos para os direitos constitucionais já consolidados na sociedade frente à questão indígena. Num contexto de graves ataques a estes direitos fundamentais e de violências sistêmicas contra os indígenas, de invasões das terras, da tragédia ambiental pelos desmatamentos, incêndios, loteamentos de áreas públicas – somente o Poder Judiciário poderá impor limites ao governo e as suas teses genocidas que embasam a política indigenista (LIEBGOTT, 2020).

Com isso, os povos indígenas vêm lutando pelo direito à terra e de manter sua cultura dentro dos seus territórios tradicionais. Contudo, eles vêm vivenciando violações de direitos previstos na constituição federal e que não estão sendo cumpridos e nem respeitados pelos governantes federais.

Observa-se que o modelo predatório vem degradando a região do Cerrado e da Amazônia Legal e afetando diretamente a qualidade de vida da população indígena, que não consegue mais realizar seus rituais tradicionais, pois faltam peixes, convivem com o desmatamento crescente e as queimadas que prejudicam a saúde, o plantio. Além disso, os agrotóxicos usados nas plantações de grande escala chegam nas comunidades e prejudicam a saúde de todos.

Nas últimas décadas, acompanham-se inúmeras violências e descasos com as populações indígenas, muitas populações foram desaparecendo, retiradas de suas terras tradicionais e levadas para outros locais que não são de sua origem, bem como sofrendo grandes pressões de fazendeiros, posseiros, madeireiros e outros agentes externos que estão prejudicando a qualidade de vida das populações tradicionais.

Destaca-se a seguir um caso emblemático que aconteceu com o povo indígena Xavante de Marãiwatsédé, em Mato Grosso, nos últimos 20 anos, de muita luta para a retomada de seu

território tradicional ocupado por posseiros e fazendeiros, ocasionando sérios problemas para essa comunidade e que muitos governantes locais e empresários não apoiaram a luta pela retomada desse povo, sendo que o povo Xavante precisou contar com o Ministério Público Federal e de ONGs para conseguir provar na justiça o seu direito originário naquele local.

Segundo o relato de Boaventura Walua Xanon, no Plano de Gestão Territorial, o povo de Marãiwatsédé viveu muitos anos no território tradicional. Toda a população Xavante, em 1966, foi transferida com o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Depois de três dias houve uma epidemia, todo mundo adoeceu. Morreram muitas pessoas do povo Marãiwatsédé. Todos foram carregados em uma carreta e enterrados em um único 'buraco', sem caixão. Por isso, o grupo de Marãiwatsédé se espalhou por outras aldeias. Alguns foram para as aldeias Sangradouro, Couto Magalhães e Areões no Mato Grosso.

Além disso, o indígena Cosmé relata que, quando Damião Paridzané dormiu, ele sonhou em voltar para a terra de origem. Em 1983, formou um grupo em outra aldeia, chamada Areões, onde ficou um ano. Procurando mais lugares que servissem para formar uma aldeia, encontraram um dentro da Terra Indígena Pimentel Barbosa. Isso foi em 1984, quando fundaram a aldeia Água Branca. Ali viveram por 19 anos. Nesse tempo, Damião Paridzané já era cacique da aldeia, e como cacique seguiu no movimento de luta pela Terra Indígena Marãiwatsédé. Em 2003, os Xavantes tentaram ocupar a sua terra já oficializada e tiveram que acampar na estrada BR-158.

> Porque grandes fazendeiros, junto com posseiros, impediram que eles passassem e, assim, os Xavante ficaram acampados até 2004. Ainda no acampamento, três crianças morreram. Então, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa a favor da entrada na nossa terra, para que pudéssemos descansar. Isso foi no dia 10 de agosto de 2004, quando conseguimos entrar e descansar, mas ainda os grandes fazendeiros e posseiros estavam dentro da área indígena. Em 2013, houve um outro acontecimento: a desintrusão dos posseiros e fazendeiros, e o povo de Marãiwatsédé pôde ficar à vontade na terra indígena (XANON, 2016, p. 13).

Esse foi um dos relatos feitos pelos indígenas Xavantes da Terra Indígena de Marãiwatsédé que enfrentaram fazendeiros e posseiros que os proibiram de ficar em seu território tradicional, e mesmo assim os indígenas resistiram e conseguiram a desintrusão dos posseiros, em 2013.

Essa situação que aconteceu com os Xavantes é um dos muitos casos que aconteceram no estado de Mato Grosso por conta de posseiros e fazendeiros usufruir de terras que não são de suas propriedades, causar grandes desavenças e destruição de uma cultura e de um território tradicional que detém histórias, memórias, mitos, lembranças de uma cultura milenar que não pode ser destruída por interesses econômicos e políticos.

Portanto, após a realização do Plano de Gestão até os dias de hoje, o povo Xavante de Marãiwatsédé vive em seu território cultivando alimentos para o sustento, com destaque para o grupo de mulheres coletoras que trabalha com sementes nativas que possibilitam a sustentabilidade do território e a soberania alimentar. Além disso, o povo Xavante mantém as tradições com os rituais e as reuniões no Warã todas as manhãs realizadas pelos anciões.

2 O MOVIMENTO E AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

2.1 ORIGEM DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL

Falar da história do Movimento Indígena no Brasil é algo complexo pois são séculos de histórias com muitas disputas de territórios e sobrevivência física e cultural dos povos existentes diante do processo de colonização dos europeus. Significa também unificar uma história diversa frente à variedade de etnias e seus processos históricos específicos dos indígenas brasileiros. A intenção foi aqui unificar suas lutas em torno do território, da sobrevivência física e cultural, conforme Souza (2018).

Nesse sentido, mais recentemente, pode-se compreender que a atuação do movimento social indígena no território brasileiro teve como objetivo a luta e execução e o cumprimento de direitos assegurados, na CF 88, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais e pela Declaração dos direitos dos povos indígenas das nações Unidas, em 2007 (DDPI/ONU) (SOUZA, 2018).

> A história do Brasil registra enfrentamentos entre indígenas e não indígenas por todo o território, desde 1500, como a Guerra dos Aimorés na Bahia (1556-1567), a Guerra dos Potiguares na Paraíba e no Rio Grande do Norte (1586-1599) e o Levante dos Tupinambás no Espírito Santo e Bahia (1617-1621). Nos séculos XVI e XVII destaca-se a entrada dos bugreiros e as expedições civis militares de exploração e captura de indígenas pelo interior do País (SOUZA, 2018, p. 30).

Ao longo da história do Brasil o movimento indígena passou por enfrentamentos de diversas formas, como as guerras violentas e armadas, resultando em muitas mortes e alguns grupos de indígenas foram exterminados. Alguns grupos praticaram o suicídio coletivo sendo um exemplo de resistência da luta desses povos com os não indígenas invasores.

A partir dos anos de 1960, e com a Ditadura Militar, o processo de desenvolvimentismo brasileiro toma uma dimensão absurda, proporcionando a desapropriação de terras indígenas de forma indiscriminada. Com isso, nem o SPI conseguiu cumprir com seus objetivos de proteger os povos indígenas em seus territórios, pelas invasões desproporcionais às terras e o avanço do

capital, levando o órgão a sua extinção. (SOUZA, 2018, p. 32).

Em 1967, assumiu a Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, com objetivo de ser o agente tutelar dos povos indígenas e apoiar os projetos da frente nacional. Com isso, foi se afastando o Movimento indígena da participação na vida política brasileira.

No entanto, essas lutas entre indígenas e não indígenas colocaram os nativos em contato com culturas diferenciadas, causando problemas, mas também trazendo suporte para suas lutas de resistência.

> Essas diversas frentes de contato ou fricção étnica, como já afirmou Darcy Ribeiro, ao mesmo tempo em que antagonizavam as economias tradicionais dos povos indígenas, baseadas em sua grande maioria no chamado comunismo primitivo e causando inúmeros prejuízos e estas comunidades, também permitiam que estes povos e suas diversas lideranças entrassem em contato com a lógica da sociedade invasora, proporcionando contraditoriamente que estas lideranças ao se apropriarem desta nova realidade, criassem novas formas de lutas por meio de intensas reelaborações culturais e políticas. (BORGES, 2005, p. 44).

Desde a década de 1970, o movimento indígena articulou através de uma estratégia conjunta e articulada de lideranças, povos e organizações indígenas em volta de uma agenda comum de luta, a agenda pela terra, saúde, educação e outros direitos (SOUZA, 2018). Para a autora Tereza Cruz (2017), as assembleias de lideranças indígenas em várias regiões do país começaram com intuito de discutir e encaminhar as lutas pelos seus direitos, principalmente a retomada de seus territórios.

No Estado de Mato Grosso, em 1974, aconteceu o primeiro Encontro de Chefes Indígenas, contando com a participação de diversas lideranças indígenas de várias etnias tendo como principal objetivo a autodeterminação dos povos. Nesse momento, os líderes concluíram que poderiam assumir e resolver seus problemas sem o apoio da Funai, das igrejas e dos exploradores de seus territórios.

Portanto, esse encontro foi marcado como a luta contra o regime tutelar, ganhando força com o Movimento de Mobilização de 1978, com objetivo de intervenção nas políticas públicas contra o projeto de “emancipação do índio”, negando assim a sua identidade indígena, segundo Souza (2018).

Durante esse período, em todo o Brasil, foram realizadas diversas assembleias e mobilizações, e uma das resultantes foi a criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, na região Amazônica, reunindo diversos povos, uma das principais questões motivadoras para interferir na Constituinte de 1987, com ativas discussões políticas para a nova constituinte de 1988, eliminando a tutela do Estado sobre os indígenas brasileiros.

Destacamos a participação da liderança indígena Ailton Krenak que, mediante uma

emenda popular, garantiu a sua participação na tribuna, defendendo o reconhecimento e efetivação dos direitos indígenas.

No estado de Mato Grosso, o movimento indígena é muito reconhecido pela sua trajetória, desde os anos 1970, e a participação das mulheres indígenas foi fundamental para a mobilização e articulação, junto com os homens e lideranças indígenas do movimento.

As primeiras assembleias dos povos indígenas, em plena Ditadura Militar, foram apoiadas por organizações não governamentais (ONGs) para ajudar o movimento indígena na luta e conquistas pelo reconhecimento de suas terras e direitos e, no fim da Ditadura, contribuir para estabelecer direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988 (ARRUDA, 2019).

Assim, os povos indígenas criaram o Movimento Indígena no Brasil, sendo marcado por "diversas disputas sangrentas de territórios e sobrevivência física e cultural indígena diante do processo invasor e colonizador do Ocidente Europeu" (SOUZA, 2018, p. 29).

No estado de Mato Grosso, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Operação Anchieta (OPAN) organizaram a I Assembleia de Chefes Indígenas, em 1974, no município de Diamantina, que contou com a participação de lideranças dos povos Apiaká, Kayabi, Tapirapé, Paresi, Xavante, Bororo, Rikbaktsa, Nambikwara e Irantxe, discutindo problemas comuns que afetam os povos indígenas.

A Operação Amazônia Nativa (OPAN) é a primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969. O trabalho indigenista da Opan se fundamenta na ação direta por meio do convívio e envolvimento no cotidiano das aldeias, que são o núcleo orientador das propostas e dos projetos desenvolvidos pela instituição. A partir de uma atuação centrada na defesa dos povos indígenas, na garantia de seus direitos e na proteção de seus territórios, cultura, organização social e autonomia, a Opan realiza trabalhos de base junto aos povos indígenas em eixos como política, terra, educação, economia e saúde[2].

Outra organização indigenista do Brasil que participou das mobilizações indígenas, foi o Cimi, que é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

[2] A Opan opera com quatro enfoques estratégicos: I) Defender os direitos e incidir positivamente sobre políticas públicas que afetam os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios; II) Fortalecer os processos organizativos internos e a capacidade de articulação e interlocução dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; III) Ampliar e qualificar iniciativas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na gestão e proteção de seus territórios; e IV) Implementar processos organizativos internos, desenvolvendo capacidades e promovendo fortalecimento institucional.

Sendo criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a aculturação e integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

O Cimi assume como objetivo geral: testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo.

Essas duas organizações indigenistas, nos anos 1970, trabalhavam em conjunto para fortalecer o papel do movimento indígenas, pois viam que eles estavam isolados e sem forças para buscar defender os seus territórios. Muitos povos criticam a sua atuação, pois pensam que podem atrapalhar nas suas decisões que muitas vezes são contraditórias à opinião das ONGS. Como por exemplo o apoio ao desenvolvimento de técnicas do agronegócio em terras indígenas. Mas, para a maioria dos povos, a visão do apoio das ONGs é muito positiva, pois ajuda no crescimento de acordo com suas necessidades e pelo bem da população. Além de lutar juntos pela continuidade de direitos indígenas previstos na CF de 88.

No que diz respeito à relação entre organizações indígenas e indigenistas, podemos observar que por mais que as assessorias possam contribuir para o desenvolvimento das comunidades indígenas, conforme aponta Baniwa (1991), elas precisam ser mais pensadas a fim de não prejudicar a autonomia das organizações indígenas:

> Uma assessoria tanto pode contribuir para o retardamento ou impedimento da caminhada, como pode também contribuir maravilhosamente para encontrar caminhos mais viáveis e antecipar as conquistas. Sem dúvida, a assessoria é muito importante e valiosa, mas precisa ser suficientemente boa. Não é de menos que existem assessorias aos índios que estão ajudando a destruir as sociedades e impedindo sua organização e fortalecimento. É importante considerar que não existe assessoria passiva ou favorável ou é desfavorável às sociedades indígenas. O curioso, ainda, é que, na prática da luta indígena, o assessor (qualquer que seja) ganha mais poder de argumentação dentro das comunidades indígenas do que o próprio líder tradicional (talvez pelo sentimento de inferioridade). (BANIWA, 1991, p. 110).

Com base nas experiências vividas no campo e com entrevistas realizadas, pude perceber que essas parcerias se fazem necessárias e muitas vezes são demandadas pelas comunidades e associações, pois a contribuição e o olhar externo contribuem no processo, se

essas relações são de cooperação e não de dependência.

Já para o Daniel Munduruku (2012), o processo do surgimento do movimento indígena no Brasil foi uma reação ao regime militar:

> O movimento indígena surge como uma resposta dos povos indígenas à lógica da destruição orquestrada pelo governo militar e que respondia a uma exigência do modelo econômico vigente, que tinha como base o desenvolvimento a todo custo. O enfrentamento que foi proposto passava por um sonho de autonomia, de auto-sustentabilidade de autogoverno. E para que este sonho minimamente se confrontasse, foi necessário o domínio dos instrumentos próprios do Ocidente, que foram trazidos em grande maioria, pela escola e pelas religiões – aparelhos ideológicos do Estado – cada vez mais presentes nas aldeias indígenas brasileiras. (MUNDURUKU, 2012, p. 195).

Observa-se que para o autor o movimento indígena surge para dar uma resposta ao modelo desenvolvimentista no Brasil, que atropela os interesses das populações indígenas e somente aos interesses econômicos de algumas classes sociais.

Um outro fato marcante para o movimento indígena no Brasil, pela sua força e resistência, resultou na inclusão de um capítulo denominado Dos Índios, assegurando os direitos dos povos indígenas durante o processo da Constituinte de 1987, sendo promulgado com a Constituição Federal, em 1988. Os povos indígenas têm lutado historicamente no Brasil pela efetivação de direitos e contra a discriminação. Essa luta é resultado de um processo de construção de identidade que se baseia fundamentalmente no reconhecimento de injustiças sofridas cotidianamente.

No século XX, além de outros grupos sociais excluídos, os povos indígenas de norte a sul do país puderam criar suas organizações específicas e se articularam regional e nacionalmente nas lutas pela demarcação de seus territórios e pelo direito de serem diferentes, vivendo de acordo com seus modos de vidas tradicionais (CRUZ, 2017).

Segundo Baniwa (2007), o movimento indígena no Brasil pode ser definido por três períodos referenciais. Ele destaca esses períodos como sendo o primeiro período denominado Indigenismo Governamental Tutelar, com duração de um século, marcado pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Foi destaque nesse período a divergência institucional desses órgãos para a defesa dos territórios, bem como o não reconhecimento de suas identidades, baseadas nas políticas de extermínio. O autor afirma que a:

> Relativa "incapacidade indígena", surgiam tentativas de emancipação dos índios, como estratégias final de apropriação das terras indígenas e extinção definitiva dos povos indígenas, como grupos étnicos diferenciados, para se tornarem cidadãos comuns, acomodados nas camadas mais pobres e excluídos da sociedade brasileira, onde também deveriam ser excluídos e forçados a emancipação civil, o esquecimento de suas culturas, histórias e origens sociais. (BANIWA, 2007, p. 136)

O *indigenismo não governamental*, segundo o autor, seria o segundo período iniciado em meados da década de 1970, período marcado pela chegada de dois novos atores, como a Igreja Católica e a academia. No período, também surgiram várias ONGs que trabalham com a questão indígena, tais como o Cimi, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o ISA, a Opan e a Comissão Pró-Yanomami (CCPY). O apoio da sociedade civil destaca-se como importante para o processo de busca de autonomia do movimento indígena.

Nessa perspectiva, o terceiro período, para o autor, é chamado de *Indigenismo governamental contemporâneo* – pós-1988, que ocorreu com a expansão da relação do Estado com os povos indígenas, surgindo novos órgãos e ministérios que reformularam a política indigenista. Conforme Baniwa (2007, p. 136), "O marco mais importante desse período foi o fim da tutela e o reconhecimento da diversidade cultural e política indígena; afirma, porém, que essa mudança foi feita apenas teórica e juridicamente, porque na prática não foi superada".

Embora o governo brasileiro insista em não reconhecer o protagonismo indígena, as agências multilaterais e outros órgãos públicos demonstram relações políticas e operacionais diretamente com as comunidades e organizações indígenas.

Esse período foi marcado por grandes conquistas de direitos indígenas, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, em Genebra, e no Brasil, em 2004, que determina o direito ao controle social e a participação indígena nas instâncias decisórias sobre tudo o que lhes diz respeito. Proporcionou também uma abertura maior de lideranças no debate nacional e internacional.

Os povos indígenas puderam criar associações, organizações regionais, organizações estaduais, como pessoa jurídica, passando a poder entrar com capacidade civil em juízo, assim como receber recursos do Estado para desenvolver projetos nas comunidades. Isso gerou uma nova demanda para capacitação dos indígenas para gestão desses recursos. Nesse sentido, Daniel Munduruku destaca que, na década de 1990, foram atendidas as novas demandas para a política do Estado:

> O fato é que a década de 1990 tornou-se um momento importante para a consolidação de projetos destinados ao atendimento das novas demandas geradas pela política do Estado brasileiro. Diversos projetos foram desenvolvidos ou propostos pelas comunidades, especialmente aqueles voltados à proteção dos territórios já demarcados ou em processo de demarcação; projetos de desenvolvimento sustentável; formação

> de professores bilíngues; implantação de projetos de radiofonia; realização de cursos de formação profissional destinados à capacitação e treinamento de pessoal indígena para assumir serviços e funções dentro de suas próprias organizações, entre outros. (MUNDURUKU, 2012, p. 57).

Muitos projetos foram desenvolvidos neste período pelas associações e organizações para defender e proteger os territórios indígenas, além dos projetos de desenvolvimento sustentável e formações destinadas ao fortalecimento das associações para gerir seus projetos.

Nos anos 2000, o movimento foi marcado pelo protagonismo indígena, com grande atuação dos indígenas na Marcha Indígena, que percorreu todo o país, reunindo 3.600 pessoas, e culminou com a realização da Conferência Indígena, em Porto Seguro, sul da Bahia, onde os portugueses começaram a invasão em 1500. Tais acontecimentos faziam parte de uma mobilização maior que fortalecia outras correntes no movimento "Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular – Brasil, outros 500", segundo Munduruku (2012).

Outro marco importante na luta dos povos indígenas é o Acampamento Terra Livre, iniciado em 14 de abril de 2004 em Brasília, onde duas Kombis, um ônibus e alguns carros estacionaram em frente ao congresso nacional, onde todo o dia se manifestavam com vários povos indígenas para levar algum recado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No encontro estavam presentes os Makuxi, Wapichana, Ingarikó e Yanomami, de Roraima, aos Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, dos Potiguara do Rio Grande do Norte aos Apurinã do Acre, dos locais mais distantes do país (HECK; NAVARRO, 2004).

Os povos indígenas buscam através desses encontros apresentar as bandeiras de luta do movimento indígena para reivindicar seus direitos previstos na constituinte. Para garantir a sua existência e a luta pelos seus direitos previstos na Constituição, as organizações indígenas surgiram mais fortemente, nos anos 2001, como explica o antropólogo Gersem Baniwa (2012).

No entanto, as organizações e associações indígenas surgem, mais intensamente, nos anos 2000, e foram registradas com um número de 347 na Amazônia Legal (PDPI, 2001). Essas associações indígenas destacaram novas lideranças indígenas (professores, agentes de saúde, agentes ambientais etc.) buscando articular com o Estado e organizações não governamentais, assumindo assim um destaque principal na luta e forçando a repensar a relação, o papel e a função das entidades de assessoria e de apoio, assim como a relação com o Estado (BANIWA, 2012).

Além disso, muitas associações, foram criadas a toque de caixa, por não indígenas para que pudessem acessar recursos de compensação de grandes empreendimentos, bem como acessar recursos da saúde indígena pela Funasa, e não houve uma reflexão, não houve uma discussão interna com as comunidades sobre o papel do associativismo, o papel das organizações indígenas no contexto regional e nacional.

Nesses últimos anos, as organizações não indígenas começam a desenvolver cursos de formação para falar sobre o associativismo, sobre o papel da associação e de seus membros, para que serve uma associação, o estatuto, bem como devem proceder de acordo com a legislação, e muitas mulheres não eram alfabetizadas e tinham muita dificuldade de acesso às informações, e com esses cursos, possibilitou o acesso e o aprendizado por parte das mulheres indígenas sobre o conceito de associativismo e gestão social e política.

Verifica-se que, no início da criação das organizações indígenas, surgem dificuldades das organizações em compreender os modelos teóricos de administração e gestão ocidental, proposto pelas agências internacionais e governo local. Podemos analisar, de acordo com o autor, o papel das lideranças na gestão das associações:

> Os seus diretores e outras lideranças nem sempre estão familiarizados com as exigências legais para manter o funcionamento regular da associação, com o planejamento das atividades, captação, gestão e prestação de contas dos recursos e avaliação do resultado das atividades desenvolvidas e, por isso, não conseguem aproveitar todo o potencial que a associação tem para trazer benefícios para a comunidade". (STRABELLI, 2005, p. 156).

As exigências legais para manter o funcionamento das associações nem sempre são de conhecimento dos diretores indígenas, bem como o planejamento, captação e prestação de contas trazendo dificuldades para a gestão das associações.

Outrossim, as associações indígenas tiveram como objetivo, em sua maioria, prestar serviços de saúde indígena pelo governo federal, assim como a administração de recursos dos convênios. Destaca-se que, na luta do movimento indígena, a criação de uma educação especial indígena e o estabelecimento de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI/SUS) representaram grandes avanços para esses povos.

De acordo com a Opan, através do convênio, junto a Fundação Nacional da Saúde (Funasa/SUS), de 2001 a 2011, foram relatadas pelos seus dirigentes o desafio dos gestores indígenas dessas associações diante de convênios públicos e de uma responsabilidade que o governo transferiu para essas associações sem nenhum preparo técnico e administrativo.

Segundo Baniwa (2007), analisando o processo de "terceirização" do Estado para as organizações da sociedade civil, verifica-se que:

> É vergonhoso do ponto de vista político, técnico, administrativo e, principalmente, ético submeter a agenda do histórico movimento indígena à agenda discriminatória do governo, em troca de alguns milhares de reais que servem para minimizar os próprios erros e incapacidades do Estado (BANIWA, 2007, p. 140).

Observa-se que, conforme o autor mencionou, o Estado buscou "terceirizar" a

responsabilidade, que cabe ao próprio estado brasileiro de dar assistência básica em saúde para às comunidades indígenas, para o movimento indígena através das organizações não governamentais para assumir alguns milhares de recursos sem nenhum preparo jurídico e administrativo para essa responsabilidade.

Muitos desses casos, refletem na falta de preparo do governo federal em trabalhar com as populações indígenas, bem como o sucateamento da estrutura pública, principalmente no seu órgão principal, a Funai, o que dificulta a contratação de profissionais especializados para trabalhar nas aldeias, pela logística das regiões amazônicas e os custos a serem financiados pelo governo federal. Além disso, nota-se dificuldades no governo federal relativas às leis de concurso e licitações para a contratação de bens e serviços, demorando nas aquisições e prejudicando a vida desses comunitários.

Tivemos diversos exemplos de organizações indígenas que assumiram os convênios de saúde, no Norte e Centro Oeste do país, região onde estamos focando a pesquisa. Essas regiões dependem de barcos e aviões para chegar até suas aldeias, bem como precisam de equipes permanentes nas terras indígenas para assistir os pacientes em casa de necessidade. Pois se depender dos hospitais mais próximos para chegar com uma malária ou uma picada de cobra é possível que esses pacientes morram no meio do caminho, pois as distâncias são muito grandes a se comparar com centros urbanos.

E, no cenário atual de 2021, ainda se mantêm os contratos de prestação de serviços com organizações não governamentais que desenvolvem os trabalhos de saúde básica em terras indígenas, pois o Estado brasileiro não conseguiu se estruturar para assumir o seu papel segundo a Constituição Federal. As avaliações são diversas, pois ao mesmo tempo a autonomia dessas organizações não governamentais e os trâmites menos burocráticos para a aquisições de bens e serviços agilizam os trabalhos nas aldeias, diferente se fosse administrado pela máquina pública.

Nos últimos anos, percebe-se o retrocesso nos direitos constitucionais e nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas. A PEC nº 2015/2000, por exemplo, propunha a transferência da atribuição de demarcar terras indígenas e quilombos do poder executivo para o Congresso, essencialmente ruralista. Anos depois de ver o projeto arquivado, o governo Bolsonaro, por meio de medida provisória, transferiu a Funai para o Ministério da Agricultura no começo de seu mandato, o que foi revertido judicialmente.

Dessa forma, apesar de todas as formas de massacres e violências que acontecem desde os tempos coloniais, passando pelo Império e República, hoje, no Brasil, temos 305 povos indígenas, 274 línguas, com uma população de 896.900 pessoas (IBGE, 2010).

2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

O reconhecimento do papel das mulheres para a sustentabilidade, a defesa dos territórios e a igualdade de direitos tem se evidenciado em nível global. As mulheres indígenas são agentes fundamentais para a promoção da qualidade de vida, a partir das múltiplas funções que desempenham em suas comunidades, como mães de família, agricultoras, coletoras, artesãs, guardiãs do território, promotoras da cultura, professoras, lideranças, agentes de saúde.

No entanto, as atuais mudanças no contexto geopolítico ampliado têm afetado diretamente as chamadas "minorias", as últimas décadas foram marcadas pelo fortalecimento e o surgimento dos Novos Movimentos Sociais, em especial, o movimento de mulheres indígenas na América Latina.

No Brasil, o movimento de mulheres indígenas apresenta um repertório amplo e diversificado de discursos e demandas, que vão da luta pela demarcação e proteção dos territórios, a efetivação de políticas públicas para saúde e educação e a geração de renda e sustentabilidade ao combate mais específico às formas de violência contra a mulher. E, sobretudo, há reivindicação por espaços de representação e visibilidade que possam incidir politicamente sobre as decisões que dizem respeito aos territórios que habitam.

Com isso, as mulheres indígenas buscam o protagonismo e a participação em momentos históricos do movimento indígena. No Quadro 3, vamos apresentar as principais incidências das mulheres e das organizações indígenas no período de 1980 a 2019, no Brasil:

Quadro 3 – Principais incidências das mulheres e das organizações indígenas.

ANO	**EVENTO**	**CIDADE/ ESTADO**
1980	Surge a primeira Associação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro – AMARN.	Manaus/ AM
1986	1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena.	Brasília/DF
1988	A indígena Quitéria Binga Pankararu participou do ato para manifestar a preocupação pelos direitos dos povos indígenas e inserção dos artigos 231 e 232 na CF.	Brasília/DF
1990	A indígena Iracy Cassiano foi a primeira Prefeita do município de Baía da Traição.	Baía da Traição/PB
1994	A indígena Maninha Xucuru Kariri foi a primeira dirigente da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APINME).	Minas Gerais/MG
1996	1ª Conselho Nacional de mulheres Indígenas (CONAMI).	Manaus/AM
2010	A indígena Valda Ferreira lutando pelo povo, contra a tropa de choque da PM.	Manaus/AM
2015	Criação da União das Mulheres Indígenas do Brasil (UMIAB).	Manaus/AM
2015	A CNPI – aprova 10 propostas para mulheres indígenas.	Brasília/DF
2015	A indígena Célia Xakriabá torna-se a primeira Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais.	Minas Gerais/MG

ANO	EVENTO	CIDADE/ ESTADO
2016	A indígena Érika Negarote Garcez foi eleita a vereadora de Comodoro.	Comodoro/MT
2017	Primeira Plenária Oficial de Mulheres Indígenas no Acampamento Terra Livre (ATL).	Brasília/DF
2018	A indígena Sônia Guajajara é candidata a vice-presidente do Brasil.	Brasília/DF
2018	A indígena Joênia Wapichana é eleita deputada federal; (mandato 2019 – 2023).	Brasília/DF
2018	A indígena Chirley Pankará é eleita como deputada estadual.	São Paulo/SP
2019	1ª Marcha das Mulheres Indígenas.	Brasília/DF

Fonte: dados da pesquisa.

Todos esses eventos demonstram um marco e uma crescente participação das mulheres indígenas de Sul a Norte do país para ocupar espaços de representatividade antes não ocupados por elas, mas sim por homens.

Atenta-se que, no decorrer de três décadas, o protagonismo das mulheres indígenas vem aumentando gradativamente e se destacando nos diversos cenários brasileiros, desde assumir pastas nas áreas municipais, estaduais e nacionais, até mesmo como criar comissões ou departamentos que representam espaços políticos de discussões e incidências em políticas públicas.

Nos anos mais recentes, as linhas de financiamento de projetos têm ressaltado a pauta dos trabalhos específicos junto com as mulheres indígenas e as suas organizações. Por outro lado, elas respondem e ecoam as reivindicações dos próprios movimentos de mulheres indígenas. Algumas ONGs, como a Opan, no estado de Mato Grosso, têm atuado intensamente para responder a essas demandas, como na área técnica, política e juridicamente a formação de associações de mulheres de base local e regional, a exemplo da Takiná (Organização de Mulheres Indígenas Takiná), da Aimuruk (Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa) e da Thutãlinasú (Associação de Mulheres Indígenas Nambikwara).

Os processos formativos com enfoque no fortalecimento organizacional e associativo vêm sendo realizados de modo a que essas novas entidades possam acessar recursos e desenvolver projetos que atendam demandas comunitárias e de direitos. Intercâmbios e encontros voltados às mulheres indígenas em âmbito regional e nacional também têm sido apoiados – como os Encontros de Mulheres da Bacia do Juruena, o Encontro das Mulheres Indígenas do Noroeste de Mato Grosso e a Mostra Socioambiental Xingu-Araguaia.

Constata-se que, em âmbito comunitário e não institucionalizado, também são desenvolvidas ações que visam a promoção da autonomia da mulher indígena, como o fortalecimento do Grupo de Coletoras da TI Marãiwatsédé, consolidando alternativas de renda e de proteção territorial através de expedições de coletas. Apoiamos também, em 2019, o

encontro anual da Takiná, sobre o tema “Suicídio e valorização à vida”, realizado na aldeia São Domingos, em Luciara (MT), a Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF), e a Oficina sobre Violência contra mulheres e Lei Maria da Penha, na aldeia Santana, em Nobres (MT), conforme relatório técnico.

As mulheres indígenas vêm resistindo há 520 anos contra as violências causadas dentro e fora de suas comunidades tradicionais. De acordo com o IBGE (2010), dos 897 mil indígenas de 305 etnias, 448 mil são mulheres, que enfrentam violências de gênero. De acordo com relatório da ONU, assinado pelas pesquisadoras Reinholz e Marko (2020), as mulheres indígenas têm mais chances de ser estupradas que as demais.

As mulheres indígenas passaram a participar das discussões e dos eventos de reivindicação de temas mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro, como o direito ao território, saúde, educação escolar adequada, direito a um ambiente saudável, à proteção e ao apoio dos órgãos do Estado de defesa de direitos humanos. As mulheres indígenas acabam trazendo novas pautas e preocupações.

Na pauta do movimento indígena, elas trazem para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam. Os temas discutidos são sobre a violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar bem como a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos. Esses, entre outros temas, são inseridos junto ao movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas pelas mulheres indígenas (VERDUM, 2008).

Desde o final da década de 1980, as mulheres indígenas passaram a participar cada vez mais ativamente de reuniões nacionais e internacionais, como podemos observar pela fala do Verdum (2008, p. 10):

> Quando elas se reúnem, são mulheres de diferentes povos, contribuem para a troca de experiências e conhecimentos; propiciam meios para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações; bem como vêm fortalecendo a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública.

Nos eventos que elas participam, surgem reflexões e discussões para alinhar os principais problemas enfrentados pelas mulheres indígenas, seja em suas comunidades ou nas relações com diversos segmentos da sociedade civil e do Estado nacional brasileiro. As relações de gênero no meio indígena passam a ser uma questão tratada com prioridade pelas associações e departamentos de mulheres indígenas, que demandam ações concretas das organizações não governamentais (ONGs) e das agências governamentais e internacionais (VERDUM, 2008).

Podemos observar alguns dos principais eventos, a partir dos anos 2000, começam a reunir diversas mulheres indígenas do Brasil no movimento de luta pelos seus direitos, conforme destacamos no Quadro 4:

Quadro 4 – Principais eventos com a participação das mulheres indígenas.

PERÍODO	NOME DO EVENTO	LOCAL	TEMAS
Maio de 2001	Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)	Santarém/PA	Reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas.
Junho de 2002	I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI/Coiab)	Manaus/AM	Objetivo de defender os direitos e interesses das mulheres indígenas no âmbito local, regional, nacional e internacional
2004	III Encontro de Mulheres em Mato Grosso, organizado pelo Cimi onde participaram mulheres Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Arara, Myky, Umutina, Irantxe, Bororo, Nambikwara, Tapirapé e Karajá	Mato Grosso	Objetivo colher dados sobre a questão de gênero interna
Julho de 2004	I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas	Brasília/DF	Tema a "violência de gênero e políticas de segurança" e "a punição para os responsáveis pela violência doméstica, abuso sexual, e estupro contra as mulheres indígenas, discriminação"
1º e 2 de abril de 2006	I Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, participaram 28 mulheres indígenas de vários povos, representantes das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul e organizações indígenas	Brasília/DF	Discutir e debater a situação do movimento de mulheres indígenas no Brasil, realizar avaliação das políticas indígena de mulheres;
17 a 20 de dezembro de 2007	O Encontro Nacional de Mulheres e Jovens Indígenas, realizado pelo Ministério da Justiça, Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude, por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)	Cuiabá/MT	Encontro Nacional de Mulheres e Jovens Indígenas, teve a participação de cerca de 70 mulheres e jovens dos diversos povos indígenas do país
Início de 2007	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme)	Região NE	Primeiro encontro regional de mulheres ("guerreiras") indígenas

Fonte: Verdum (2008).

Identifica-se que o autor destacou os principais eventos, do período de 2001 a 2007, no Brasil, realizados por instituições parceiras da causa indígenas e com foco na luta pelos direitos das mulheres.

Outro destaque importante para o movimento indígena de mulheres foi a I Marcha das Mulheres Indígenas, em que se reuniram aproximadamente 2.500 mulheres de mais de 130

diferentes povos indígenas, realizada em Brasília, em agosto de 2019, representando todas as regiões do Brasil, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2019).

Figura 2 – Cartaz da primeira Marcha das Mulheres Indígenas.

Fonte: APIB (2019).

Além disso, aponta-se que um dos objetivos da Marcha foi discutir sobre a questão de saúde, educação, política e outras demandas, reunindo diversas mulheres de todo o país, e no decorrer do movimento, foi elaborado um documento final que apresentaram alguns destaques, conforme publicado no site da Apib (2019):

- Garantir a demarcação das terras indígenas, pois violar nossa mãe terra é violentar nosso próprio corpo e nossa vida;
- Assegurar nosso direito à posse plena de nossos territórios, defendendo-os e exigindo do estado brasileiro que proíba a exploração mineratória;
- Garantir o direito irrestrito ao atendimento diferenciado à saúde a nossos povos, com a manutenção e a qualificação do Subsistema e da Secretaria Especial Saúde Indígena (SESAI).
- Reivindicar ao Supremo Tribunal Federal (STF), que não permita, nem legitime nenhuma reinterpretação retrógrada e restritiva do direito originário às nossas terras tradicionais (Marco Temporal);
- Exigir que todo o Poder Judiciário que, no âmbito da igualdade de todos perante a

lei, faça valer nosso direito à diferença e, portanto, o nosso direito de acesso à justiça;

- Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos;
- Combater a discriminação dos indígenas nos espaços de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo;
- Defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e nutrida pelo espírito da mãe terra;
- Assegurar o direito a uma educação diferenciada para nossas crianças e jovens, que seja de qualidade e que respeite nossas línguas e valorize nossas tradições;
- garantir uma política pública indigenista que contribua efetivamente para a promoção, o fomento, e a garantia de nossos direitos, que planeje, implemente e monitore de forma participativa, dialogada com nossas organizações, ações que considere nossas diversidades e as pautas prioritárias do Movimento Indígena;
- Reafirmar a necessidade de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos nossos povos. As políticas públicas precisam ser pautadas nas especificidades, diversidades, e contexto social de cada povo, respeitando nossos conceitos de família, educação, fases da vida, trabalho e pobreza.
- Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres;
- Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres;
- Fortalecer o movimento indígena, agregando conhecimentos de gênero e geracionais;
- Combater de forma irredutível e inegociável, posicionamentos racistas e anti-indígena.

Destaca-se do documento final da marcha das mulheres, elaborado pelas lideranças, que os temas voltados aos direitos das mulheres – no que diz respeito a “promover o aumento da

representatividade delas nos espaços políticos dentro de fora das aldeias", "combater a discriminação dos indígenas nos espaços de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo" e "legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos nossos povos" –, são pautas incidentes nas discussões das mulheres indígenas em âmbito nacional e que buscam apoio ou a criação de políticas públicas que respeitem as especificidades, diversidades e a realidade de cada povo indígena.

Mas também se verifica a importância da participação das mulheres nesses encontros como formas de incidência política e militância, a fim de buscar melhorias para a qualidade de vida das mulheres e de sua comunidade, bem como a autonomia das mulheres indígenas. Além de ajudar no fortalecimento do movimento das mulheres indígenas e de suas comunidades.

Para Verdum (2008), fortalecer os processos regionais e articulá-los é fundamental, pois visam influir nas relações locais e nas políticas públicas, o que é o maior desafio. Com o propósito de garantir às mulheres indígenas autonomia de organização e na definição de prioridades, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), tornou-se uma aliada possível.

Outros avanços registrados no século XXI sobre a temática da questão das mulheres indígenas no Brasil, conforme Verdum (2008), foram:

- Em 2006, foi incluído no Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas, o que foi considerado um marco na história das políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988. Foi no programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Funai;
- Em janeiro de 2007, a Funai criou um departamento específico de mulheres indígenas, um feito no qual o Departamento de Mulheres (DMI) da COIAB teve papel decisivo;
- Na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instalada em julho de 2007, criou-se uma Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude. Ela foi integrada por membros indígenas e de governo mais diretamente envolvidos com as políticas sociais destinadas a essa parcela da população indígena.

Para Sacchi (2003), que estuda a questão de gênero e das mulheres indígenas,

> As políticas públicas e os projetos de desenvolvimento voltados aos povos indígenas também devem ser mais sensíveis às questões das mulheres indígenas. E atentar para o fato de que, os projetos, ao distribuírem papéis e responsabilidades, introduzem novos modelos nos relacionamentos entre homens e mulheres e, mesmo que haja um benefício advindo dos fatores da "modernização", são os povos indígenas quem devem decidir quais aspectos devem ou não ser preservados de acordo com sua organização social. (SACCHI, 2003, p. 97).

Muitos projetos passaram a incorporar trabalhos voltados às mulheres indígenas, pois perceberam a necessidade de participar mais dos processos envolvendo a vida nas comunidades. A participação delas na execução dos projetos é fundamental, pois elas costumam dominar os rituais, os ciclos de plantio, entre outras atividades de extrema importância nas suas famílias. Em alguns povos, as mulheres têm o papel geracional de assumir a função dos rituais, e isso traz uma força na sua atuação dentro da comunidade.

Para as mulheres indígenas, as relações de negociações e tomada de decisões com as agências de cooperação ainda são limitadas politicamente, pois esse foi um papel desempenhado pelos homens indígenas (SACCHI, 2003). Mas, atualmente, esse cenário vem mudando, uma vez que as mulheres têm buscado mais espaços públicos de articulação e posicionamento político.

Ademais, outro momento marcante para o movimento das mulheres indígenas foi a criação de organizações e associações formais para representar suas comunidades e captar recursos financeiros para apoiar seus projetos.

Baniwa (2007) afirma que surge, nas décadas de 1970 e 1980, um modelo de organização ou associação formal como um meio de mobilizar, articular e organizar como uma das estratégias desenhadas pelos indígenas para lidar com as mudanças e lutar por seus direitos. Para Baniwa (2007), a associação indígena não pode ser confundida com a organização tradicional, pois ela foi pensada para representar externamente o povo, pois internamente o modelo de gestão seguido é o tradicional e diferente do modelo que é criado para a representação indígena fora de suas comunidades.

Dessa forma, para o autor, o modelo tradicional de organização interna, de seguir regras de uma liderança, ou de tomada de decisões coletivas numa assembleia, por exemplo, são formas de se manter o modelo interno fortalecido. E para a representação externa, o modelo adotado é o das organizações formais, as que têm CNPJ e podem acessar recursos e têm mais legitimidade para os agentes financiadores ou órgãos do governo.

Na década de 1980, surgiram as duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de

mulheres indígenas na região amazônica: a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT), segundo Verdum (2008).

> A diversidade de formas organizativas dos povos indígenas em diferentes regiões do Brasil – de professores, mulheres, estudantes, de uma ou várias comunidades locais – mais de 20 são de mulheres. É na Amazônia brasileira que estão situadas a maior parte das organizações indígenas femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir e 1990 (SACCHI, 2003, p. 96).

A maioria das organizações indígenas femininas estão situadas na Amazônia Brasileira, buscando uma diversidade de formas organizativas em diferentes regiões, por diversos aspectos, tanto culturais como regionais. Isso faz com as organizações se complementam e busquem o melhor caminho para cada comunidade.

Além disso, uma outra pesquisa foi realizada pelo antropólogo Márcio Silva, em 2010, que observou que a criação das organizações indígenas fora na maioria delas pela necessidade de organizar um instrumento de representação política para a reivindicação de direitos territoriais e serviços de assistência (saúde e educação). Outras pela necessidade de dispor de um instrumento capaz de buscar recursos para o desenvolvimento de projetos de apoio à produção, geração de renda ou recuperação de áreas degradadas.

Na Amazônia Legal, podemos destacar as primeiras organizações de mulheres criadas na região, entre as décadas de 1980 e 1990:

Quadro 5 – Relação das organizações e departamentos de mulheres indígenas da Amazônia brasileira.

LISTA DE ORGANIZAÇÕES
Associação das Artesãs Poranga do Dabaru (AAPD)
Associação das Mulheres Indígenas de Assunção do Içana (AMAI)
Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN)
Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Bom Caminho (AMIABC)
Associação de Mulheres Indígenas Bakairi (AMIB)
Associação de Mulheres Indígenas do Baixo Içana (AMIBI)
Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté (AMIDI)
Associação das Mulheres Indígenas Kambeba (AMIK)
Associação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA)
Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista (AMICOP)
Associação das Mulheres Pataxó Comissão de Mulheres Indígenas do Leste (COMIL)
Comitê Intertribal de Mulheres Indígenas em Alagoas (COIMI)
Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI)

Fonte: Sacchi (2003, p. 109).

Evidencia-se o surgimento das organizações indígenas na Amazônia brasileira, nesse período de 1980 e 1990, pois foi o contexto pós-constituinte em que as mulheres indígenas perceberam a importância da luta por seus direitos, como território, saúde e educação.

Além disso, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) foi criado, em 25 de setembro de 1995, durante a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, em Brasília, com a participação de 50 mulheres de 28 etnias indígenas. Ele surgiu com o intuito de articular, promover, apoiar e defender os direitos das mulheres indígenas. (CONAMI, 2006).

No estado de Mato Grosso, começam a surgir as primeiras organizações de mulheres indígenas, em 2009, uma delas foi a organização de mulheres indígenas do Alto Xingu chamada Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas[3]. Seu principal objetivo era estimular a participação das mulheres no enfrentamento dos problemas que afligem suas comunidades e fortalecer o protagonismo das mulheres xinguanas na luta pela preservação da cultura e do meio ambiente, por saúde e educação de qualidade e terra para subsistência de suas famílias.

> A associação foi criada por necessidade das mulheres para que a gente possa ter voz através dela, que a gente possa levar a voz da aldeia para fora, para outros lugares, nós sentíamos excluídas. O nosso trabalho da associação, é o empoderamento das mulheres, queremos empoderar as mulheres através de formação e informações para as mulheres para que elas soubessem dos direitos delas do mundo de fora. Criamos a organização, não porque a gente não temos uma organização social, nós temos sim a organização social, cada povo e cada comunidade tem sua organização social, mas para a gente estar levando a nossa voz para fora do Xingu precisávamos criar a associação das mulheres que hoje é a Yamurikumã. (Kaiulu Rodarte Kamaiurá, informação verbal) [4].

Nesse mesmo ano, surgia a Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa[5], uma entidade sem fins lucrativos criada na Aldeia Primavera, na Terra Indígena Erikpatsa, município de Brasnorte/MT, fundada em 19 de agosto de 2009, com os objetivos a seguir:

- Promover a valorização das mulheres indígenas no que tange aos seus direitos sociais;

[3] Pesquisa realizada no site: https://www.facebook.com/yamurikuma/about/?ref=page_internal

[4] Atual presidente da associação, fala no seminário, 4 de fevereiro de 2020. Seminário “Mulheres Indígenas: lutas, protagonismo e autonomia” na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realizado nos dias 3 e 4 de fevereiro em Cuiabá em MT. O evento é um espaço para compartilhamento de reflexões das mulheres indígenas e dos desafios enfrentados por elas, além de abrir para debates sobre a atuação indigenista junto às mesmas. Estavam presentes representantes de diferentes etnias, movimentos e associações indígenas, além de indigenistas e antropólogas. O seminário foi organizado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), através do projeto Berço das Águas e pela Rede Juruena Vivo.

[5] Pesquisa realizada no site: https://www.facebook.com/100050685763999/posts/108059600893565

- promover a segurança alimentar e tradicional de suas comunidades, bem como estimular o uso da medicina tradicional com vistas à manutenção da saúde da população indígena;
- promover a utilização racional dos recursos naturais;
- incentivar as atividades culturais relacionadas ao manejo tradicional e uso sustentável da biodiversidade local;
- revitalizar as atividades e técnicas tradicionais desenvolvidas pelas mulheres indígenas;
- implementar ações que visem à educação e cultura dos indígenas;
- apoiar o fortalecimento institucional das organizações de mulheres.

Portanto, essas associações indígenas fazem parte da Organização de Mulheres Takiná, fundada em setembro de 2009, e os seus objetivos se assemelham ao da organização indígena de mulheres Takiná, sendo o foco em investir na formação e articulação das mulheres indígenas, buscando parcerias com instituições governamentais e não governamentais visando o fortalecimento dessas mulheres em suas comunidades.

Durante as entrevistas realizadas com as mulheres da diretoria e associadas da Takiná, os relatos, na sua maioria, davam conta que uma das lutas é a preservação da biodiversidade, que tem ligação íntima com a sustentabilidade social e cultural, a soberania alimentar e com a produção de seus artesanatos.

Através das entrevistas, pode-se observar que outro tema valorizado pelas mulheres são a geração de renda para ajudar no sustento da família, além de possibilidade de compra de artigos que promovam o sentimento de autoestima, como batons, esmaltes, roupas, shampoo, e outros itens ligados aos cuidados pessoais. Uma outra questão abordada é violência contra as mulheres, sentida dentro e fora das suas comunidades, tais como agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais.

Nesse contexto, as mulheres reunidas nos encontros passam a se sentir mais seguras para abordar esses temas, mesmo não sendo da mesma etnia, visto que muitos assuntos são delicados, como por exemplo a violência contra as mulheres. E isso tem sido promovido durante os eventos que a Takiná organiza uma vez por ano, bem como as palestras regionais demandadas pelas associadas.

Para Santos (2012), às mulheres indígenas buscam uma representação “ilimitada”, dentro e fora das suas comunidades, procuram autonomia e valorização dentro da sociedade em que

vivem, através das participações em assembleia, reuniões e encontros para tratar dos assuntos de relevância.

No Brasil, a participação das mulheres indígenas nos espaços públicos de discussão política em interlocução com as instituições não indígenas aumentou muito nas últimas décadas, bem como subiu a institucionalização das organizações políticas de mulheres indígenas e o debate sobre os direitos dessas mulheres (MATOS, 2012; SACCHI, 2003).

Após a criação da organização indígenas das mulheres, a Takiná, as reuniões são realizadas uma vez por ano para debater suas pautas e suas estratégias de atuação durante o período. São convocadas a participar todas as mulheres associadas, bem como as que gostariam de se associar. Além disso, a eleição para a diretoria ocorre de forma transparente e democrática. Ainda assim, encontramos casos de relações de poder e parentesco que influenciam diretamente nas indicações de lideranças.

A estrutura organizativa da associação é pautada pela descentralização política e administrativa. Ela é reconhecida pelas lideranças locais e tem legitimidade nas assembleias das comunidades. Existe muita dificuldade de articulações por falta de recursos financeiros, muitas vezes esses recursos ficam localizados somente na gestão administrativa e organizativa. (BANIWA, 2012).

As articulações externas realizadas pelas lideranças são formas de representação junto ao Estado, reivindicando políticas públicas e seus direitos previstos na Constituição. O governo brasileiro, nas primeiras décadas, atuava de forma assistencialista nas comunidades. Por exemplo, o governo brasileiro distribuía cestas básicas para as comunidades, ao invés de levar sementes ou condições deles plantarem nas comunidades, esse tipo de assistencialismo tem sido negado pelas lideranças.

Dessa maneira, precisa-se de medidas mais sustentáveis para as comunidades sobreviver, sem a dependência do governo ou das organizações não governamentais. Vimos acontecer, por exemplo, no período da Pandemia, quando o isolamento social foi determinado e as comunidades indígenas precisavam se isolar, pois possuem imunidade mais baixa, e com isso dificultou o acesso deles ao supermercado, sentindo a falta de cultivar mais alimentos do roçado para o sustento próprio, sem depender de agentes externos.

Ademais, existe uma outra forma de mobilização que acontece com as mulheres indígenas, por exemplo através da participação em conselhos tanto municipais quanto estaduais para a discussão de diversos assuntos na área da educação, saúde, soberania alimentar etc. Um desses espaços de debate é o conselho da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

(UMIAB) que tem como objetivo a luta pelo bem viver nas comunidades (IEB, 2021).

A maioria das associações e organizações foram criadas e registradas na Receita Federal, para buscar representação fora das suas aldeias, a fim de buscar projetos e outras parcerias para atender as demandas da sua comunidade. Não contam muito com o apoio da Funai, pois sabem que a entidade está passando por momentos de reformulações políticas e administrativas, e com dificuldades de recursos para investir na gestão das terras indígenas.[6]

Além disso, existiam nos governos anteriores de Lula e Dilma (PT) alguns espaços para as mulheres buscarem a sua representatividade dentro e fora das comunidades, pois existem muitos atores sociais inseridos dentro dos órgãos governamentais que estão sensibilizados pela causa, ou até mesmo estão dispostos a apoiar as mulheres na luta pelos seus direitos, basta que eles acessem esses recursos existentes.

A ocupação desses espaços políticos de debate e proposições possibilitam a inclusão de políticas públicas voltadas à temática indígena, bem como a pressão do movimento indígena sobre essas representações é muito maior, pois entendem que um indígena no Congresso Nacional deve ajudar mais os povos indígenas.

Diante desse cenário de dificuldades de participação e resistência do movimento das mulheres, elas continuaram lutando para ser uma referência no estado de Mato Grosso e constituíram, assim, através do seu estatuto, os objetivos e regras a serem desenvolvidas na instituição.

Entretanto, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), os espaços de representação pública, principalmente os conselhos foram extintos dificultando a participação democrática dos povos na luta pelos seus direitos, sendo que o governo está na contramão dos direitos e negligenciando as lideranças e organizações indígenas.

2.3 QUESTÃO DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NÃO INDÍGENA E NA INDÍGENA

O movimento chamado de feminismo teve início na Revolução Francesa, em 1789, pelo cenário social e político daquele período, passando a surgir um feminismo moderno. Nos Estados Unidos, a principal luta foi com relação à libertação da mulher, abordando o papel da mulher na sociedade. Mesmo com tantas lutas, às vezes de modo violento, as mulheres ainda

[6] A Funai nos últimos anos vem enfrentando um desmonte estrutural, tanto na contratação de pessoal, quanto em recursos financeiros para compra de equipamentos e insumos para acesso às terras indígenas, inviabilizando o trabalho in loco.

não eram consideradas capazes de exercer o papel atribuído aos homens na sociedade (CANCIAN, 2016).

Atualmente se questiona se o pensamento crítico construído a partir dessa matriz branca europeia e de mulheres letradas consegue abarcar a pluralidade das demandas de emancipação que envolve as mulheres trabalhadoras negras e indígenas. Muito tem sido produzido neste sentido, como a produção de Orozco, Paredes cujos lugares de fala são fora dessa referência branca europeia, uma importante contribuição pode ser encontrada nas reflexões de Machado, 2010, sobre os deslocamentos de práticas e saberes feministas, como interrogações brasileiras sobre estudos norte-americanos.

Segundo Goldenberg e Toscano (1992), os anos 1970 foram históricos para o movimento das mulheres, pois começaram a colocar na discussão pública desigualdades sociais geradas devido às diferenças biológicas naturalizadas pela sociedade brasileira entre homem e mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes. Esse período, segundo as autoras, é considerado o começo de uma época chamada de Novo Feminismo, que fez emergir uma organização de mulheres marcadas pela passagem do sufragismo, coordenada pela Bertha Lutz.

> Nos anos 80, o período foi marcado pela desmobilização do movimento das mulheres, mas por outro lado, na época da Constituinte de 88, foram inseridos direitos como a licença maternidade e o tempo de aposentadoria menor que os homens. Além de outras conquistas das mulheres que ocuparam espaços na Universidade, partidos políticos e profissões que somente os homens ocupavam. (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 231)

As mesmas autoras afirmam que, na década de 1990, houve um aumento da escolarização feminina e da estabilização democrática do país, e o movimento feminista foi se adaptando conforme a dinâmica da sociedade. Começaram a exigir maior participação na vida pública, podendo assumir cargos no legislativo. No século XXI, o movimento feminista provocou a inclusão de novos temas na agenda de discussão, como a diversidade sexual, racial e a questão da maternidade como uma obrigação.

Assim sendo, as mulheres foram cada vez mais conseguindo ocupar espaços públicos e o próprio mercado de trabalho, o que proporcionou mais autonomia e independência para fazer as suas escolhas, seja cuidar da casa e dos filhos ou sair para estudar e ter uma profissão. Ainda hoje percebemos as diferenças salariais entre homens e mulheres, pois existe um valor não pago no trabalho exercido pela mulher. Independentemente disso, as mulheres continuam lutando por igualdade social (SANTOS, 2012).

Para Paredes (2017, p. 3) *"El feminismo, para el feminismo comunitario, es la lucha de*

cualquier mujer, en cualquier parte del mundo, en cualquier tiempo de la história que lucha o se rebela ante un patriarcado que la oprime o la quiere oprimir"[7]*. Este conceito é muito usado pelas mulheres bolivianas.*

No Brasil, ainda não existe um consenso ou um conceito consolidado sobre o que significa o feminismo dentro das comunidades e para as mulheres indígenas brasileiras. É um assunto que está sendo discutido nas comunidades, nos eventos, mas não temos uma discussão avançada como nos outros países.

A autora defende que este conceito é usado por ser um feminismo dos povos, e não se compara com o feminismo dos coletivos e nem tampouco com o das intelectuais feministas da academia. Trata-se de um feminismo comunitário, dos povos.

> *El nuestro es un feminismo útil a la lucha de nuestros pueblos, porque el feminismo comunitario es el feminismo de los pueblos, cada vez es más claro que no tenemos nada que ver con las feministas ni con los colectivos de feministas, tampoco com intelectuales feministas ni académicas feministas que nos bautizan como feministas descoloniales, poscoloniales, feministas indígenas, nos dan el lugar de un sub feminismo; siempre hemos sido respetuosas y convocantes, pero cuando no se quiere reflexionar pues no se lo hace. Por hoy y hasta hoy estamos lejos de lo que dicen las académicas, las intelectuales y activistas feministas, pues el nuestro es feminismo comunitario de Abya Yala y vamos construyendo el feminismo comunitario del mundo y del planeta* (PAREDES, 2017, p. 2)[8].

Além disso, a autora defende este conceito do feminismo comunitário e traz as suas reflexões vivenciadas na Bolívia como um modelo do movimento que vem dando resultados positivos para aquele contexto das mulheres indígenas. Já no contexto do Brasil, pela multietnicidade e multiculturas dentro dos povos indígenas, o entendimento sobre o feminismo é diferente para cada povo e, muitas vezes, não é denominado dessa forma com essas mesmas características que a autora defende.

Pode-se refletir que numa comunidade você tem diferentes grupos: as mulheres idosas, as adultas e as jovens, esses três grupos com escolaridades diferentes, as que acessam a universidade terão um discurso diferente sobre a questão de gênero e a questão feminista, já as

---

[7] O feminismo, para o feminismo comunitário, é a luta de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento da história, que luta ou se rebela contra um patriarcado que a oprime ou que quer oprimi-la (PAREDES, 2017, p. 3, tradução nossa).

[8] O nosso é um feminismo que é útil à luta de nossos povos, porque o feminismo comunitário é o feminismo dos povos, é cada vez mais claro que não temos nada a ver com feministas ou coletivos feministas, nem com intelectuais feministas ou acadêmicos feministas que nos batizam como feministas pós coloniais, feministas pós-coloniais, feministas indígenas, eles nos dão o lugar de um sub feminismo; sempre fomos respeitosos e convocados, mas quando não queremos refletir, não o fazemos. Por hoje e até hoje estamos longe do que dizem os acadêmicos, intelectuais e ativistas feministas, porque o nosso é o feminismo comunitário de Abya Yala e estamos construindo o feminismo comunitário do mundo e do planeta (PAREDES, 2017, p. 2, tradução nossa).

mulheres que vivem na comunidade com sua cultura local elas têm uma outra visão. E qual é o discurso delas? É uma conformação desses dois discursos que têm, não é um discurso em comum.

Em adição, o movimento nacional das mulheres indígenas comunicou no último encontro nacional em Brasília, em 2019, que sobre a questão de gênero elas buscam a complementaridade, a conjunção de homens e mulheres trabalhar juntos, estamos atentos a todos os aspectos que envolvem as diversas violências, mas na maioria das comunidades elas têm um discurso de acordo com a sua cultura e o seu entendimento, não temos hoje um consenso dentro da Takiná.

Reflete-se que existe uma retroalimentação das jovens que vão para a universidade e discutem essas teorias, ao mesmo tempo levam para as mulheres mais velhas, e quando as mais velhas influenciam as mais novas pelos modelos que elas viveram. Isso é um modelo "o todo influencia a parte, e a parte influencia o todo".

Segundo Verdum (2008), nas décadas de 1970 e 1980, as questões de gênero no meio indígena brasileiro eram tratadas quase exclusivamente por lideranças femininas. Algumas mulheres acabavam se destacando e sendo acolhidas nas campanhas por direitos humanos na qualidade de vozes das comunidades e povos indígenas do país.

As mulheres já estiveram ou estão hoje presentes na Funai. Outras, vivendo nas suas comunidades de origem, tiveram a coragem e a habilidade de se fazer ouvir pelo Congresso Nacional, no meio indigenista não governamental, nos ministérios e secretarias estaduais e entre as agências cooperação internacional, governamentais e não governamentais, como a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), a Oxfam, a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), entre outras (VERDUM, 2008).

Nesse sentido, um estudo relevante sobre as mulheres indígenas revela que, entre o período de 2007 e 2017, segundo os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, a maioria entre 10 e 19 anos. Em muitos dos casos, o agressor não é uma pessoa próxima da família, segundo Reinholz e Marko (2020).

Esse estudo traz uma realidade vivida por algumas comunidades indígenas, principalmente depois do contato com não indígenas nas áreas, sendo para exploração dos minérios ou para a exploração turísticas, provocando mais assédio e violência contra as

mulheres jovens da comunidade, pois são agentes que prometem mais condições de sustento ou uma oportunidade de sair das comunidades e buscar uma vida melhor.

> As violências são o preconceito, racismo, assédio e a invisibilidade dessas mulheres, desse povo, que luta constantemente por suas terras, com suas demarcações, ficando mais complicado no contexto político atual, com os incentivos, como a mineração, exploração dos territórios, entre outros, propalados pelo presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2020, para exploração dos territórios indígenas (REINHOLZ; MARKO, 2020).

Observa-se, segundo os autores, que as terras não demarcadas as violências tendem a aumentar cada vez mais, principalmente na gestão atual, em que o governo é anti-indígena e fica incentivando a exploração de mineração, madeira e outros minérios nas terras.

Para Sacchi (2014), a diferença entre o movimento das mulheres "brancas" se refere às experiências históricas e sociopolíticas a que estão submetidas as mulheres. Os indígenas buscam a garantia e gestão de seus territórios, pois sem essa questão estrutural da terra não adianta lutar por direitos humanos e igualdade de gênero. Durante as entrevistas realizadas com as mulheres da organização Takiná, observamos que há diferenças nas maneiras de as mulheres indígenas dos diferentes grupos étnicos conceber a sua luta.

Além disso, em entrevista com a indígena Maria Elizandra, da etnia Boé-Bororo, podemos observar como se dá essa especificidade no entendimento que diz respeito aos direitos das mulheres.

> Eu achava que a mulher era ela, era deixada de lado, não tinha muita vez na fala, quando comecei a conhecer esses dois mundos. A mulher tem um poder na comunidade, é diferenciado, eu não posso colocar a forma da mulher indígena como o da mulher branca. Os homens têm mais vezes que as mulheres brancas. No povo indígena, acredito que esse feminismo que nós estamos procurando não é igual ao da mulher branca, porque da mulher branca, ela tem que buscar seus direitos. Da mulher indígena, não, ela já está lutando junto com os homens, porque são lutas iguais, pelos territórios pela os mesmos direitos (Informação verbal)[9].

Para Maria Elizandra, em outras palavras, as mulheres indígenas dentro das comunidades têm uma forma diferente de se organizar e de ter poder diante das divisões de trabalho, da organização da casa e das tomadas de decisões. Elas não participam das reuniões formais, mas opinam com seus maridos sobre os temas antes de eles irem para as reuniões e na volta delas. Essas mulheres lutam de forma igual com sua comunidade para o bem de todos eles, principalmente pela questão do território.

A autora busca entender melhor como se organizam a cultura do povo Boe-Bororo através do estudo etnográfico da antropóloga Viertler (1978), e afirma que a sociedade Bororo

[9] ELIZANDRA, Maria. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2019. 1 arquivo.mp4 (09 min. 41 seg.).

é matrilinear, isto é, a descendência se dá pela linha materna e os filhos pertencem ao seu clã. Embora isso não signifique que a sociedade seja matriarcal, as relações parentais e políticas se dão de forma diferenciada. Ela afirma que, nas práticas culturais, as mulheres se tornam ponto de referência em alguns rituais, acompanham cerimônias, participam de trocas e prestações de serviços entre os cunhados.

Todavia, cada povo tem uma forma de compreender a importância do papel da mulher na construção das relações sociais. Os gêneros masculino e feminino podem ser percebidos e significados de vários modos de acordo com cada povo, são contextos sociais diferentes.

No entanto, essa questão pode ser reconhecida na entrevista com a Adriana Bakairi, da TI Bakairi, declarando que a luta do feminismo na sociedade ocidental não é a mesma daquela que a Organização das Mulheres Indígenas Takiná vem desenvolvendo. Elas entendem que não há divisão entre homens e mulheres na luta pelo território, pela sustentabilidade social e ambiental e pela geração de renda.

> Na questão de gênero, a questão feminista, toda a bandeira de luta do feminismo ocidental tem trazido não se adequa ao nosso sistema indígena, porque não há uma divisão entre homens e mulheres, sempre em conjunto, é coletivo, a esposa e o marido. A mulher não tem voz, ela tem sim dentro de casa. A quem o marido vai recorrer quando tiver que tomar a decisão, a mulher é fundamental por causa disso, ela conversa direto com o marido, ela não fala no espaço público, são muito tímidas, são em casa tem o poder da fala e de decisão junto com o marido (informação verbal)[10].

De acordo com a fala da indígena, podemos perceber que não a questão do feminismo branco europeu não se parece com as questões vivenciadas pelas indígenas brasileiras, parece que mais do que competitividade, elas buscam a complementaridade entre homens e mulheres visto que são espoliados de seus direitos básicos de existência igualmente por isso buscam dividir tarefas e somar com suas diferenças.

Para as indígenas da Takiná o tema feminista não é discutido com muito aprofundamento e com um consenso na sociedade não indígena. As bandeiras discutidas no movimento feminista branco são diferentes das lutas pelas mulheres indígenas. A mulher tem voz dentro de casa e ajuda nas tomadas de decisões junto com os maridos, explica a Adriana Bakairi.

Observa-se que elas se preocupam mais com trabalho coletivo, envolvendo ambos os sexos, conforme podemos identificar nesse enunciado de Adriana Bakairi abaixo:

[10] BAKAIRI, Adriana. Entrevista II. [abr. 2021]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2021. 2 arquivos.mp3. (1 min.).

> Não vejo a divisão de tarefas de gênero por causa disso. No movimento indígena, ela tem pautado muito nessa questão coletiva, o homem e a mulher, quando vão ao movimento, só tem uma bandeira de luta, principalmente a demarcação do território. Quando você lê, todas aquelas frases que o feminismo traz, eu vejo que nada se adequa a nossa organização tradicional, porque a luta nossa é maior pela garantia e pela demarcação do território. Somente depois da garantia de demarcação vem a questão da saúde e educação, porque não tem como você lutar pela saúde e educação diferenciada sem a garantia do território (informação verbal).

Conforme já dito, a demarcação do território é primordial na luta dos povos indígenas, assim como o acesso à educação e a uma saúde diferenciada. As pressões e ameaças contra os direitos indígenas são permanentes e consideradas pelas mulheres dentro do movimento da Organização das Mulheres Indígenas Takiná.

Com relação à participação das mulheres nos espaços de representação política na sociedade ocidental, tem-se que a partir do século XXI elas passaram a estar cada vez mais inseridas em fóruns ligados a proposta de políticas públicas nos campos da educação, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, entre outros, buscando mais autonomia nas suas atuações. Além disso, elas têm demonstrado interesse em buscar espaços no poder legislativo, como explica Dilma Karajá:

> As mulheres hoje em dia estão vendo, abrindo seus olhos, que tem direito, elas querem viajar, elas querem ter seus conhecimentos, ter mais sabedoria, objetivo, saber fazer projetos, saber mais seu direito, na lei que as mulheres têm lei, elas querem saber mais, aprofundar mais. Alguns homens dão apoio, não são todos, caciques, professores, lideranças (Dilma Karajá, informação verbal).[11]

Depois que surgiu a Organização das Mulheres Indígenas Takiná, as associadas conquistaram maior protagonismo nos debates de políticas públicas participando mais das reuniões externas. Assim, elas têm saído mais da aldeia para participar dos encontros, compartilhar e adquirir novas experiências de vida, como pode ser observado na fala de Neusa Bakairi:

> Eu sinto, depois que comecei a participar da Takiná, algumas vezes me sentia baixo, o povo não entendia o que era, agora o povo entende e hoje sou reconhecida, elas dizem que sou a frente a defensora das mulheres. Me sinto orgulhosa principalmente na minha aldeia, quando tem encontro ela já sabe e pode ir participar, elas já me enxergam que sou uma autoridade, elas não querem fazer a frente (Neusa Bakairi, informação verbal).[12]

De acordo com a fala da Neusa, muitas vezes ela se sentia com baixa estima para participar das reuniões e de se posicionar, pois o povo não entendia qual era o papel dela na

[11] KARAJÁ, Dilma. Entrevista III. [set. 2019]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2019. 1 arquivo.mp4 (06 min. 01seg.).
[12] BAKAIRI, Neusa. Entrevista IV. [set. 2019]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2019. 1 arquivo.mp4 (17 min. 15seg.).

Takiná, mas com o tempo ela conseguiu ser reconhecida pelas mulheres e homens na sua comunidade como uma liderança para lutar pelos direitos indígenas, e hoje ela é uma referência forte na comunidade.

Nota-se como aqueles espaços de representação política que vinham sendo ocupados predominantemente pelos homens indígenas têm ganhado presença das mulheres, tais como na escola e no posto de saúde indígenas. Neste particular, destaca-se a própria fundação de uma associação particularmente feminina, cuja diretoria é assumida pelas mulheres indígenas.

Ademais, um outro espaço ocupado pelas mulheres indígenas, depois dos anos 2000, ocorreu nas próprias associações indígenas, ocupando cargos de liderança e gestão de projetos, pois sentiam a necessidade de buscar apoio para atender as demandas da sua comunidade e fortalecer as ações do movimento das mulheres.

Outra conquista importante para as mulheres brasileiras foi a criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como foco combater a violência familiar e doméstica contra as mulheres e engloba os casos de violência: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. A lei recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que sofreu violência doméstica do marido durante mais de 20 anos de casamento. Maria da Penha ficou paraplégica em razão das violências sofridas e se tornou um símbolo da luta contra a violência doméstica no país (LENZI, 2018).

Esse processo de formação e participação das mulheres indígenas contribuiu para a constituição de novas associações de base para fortalecer as reivindicações das comunidades, até então administradas por homens. Matos (2012) aponta justamente esse aspecto de participação:

> Na trajetória histórica do movimento indígena no Brasil, as mulheres indígenas criaram, no início de sua participação, associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas (MATOS, 2012, p. 148).

Por muitos anos a representação era feita por lideranças masculinas, e as mulheres foram criando suas próprias associações para fortalecer as reivindicações e ações do movimento indígena no Brasil.

No período em que surge a Organização de Mulheres Indígenas Takiná, a mobilização interna desses atores políticos despertou ainda mais o interesse de compreenderem e participarem mais de cursos de formação para fortalecer o conhecimento técnico a respeito dos procedimentos administrativos, financeiros e políticos de uma organização. Com essa participação e envolvimento das mulheres da organização Takiná em tais capacitações, tem

havido maior interesse, conhecimento e autonomia para elas gerirem os recursos da organização e a gestão da própria organização indígena.

Diante das entrevistas realizadas com algumas associadas da Takiná, nota-se que a questão de gênero não é um problema nas comunidades, pois existem divisões de trabalho que permitem que homens e mulheres exerçam suas funções, de acordo com o que foi determinado e, principalmente, seguindo os costumes e tradições indígenas, isso percebe-se muito para as mulheres que vivem nas comunidades, em que elas buscam a complementaridade dos gêneros.

Observa-se que a concepção sobre o tema feminismo das mulheres indígenas dos que estudam na universidade e os que vivem na cidade são diferentes, pois muitas vezes contrapõem os pensamentos das mulheres que vivem nas comunidades. Vê-se que as estudantes têm acesso a mais estudos a respeito do tema sobre o movimento feminista e têm chance de discutir em sala de aula com colegas que são do movimento, mas as indígenas que ficam nas comunidades não têm acesso a esse tipo de discussão, dificultando o entendimento sobre o tema.

Outro aspecto importante para o fortalecimento e protagonismo das mulheres indígenas é a participação na política institucional, na qual vem se tornando cada vez mais crescente o número de mulheres.

> A crescente participação indígena na política institucional: o número de indígenas que se candidataram a cargos eletivos nas eleições de 2018 cresceu 45% em relação a 2014. No último pleito, 85 candidatos se declararam de origem indígena. Em 2018, este número chegou a 124, um deles foi Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena eleita para o Congresso Nacional (ARRUDA, 2019, p. 12).

Diante do cenário dos últimos anos no Brasil, depara-se com algumas mulheres indígenas participando dos pleitos eleitorais no Mato Grosso e no Brasil, possibilitando maior incidência política da questão indígena na pauta municipal, estadual e federal, como a Joênia Wapichana hoje deputada federal, trazendo apoio aos povos indígenas do país.

3 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS – TAKINÁ

Neste último capítulo, vamos apresentar o histórico de surgimento da Takiná, seus avanços, desafios e perspectivas para o século XXI em sua atuação no Estado de Mato Grosso.

3.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS TAKINÁ

Segundo a antropóloga Maristela Souza Torres (informação verbal)[13], durante a participação das mulheres, em 2000, na cidade de Porto Seguro, na Bahia, no evento em comemoração aos 500 anos do Brasil, foram representando o Estado de Mato Grosso as mulheres indígenas das etnias Rikbaktsa, Kayabi e Apiaká. Elas observaram a forma de atuação das outras mulheres indígenas do Nordeste, Sudeste e Sul, as Pataxó, Guarani entre outras etnias. Além disso, depois desse encontro, algumas mulheres foram procurar a organização do CIMI em Mato Grosso, onde Maristela trabalhava, para buscar apoio para organizarem uma associação de mulheres para ter mais oportunidades, articulando-se e participando de mais encontros.

Em 2001, em número reduzido de sete mulheres indígenas, contando com lideranças e apoiadores do movimento, as mulheres indígenas de Mato Grosso começaram a se reunir para iniciar um trabalho de união e valorização do papel dessas mulheres em suas comunidades.

Com isso, surge o primeiro encontro das mulheres indígenas, realizado na Aldeia Umutina, localizada no município de Barra do Bugres, no ano de 2006, através do apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Operação Amazônia Nativa (OPAN) foi possível a realização de um seminário das mulheres indígenas. E, nesse mesmo evento, foi criada a Comissão de Articulação de Mulheres Indígenas (COAMI), que tinha como objetivo a articulação, realização e a formação das mulheres indígenas no Estado de Mato Grosso.

O segundo encontro foi na aldeia do povo Rikbaktsa e foi convidada a indígena Zenilda Xukuru para participar do evento. Segundo Maristela Torres (informação verbal), a convidada falou sobre o papel da mulher na luta junto com os homens e nas lutas pelos direitos contra a violência de gênero, lutando contra todas as formas de violação dos direitos indígenas.

Depois desses dois encontros, as mulheres começam a se reunir com mais frequência, já eram um número de 20 mulheres quando iniciaram a busca por apoio e maior participação das outras mulheres das aldeias pertencentes ao estado de Mato Grosso.

---

[13] TORRES, Maristela Souza. Entrevista V. [dez. 2020]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2020. 1 arquivo.mp3 (12 min. 41 seg.).

Figura 3 – Encontro no Portal do Encantado.

Foto: Chiquitano - MT (2007) - Arquivo Takiná.

Nesse sentido, elas perceberam a necessidade de se unir com as outras mulheres indígenas de diferentes etnias do Mato Grosso para compor uma organização estadual, a fim de refletir questões étnicas que ocorrem em suas comunidades e que, em parceria com outras mulheres e órgãos públicos, possam buscar melhorias para o coletivo e para a saúde da mulher indígena.

O processo de criação da organização foi trabalhado e desenvolvido ao longo de três anos depois da constituição da Coami, sentiram a necessidade da criação da organização de mulheres indígenas denominada Takiná.

Nesse momento, a Takiná é criada, em 7 de setembro de 2009, na Aldeia Santana, do povo indígena Bakairi, situada no município de Nobres/MT, pelas mulheres indígenas do Estado de Mato Grosso, atendendo diversas aldeias, através da assembleia de fundação e eleição da diretoria. Esse processo contou com o apoio e parcerias de diversas instituições não governamentais e governamentais, como: Manos Unidas, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), PDPI, Opan, Funai, Funasa, DSEIs, Seduc, Instituto Maiwu, entre outras, de acordo com as informações extraídas da ata de constituição da Takiná.

Além disso, entre os objetivos e finalidades que a Takiná discute na assembleia de criação e os temas que elas identificaram como prioritários e pretendiam assumir durante a sua atuação, segundo relatório de 2009, foram os seguintes:

- Articular as vozes e forças das mulheres indígenas do estado, e ser um centro de integração e referência para as mulheres indígenas, que possa orientá-las em suas necessidades, anseios e aspirações;
- Somar no trabalho conjunto com os homens e organismos internos das comunidades na promoção, defesa dos direitos e problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas;
- Garantir e assegurar a representatividade das mulheres indígenas nos órgãos governamentais e não- governamentais, que discutem questões políticas e sociais e que sejam de interesse dos povos indígenas;
- Manter as necessárias articulações com a administração pública direta e indireta, entidades privadas ou outros organismos que possam obter parcerias e apoios necessários para melhoria da qualidade de vida das mulheres nas suas comunidades;
- Promover e manter intercâmbio com mulheres indígenas em nível, regional, estadual, nacional e internacional, e com mulheres não - indígenas sensíveis às causas dos povos;
- Promover articulações e intercâmbio com outros segmentos das sociedades indígenas e não indígenas;
- Articular e promover a capacitação e formação das mulheres indígenas do estado a fim de melhorar a qualidade de vida, através de programas e projetos na área de saúde, educação, meio ambiente buscando a autonomia em suas comunidades;
- Lutar contra a violência de gênero e intrafamiliar, discriminação de gênero, etnia, povo e econômica das mulheres indígenas e não indígenas;
- Promover fóruns de discussão e debate de temas que sejam de interesse comum das mulheres indígenas do estado;
- Apoiar as organizações de mulheres indígenas das aldeias.

Durante a primeira assembleia, foi eleito o nome da organização que ficou denominado "TAKINÁ" que é de origem do povo Karajá, que para o povo indígena significa estrela e que somente as mulheres indígenas desse povo pronunciam esse nome. Na assembleia, foi possível a presença de várias mulheres de diversas etnias que representam a organização das mulheres, como esclarece Maristela Torres:

> O papel da mulher na comunidade é pela luta pela melhoria da qualidade de vida, melhoria da educação e saúde, bem como as formas da comunidade estar se articulando e vivendo de maneira plena. A bandeira de luta das mulheres é o pelos direitos indígenas e território, violência de gêneros, mulheres, crianças e grandes projetos do estado nacionais que atingem as comunidades indígenas (Maristela Torres, informação verbal)

As principais bandeiras de lutas das mulheres são a educação, saúde e qualidade de vida nas suas comunidades, bem como lutam pelos direitos indígenas, violência contra a mulheres, crianças e grandes projetos nacionais que atingem e destroem a organização tradicional dos povos indígenas.

Bem como, percebe-se que nas comunidades indígenas o papel da mulher é para luta de todos, pelo bem-estar da família tanto na educação, quanto na saúde para assim viver de maneira plena. Elas buscam lutar principalmente pela demarcação dos seus territórios, pois sem eles não conseguem garantir os demais direitos previstos na Constituição.

Em 2008, a Takiná elaborou o primeiro estatuto social para a constituição formal da organização indígena. E conforme o art. 4º do Estatuto Social da Takiná, de 2008, atualizado em 18 de junho de 2019, prevê as seguintes finalidades:

> I - Ser um centro de integração e referência das mulheres indígenas;
>
> II - Promover e manter intercâmbio com mulheres indígenas em nível estadual, nacional e internacional;
>
> III - Promover articulações e intercâmbio com outros segmentos da sociedade indígena e não indígena;
>
> IV - Manter as necessárias articulações com a administração pública direta e indireta, entidades privadas ou outros organismos que possam obter parcerias e apoios necessários para melhoria da qualidade de vida das mulheres nas suas comunidades;
>
> V- Orientar e apoiar as mulheres indígenas em suas necessidades, anseios e aspirações;
>
> VI - Articular e promover capacitação e formação de mulheres indígenas do estado a fim de melhorar a qualidade de vida, buscando a autonomia em suas comunidades;
>
> VII - Buscar mecanismos que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das mulheres indígenas em suas comunidades através de programas e projetos na área de segurança alimentar, saúde, educação, sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural;
>
> VIII - Garantir e assegurar a representatividade das mulheres indígenas nos órgãos governamentais e não governamentais que discutem questões políticas e sociais e que sejam de interesse dos povos indígenas;
>
> IX - Lutar contra a discriminação de gênero, etnia, povo e econômica das mulheres indígenas do estado;

> X - Orientar e apoiar as mulheres indígenas vítimas de violência familiar ou doméstica, nas suas comunidades ou externamente;
> XI - Promover fóruns de discussão e debate de temas que sejam de interesse comum das mulheres indígenas do estado;
> XII - Manter anualmente a realização do encontro estadual de mulheres indígenas no Mato Grosso;
> XIII - Apoiar as organizações de mulheres indígenas das aldeias;
> XIV – Lutar pela demarcação e defesa de territórios indígenas, conforme os direitos assegurados na constituição de 1988.

Ao longo de sua trajetória. a Takiná desenvolveu projetos com ênfase na identidade e valorização cultural, no protagonismo das mulheres, território e identidade, incentivo a confecção de adornos tradicionais, alcoolismo, Lei Maria da Penha, autoestima e geração de renda, enfermidades e tratamentos com plantas medicinais, aleitamento materno e nutrição, respeitando os objetivos previstos no Estatuto social, conforme afirma a entrevistada Alessandra Alves de Arruda: "A Takiná ao longo desses quase 12 anos foi criada pensando no protagonismo da mulher indígena da aldeia, trabalhar com essas mulheres de base, ao longo desse tempo temos trabalhado na formação política e no protagonismo dessas mulheres" (informação verbal).[14]

Todavia, uma das suas metas é realizar encontros estaduais temáticos, reuniões de diretoria e assembleias gerais conforme previsto no estatuto. A Takiná é uma instituição de referência, que promove articulações e intercâmbio com outros segmentos da sociedade indígena e não indígena.

As mulheres têm um papel importante na comunidade, pois unem forças e buscam ser respeitadas pela sua atuação, tendo direito de tomar decisões, liderar e implementar ideias na prática, segundo Maria Alice (informação verbal):[15]

> O papel da mulher na comunidade é ser parceira no sentido de somar forças para que todos saiam ganhando no final. Entendo que a mulher deve ser respeitada ocupando o seu lugar na comunidade, ela precisa ter direito de tomar decisões, liderar e colocar suas ideias em prática, as nossas próprias iniciativas (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

[14] ARRUDA, Alessandra Alves de. Entrevista VI. [abr. 2021]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2021. 4 arquivo.mp3 (3 min. 68 seg.).
[15] CUPODONEPÁ, Maria Alice. Entrevista VII. [jan. 2021]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2020. Informações enviadas por e-mail.

Entretanto, a autonomia dos povos indígenas, o direito à terra é fundamental para que as comunidades possam usufruir de seus territórios de forma sustentável. Para Maria Alice, protagonismo indígena, uma política de sustentabilidade com a autonomia dos povos indígenas, sem o assistencialismo. O direito à terra é fundamental, o usufruto da terra de forma sustentável.

Além disso, as mulheres desempenham o papel de liderança no seu povo, serviram de referência dentro e fora da sua comunidade, seu protagonismo e confiança em muitas aldeias é marca da sua dedicação ao lar, à comunidade, aos filhos, à família e os deveres de trabalho.

> As mulheres são reconhecidas por sua luta, se ela for uma liderança que sempre defendeu a causa coletiva de seu povo, as mulheres que desempenham o papel de liderança conforme a coletividade de seu povo, tomando iniciativa e sendo verdadeira, com certeza, sempre será referência dentro e fora da aldeia. (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

Durante as entrevistas, pode-se observar que as mulheres indígenas antes da Constituição Federal de 1988 não participavam dos eventos, que participavam eram os homens, pois era um período de muitos conflitos, um contexto de Ditadura Militar, e as mulheres ficavam escondidas nas comunidades protegendo seus filhos.

> Antes da Constituição Federal de 1988, quase não havia participação de mulheres indígenas em movimento, visto que o país estava saindo do regime militar, que o privilégio e o direito à participação eram disponibilizados aos homens. Apenas pouquíssimas mulheres da região do nordeste e norte do Brasil, estiveram na linha de frente do movimento, na luta de suas terras, praticamente todas deram a vida nessa luta. (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

A participação das mulheres indígenas nos movimentos, não era muito vivenciada antes da constituinte, pois no regime militar as restrições eram maiores, reforçando além do sistema patriarcal na sociedade, a invisibilização das indígenas, tendo mais participação dos homens, e talvez por isso elas levaram mais tempo para participar das mobilizações, por não serem incentivadas.

No entanto, ao longo desses encontros elas tiveram muitas dificuldades, mas não desistiram de participar, pois sabiam da importância do seu protagonismo, e uma participação num dos eventos internacionais que foram foi a Conferência de Mulheres Indígenas no Peru, conforme relata Maria Alice.

> Havia muitas forças contrárias ao movimento na época, mas fomos à luta e com participação de todas as mulheres da diretoria, conseguimos ir avante, chegamos até ao cenário internacional, onde participamos de conferência de mulheres indígenas em Puno no Peru, na qual o tema era a preservação da água doce do planeta. Vários Países da América do Sul estavam presentes no início de 2009. A partir daí só tivemos mais certeza que era importante a consolidação do movimento de mulheres indígenas deste estado. (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

As mulheres indígenas não desistiram facilmente, elas iam para a luta, mesmo com forças contrárias ao seu desenvolvimento, e um retrato dessa participação foi a conferência de mulheres indígenas no Peru, trazendo com que elas tivessem mais certeza da consolidação do movimento indígena em Mato Grosso.

Com a criação dessa organização, as mulheres estão tendo mais visibilidade e buscam cada vez mais o seu empoderamento nos encontros e formações, elas se sentem mais à vontade para colocar suas demandas e suas vitórias.

De um lado, elas estão cada vez mais inseridas em fóruns para a construção de propostas de políticas públicas nos campos de educação, saúde, meio ambiente e mudanças climáticas, entre outros, nos espaços de representação comunitária e de movimentos e na arena política institucional brasileira, como o poder legislativo.

As políticas públicas a serem relacionadas ao direito das mulheres indígenas, como a terra, saúde, educação, geração de renda, e outras que podem trazer dignidade às mulheres. Segundo Maria Alice, “queremos uma política que respeite o direito das mulheres de se ter direitos à terra, educação, saúde, segurança, geração de renda e formação. Além da demarcação e desintrusão das terras indígenas” (informação verbal).

Com a criação da Organização Takiná, as associadas conquistaram maior protagonismo nos debates de políticas públicas, participando mais das reuniões externas. Elas saem mais da aldeia para participar de encontros, para compartilhar e adquirir novas experiências de vida.

Além disso, naqueles espaços antes ocupados predominantemente pelos homens indígenas, nota-se agora a presença das mulheres, tais como a escola e o posto de saúde. Também, nas associações indígenas, a partir do ano 2000, em cargos de liderança e na gestão de projetos. O processo de formação e participação das mulheres indígenas contribuiu para a criação de novas associações de base, que fortaleceram as reivindicações das comunidades.

Com o surgimento da Takiná, a mobilização interna despertou ainda mais o interesse em compreender os procedimentos administrativos, financeiros e políticos de uma organização. O envolvimento das mulheres indígenas nos cursos de formação tem proporcionado maior conhecimento técnico e maior autonomia para a gestão da organização e dos recursos. Desde os primeiros movimentos, as mulheres demandam o apoio da Opan para suas atividades. A participação de ONGs e de instituições governamentais nesses processos tem se mostrado importante para que as mulheres se apropriem dos mecanismos de organização e de defesa dos seus direitos.

Pode-se refletir que, ao mesmo tempo em que as associações surgem de forma injetada

pelo estado para gerenciar os empreendimentos, não existia uma preocupação dos indígenas e das próprias organizações da sociedade civil de constituir essas associações como um instrumento de representação política. A partir do momento em que a configuração dos territórios indígenas passou a ser mais ameaçada, houve retrocesso da política indigenista, ameaça à liberdade de expressão, à democracia e à necessidade da representação dos indígenas na política representativa para incidir em políticas públicas.

Ao longo do tempo, tudo isso foi transformando a visão dos indígenas e das próprias ONGs indigenistas do papel dessas organizações. E hoje se tem uma corrida por transformar a associação em instrumentos autônomos e de luta, de representação e inserção das mulheres, de articulação junto às prefeituras, governos estaduais e federais para incidir em políticas públicas.

Todavia, atualmente o papel da associação é mais político, pois ela ocupa os espaços de articulação e representação das comunidades junto às instituições políticas governamentais e não governamentais, e veio porque o estado precisava de uma representação indígena formal com CNPJ para ter legitimidade diante das questões políticas. O papel que as organizações indígenas desempenham hoje, precisa-se ser revisitado, os seus estatutos e regimentos internos para saber se de fato estão exercendo os papéis neles instituídos e até mesmo fazer uma reflexão dos papéis que desempenham hoje e se tem legitimidade para as suas comunidades.

Além disso, outra questão muito trabalhada pela Takiná é a violência contra seus territórios, uma vez que os mesmos não estão todos demarcados, logo, sofrem pressão do governo e de agentes externos, como posseiros, fazendeiros, pistoleiros, invasores de terras, grileiros, traficantes, entre outros.

Na época do SPI, o Estado brasileiro esteve com um projeto de integração dos povos indígenas com a sociedade brasileira, porém não reconhecem a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas e, ao longo da história, a prática dos governos foram estabelecidas e não reconheceram essa diversidade cultural na prática, conforme relata Maristela Torres.

> Eu percebo que o estado brasileiro, com relação aos povos indígenas sempre esteve com um projeto desde a época da colonização do Brasil, tem um projeto de integração dos povos indígenas a sociedade brasileira, o estado nunca reconheceu de fato a diversidade cultural e indígena linguística dos povos presente no território brasileiro. O governo teve esse papel de diminuir terras e de não reconhecer as terras e os povos como povos de direitos. (Maristela Souza Torres, informação verbal).

Desse modo, as mulheres indígenas passam por constantes processos de violação contra seus direitos, são discriminadas, mesmo assim não desistem de lutar por melhorias de qualidade de vida nas suas comunidades.

> As mulheres tanto indígenas, quanto não indígenas têm sofrido com vários tipos de violações: a negação de direitos, a violência física, psicológica, patrimonial e institucional. Discriminação racial, étnica e moral. São lutas que estão longe do fim, mas não podemos abaixar a cabeça, pois no momento que as mulheres desistirem de lutar, com certeza todo esforço já realizado será esquecido. (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

Outro fator que une as mulheres para uma reflexão e busca de apoio é a violência doméstica causada muitas vezes por companheiros, familiares ou agentes externos, uma questão muito debatida nos encontros. Outra questão é que sentem a falta de oportunidade para elas trabalharem fora da comunidade e ajudarem no sustento das suas famílias, buscando assim novas alternativas de geração de renda dentro das comunidades.

A violência contra as mulheres dentro e fora de suas comunidades, como agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais, é atualmente uma das maiores preocupações da organização. Junto com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e a Opan, a Takiná realizou, em dezembro de 2019, na aldeia Santana, a oficina Lei Maria da Penha e a violência contra a mulher indígena, que contou com a participação de 44 mulheres.

Além disso, nos encontros, as mulheres refletem e analisam a criação de pequenas associações nas suas comunidades, fortalecendo os trabalhos de base e a posição das mulheres diante das questões discutidas em áreas indígenas, pois podem discutir as temáticas potenciais e levar para os encontros da Takiná.

Porém, a cada ano que se passa, mais mulheres vão se engajando como associadas na Takiná. Em 2019, mais de cem mulheres vinham participando dos debates e reflexões da organização. E o incentivo de participar vem aumentado a cada encontro, pois elas levam para suas comunidades as experiências vivenciadas nesses encontros e incentivam cada vez mais o papel das mulheres. Muitas jovens estão se interessando em participar e trazem suas experiências de vida para somar com as mulheres de mais vivência no movimento.

Nessa perspectiva, as mulheres buscam a harmonia e a essência com o sagrado, a ligação com a espiritualidade é muito forte, e isso é uma vantagem nas suas participações. Elas praticam a multimilitância, são mães, esposas, estudantes, parteiras, curandeiras e presidentes da associação, elas se dividem em vários papéis, pois buscam o protagonismo da mulher dentro e fora de suas comunidades, querer se qualificar para poder voltar para a sua terra e ajudar os seus parentes com o que aprenderam na universidade.

Em 2019, sua atuação foi ampliada para sete regiões do Estado de Mato Grosso, sendo Xingu, Médio Araguaia, Noroeste, Cerrado Pantanal, Vale do Guaporé, Norte e Xavante. Os

povos que compõem essas regionais são: Umutina, Paresi, Bakairi, Guató, Bororo, Chiquitano, Nambiquara, Rikbaktsa, Manoki, Myky, Arara, Munduruku, Apiaká, Cinta Larga, Kaiapó, Terena, Panara, Kamaiura, Kalapalo, Kaiabi, Kuikuru, Kisede, Yawalapiti, Mehinako, Aweti, Matipu, Juruna, Trumai, Xavante, Xerente, Karaja, Tapirapé, Kanela, Guarani, Krenak, Enawene-Nawe, Tapayuna, Ikpeng, Naruvotu, Nafukuá, Waurá, Zoró e Maxacali.

Abaixo a representação das regionais e seus povos indígenas, atendidos pela Takiná no Estado de Mato Grosso:

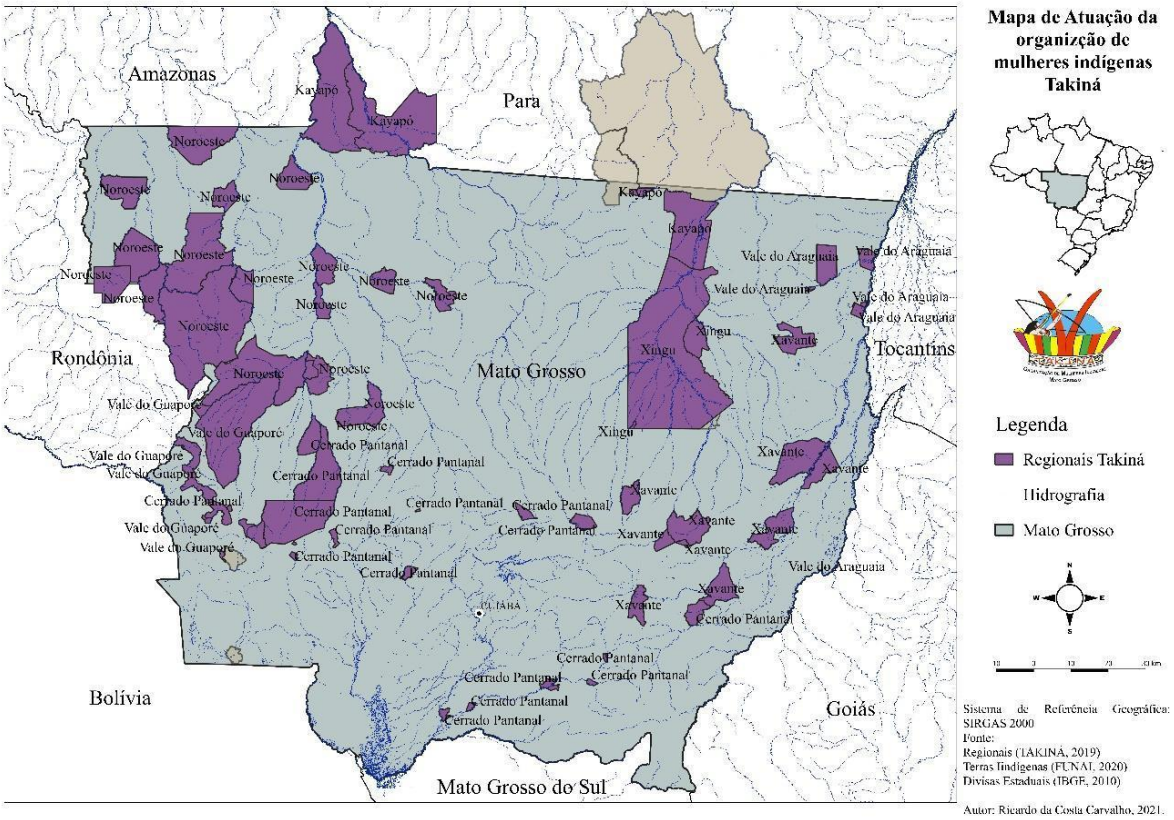
Quadro 6 – Relação das regionais e seus povos no MT.

CERRADO PANTANAL	MÉDIO ARAGUAIA	NOROES-TE	NORTE	VALE DO GUAPORÉ	XAVAN-TE	XINGU
Bakairi	Kanela	Apiaká	Apiaká	Chiquitano	Xavante	Aweti
Boé-Bororo	Karajá	Arara	Guarani	Nambiquara		Ikpeng
Guató	Krenak - Maxakali	Cinta-Larga	Juruna	Negarotê		Kalapalo
Paresi	Tapirapé	Enawene Nawe	Kayabi			Kamayurá
Umutina		Kayabi	Munduruku			Kawaiwete
		Manoki	Panará			Kisêdjê (Suyá)
		Munduruku	Tapayuna			Kuikuro
		Myky	Terena			Matipu
		Rikbaktsa				Mehinako
		Surui Paiter				Nafukuá
		Zoró				Naruvotu
						Trumai
						Waurá
						Yawalapiti
						Yudja

Fonte: dados da pesquisa.

No mapa abaixo, podemos observar a dimensão dos territórios indígenas no Estado de Mato Grosso e as terras indígenas atendidas pela organização Takiná, que corresponde a 100% da população indígena do Estado.

Figura 4 – Mapa de atuação da organização de mulheres indígenas Takiná.



Fonte: dados da pesquisa.

Compreende-se, pela fala da diretora Alessandra Alves de Arruda, que um dos maiores desafios para a gestão atual é atender a todas as 43 etnias no Estado de Mato Grosso com diversas especificidades e a dimensão territorial leva a ter desafios para atender a todas as demandas.

> É uma organização que atua com 43 etnias do estado de MT, isso também foi uma das dificuldades de delimitar um plano de gestão de trabalho para organização partindo do princípio que são 43 povos em situação cada um com suas especificidades, com seu nível de conhecimento e cultura diferentes umas das outras, apesar de serem todas mulheres indígenas. (Alessandra Alves de Arruda, informação verbal).

Desse modo, entende-se que diante dessa dimensão territorial hoje a Takiná está estudando um plano de trabalho e atuação que possa atender a todas as etnias com suas diversidades culturais e sociais para que tenham condições de ser beneficiadas por projetos de desenvolvimento sustentável em suas comunidades e que possam apoiar o trabalho das mulheres indígenas.

3.2. FORMAS DE GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA NA TAKINÁ

Depreende-se, pela pesquisa *in loco* realizada, que uma organização estadual é diferente de uma associação de base comunitária, pois muitas vezes as organizações de base são um núcleo menor de uma terra indígena ou de um povo que tem uma organização social e política que traz elementos da sua própria comunidade ou associação. A Takiná é uma organização estadual que está composta por 43 povos com etnias, línguas e costumes diferentes. Para Arruda (2019, p. 12), "Estas novas formas políticas e organizacionais indígenas permitem a estes povos tratar com o mundo institucional no Brasil e no plano internacional, tratando de demandas territoriais, assistenciais e comerciais de seu interesse".

Conforme afirma Arruda (2019), as novas formas políticas e organizacionais que eles foram criando permitem que eles lidam com o mundo institucional interno e internacional, podendo levar a diversas pautas dos seus territórios e de seus interesses. As organizações não precisam de interlocutores para esse diálogo, elas mesmas podem fazer.

Tenório (1998) traz ao debate a importância de uma gestão voltada para o social, onde a cidadania é vista como principal agente de mudanças, buscando sempre a interação de toda a sociedade para atingir o bem-estar coletivo. Segundo ele, a gestão social tem sido tratada muito mais como uma gestão focada nas questões sociais ligadas ao sistema-governo e sistema-empresa do que uma gestão pautada na democracia e solidariedade. Essa linha de raciocínio leva o autor a sugerir uma inversão na sequência linear Estado-Sociedade e Capital-Trabalho para Sociedade-Estado e Trabalho-Capital, justamente pelo fato de que é a sociedade e o trabalhador – segundo o ponto de vista do autor – que precisam ser fortalecidos como agente/destinatário de/as mudanças.

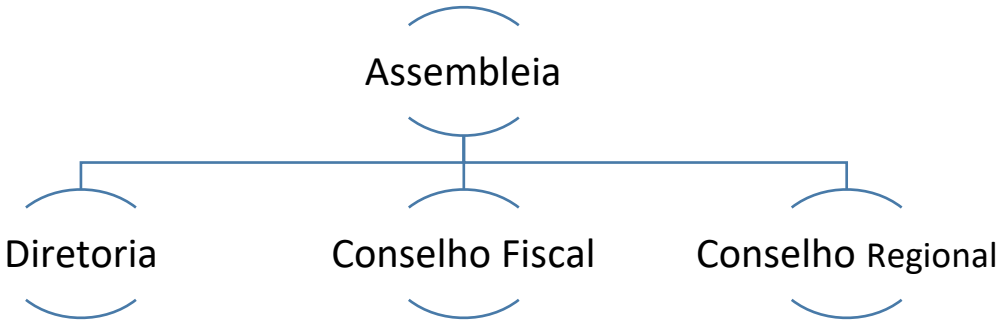
As reflexões de Tenório (1998) com vistas a demarcar conceitualmente a gestão social assenta-se especialmente no "confronto" entre a gestão estratégica e o que ele entende por gestão social. Tenório (1998) entende a gestão social enquanto um processo gerencial que se dá de maneira dialógica, em que a autoridade para a tomada de decisões é partilhada por todos(as) aqueles(as) que participam da ação, aonde quer que esta ocorra, seja em organizações públicas, privadas ou organizações não-governamentais. O autor tece detalhes de sua concepção epistemológica acerca do campo, sobretudo embasado na Teoria da Ação Comunicativa de Harbermas (1998, p. 22): O fundamento epistemológico da gestão social deveria ser oposto àquele da teoria tradicional. O autor informa que sua primeira visita ao conceito de gestão social tenha acontecido, em 1990, foi no artigo Gestão Social: uma perspectiva conceitual (vide

referências) que ele expressou suas primeiras reflexões acerca do conceito, monológica, como os sistemas-empresa estão para o mercado. Ao contrário, a base epistemológica da gestão social deve ser a intersubjetividade dialogicidade, como a política, como o bem comum, contemplando o envolvimento da cidadania no espaço público e do trabalhador no espaço privado. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública.

A Takiná se organiza conforme seu estatuto de forma a realizar as assembleias eletivas, reuniões de diretoria e encontros temáticos anuais. As eleições são por um mandato de quatro anos, podendo ser eleitas na seguinte eleição. Na sua primeira eleição foi optado por eleger uma diretoria com mulheres mais maduras, que tinham mais experiência nas articulações internas das comunidades.

Além disso, a estrutura organizacional apresentada desde o seu primeiro estatuto, está representada pela sua instância maior que é a assembleia geral, e a instância de direção, representada por presidente, secretária e tesoureira e suas vices, e com conselhos fiscal e regional hoje dividido em sete regionais.

Figura 5 – Organograma Takiná.



Fonte: dados da pesquisa.

O organograma da Takiná é uma representação simples de como ela funciona. Na maioria das organizações não indígenas isso tem uma funcionalidade importante para o desempenho de papéis estatutários e políticos. Mas não é o caso da Takiná?

Ao longo do tempo as eleições de diretoria feitas na assembleia geral, foram trazendo mulheres com afinidade na temática e eleitas pelas mulheres da associação para assumirem os cargos previstos no estatuto.

No primeiro mandato, de 2009 até 2012, foi eleita a presidente Maria Alice de Souza Cupodonepá e demais para representar a Takiná por um mandato de quatro anos. Maria Alice

residia a uns 200 km de Cuiabá, na Aldeia do Povo Umutina, em Barra do Bugres (MT), e tinha casa na capital, o que facilitava a gestão junto à associação. Além disso, ela era uma mulher articulada na comunidade, professora e tinha facilidade na gestão da associação.

No período de 2012 a 2015, Maria Alice de Souza Cupodonepá foi reeleita como presidente da organização e continuou a desenvolver os projetos da organização e mobilizando mais mulheres para participar e se engajar na associação. Ela ajudou a organização a fazer algumas articulações internas e externas, ajudando na captação de recursos, bem como na elaboração e execução de projetos voltados ao fortalecimento das associadas.

De 2015 a 2018, foi eleita uma nova diretoria, composta pela diretora chamada Dineva Kayabi que assumiria a direção no lugar de Maria Alice. No entanto, Dineva residia no município de Juara, a mais de 600 km da capital, onde é a sede da associação, e não havia internet para a comunicação na aldeia, ela precisava ir para a cidade de Juara para se comunicar. Essa distância dificultou a participação da diretora na gestão da associação e nos trâmites burocráticos em Cuiabá.

Nesse período, a Takiná precisava alterar os documentos da associação no cartório, Receita Federal e banco, por conta da nova diretora, mas a distância dificultou os trâmites, além de algumas divergências entre a antiga diretora e a atual. Assim, a gestão da organização ficou prejudicada fazendo com que, nesse período, a instituição não captasse recursos e nem realizasse seus encontros. Dineva relata que teve muita dificuldade para realizar o trabalho na sua gestão (informação verbal).[16]

Em 2018, fizeram uma nova eleição e, nessa nova composição, escolheram mulheres que residiam em Cuiabá e eram estudantes universitárias, jovens e mais dispostas a assumir essa organização. Conseguiram, por meio do apoio da Opan e da Funai, regularizar todos os trâmites burocráticos que estavam pendentes da outra diretoria e participar de processos de formação para a gestão de projetos e da associação e iniciaram a captação de recursos.

A forma tradicional de trabalho das associações indígenas segue um parâmetro muito local, considerando as decisões dos comunitários com a autorização do cacique ou da liderança local para assim realizarem as suas atividades. Eles costumam tomar muitas decisões sem ter um registro escrito, usam a base da oralidade e respeitam as decisões tomadas.

Além disso, a gestão social de uma organização indígena parece seguir relações de sociabilidades diferentes da nossa sociedade. Para conseguir aprovação de projetos, elas

[16] KAYABI, Dineva Maria. Entrevista X. [fev. 2020]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2020. 1 arquivo.mp (14 min. 13seg.).

tiveram que se adaptar aos modelos impostos pela sociedade não indígena, mas foram aprendendo através de cursos de formação e de práticas cotidianas, realizando algumas adaptações aos novos contextos. Será que esse é o modelo que elas gostariam que fosse a Takiná? Como seria o modelo de gestão social mais adequado à realidade social delas?

Conforme a sua última eleição de 2018 a 2021 as eleitas para representar e realizar a interlocução da Takiná estão detalhadas na Tabela 7, que podemos observar abaixo:

Quadro 7 – Interlocutoras da Takiná - período de 2018 a 2021.

Nome	Cargo	Idade	Formação	Etnia/Regional	Características
Alessandra Alves de Arruda	Presidente	38	Psicóloga	Guató –Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, mestranda, conselheira regional da associação da comunidade
Eloenia Leandro Ararua	Vice-Presidente	30	Assistente Social	Boé Bororo – Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, esposa, mestranda, assessora técnica FEPOIMT
Alexandra Mendes Leite	Tesoureira	36	Empreende-dora	Chiquitano – Regional Vale do Guaporé	Mulher, mãe, esposa, funcionária pública, Filiada ao DEM - Democratas em Porto Esperidião - MT candidatou-se a vereadora em 2020
Dilma Maria Mani	Vice tesoureira	38	Professora	Kayabi Regional Noroeste	Mulher, mãe, esposa, articuladora local
Nonoguari Comecureudo Lima	Secretaria	35	Psicóloga	Boé Bororo – Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, esposa, mestranda
Karine Alves de Arruda	Vice - secretária	30	Professora	Guató –Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, estudante, articuladora local
Edna Rodrigues Ricardo Santos	Conselho Fiscal	33	Professora	Bakairi – Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, esposa, articuladora local
Andreia Terena Uapodenepá	Conselho Fiscal	32	Artesã	Umutina - Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, esposa, articuladora local
Yré Kayabi	Conselho Fiscal	36	Administra-dora	Kayabi - Regional Noroeste	Mulher, mãe, esposa, articuladora local
Maria Alice de Souza Cupodonepá	Conselho Fiscal-Suplente	61	Professora	Umutina - Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mãe, esposa do cacique, primeira diretoria da Takiná
Maria Elizandra Lopes Torekureuda	Conselho Fiscal - Suplente	31	Psicóloga	Boé Bororo – Regional Cerrado Pantanal	Mulher, mestranda, trabalho na CASAI Brasnorte como psicóloga,
Rita Batista Dorta	Conselho Fiscal-Suplente	58	Professora	Kanela – Regional Médio Araguaia	Mulher, mãe, esposa, articuladora local

Fonte: dados da pesquisa.

Podemos observar acima no quadro com as representantes da atual diretoria da Takiná para obter um perfil dessas mulheres e suas trajetórias. As trajetórias de vida são marcadas pelo aprendizado prático desempenhando diversas funções, assim como uma trajetória política

marcada por uma multi-militância. A multi-militância se caracteriza por desenvolver nas suas regiões o fortalecimento da organização regional das mulheres nas diversas áreas das políticas públicas, além de incentivar as mais jovens a seguirem a sua trajetória de vida.

3.3. AVANÇOS E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO TAKINÁ

Ao longo de sua trajetória, a organização Takiná realizou vários encontros no estado de Mato Grosso, sendo que a cada ano, no mês de setembro, é celebrado o aniversário de fundação e são escolhidos temas a serem discutidos de suma importância para o trabalho delas. Muitos temas com ênfase na identidade e valorização cultural, no protagonismo das mulheres associadas, território e identidade, incentivo à confecção de adornos tradicionais, combate ao alcoolismo, Lei Maria da Penha, autoestima e geração de renda, enfermidades e tratamentos com plantas medicinais, aleitamento materno e nutrição.

O primeiro projeto que a Takiná elaborou contou com a assessoria da indigenista Maristela Souza, do Cimi. O projeto foi financiado pela instituição de Manos Unidas da Espanha, com esse financiamento foi possível organizar vários encontros nas aldeias indígenas e projetos de formações para as mulheres. Além desse, foram enviados outros pequenos projetos para a Cese e Funai para buscar apoio a realização das assembleias e encontros anuais.

Na atual gestão elas elaboraram e submeteram projetos para os financiadores e apoiadores como a Cese, Projeto com a Embaixada da Noruega e Projeto Fundo Casa todos para o apoio ao fortalecimento da instituição, realização dos encontros e assembleia, bem como o levantamento de artesanato nas regionais da Takiná.

Com isso, podemos destacar no Quadro 8, os encontros e assembleias realizadas pela Takiná nos últimos dez anos de sua atuação junto às 43 etnias do Estado de Mato Grosso:

Quadro 8 – Encontros realizados pela Takiná.

NOME	**PERÍODO**	**LOCAL**	**DESTAQUES OU PROPOSTAS**
I Assembleia de mulheres indígenas de Mato Grosso	05 a 07 de setembro de 2009	Aldeia Santana do povo Bakairi em Nobres MT	Aprovação do Estatuto, eleição e posse da nova diretoria.
Oficina sobre a "A importância das Práticas Tradicionais em Nutrição e Aleitamento Materno"	18 a 21 de março de 2010	Posto Central – Terra Indígena Portal do Encantado – Povo Chiquitano	Pensar nas consequências das mudanças de hábitos alimentares que estão acontecendo e consequências para a saúde.
II Intercâmbio de Mulheres Indígenas, Quilombolas, Sem	03 a 06 de junho de	Comunidade Negra Rural Ribeirão da Mutuca – Mato	O objetivo do encontro foi unir forças das mulheres, pois precisam de espaços garantidos e é através dessas reuniões que

NOME	PERÍODO	LOCAL	DESTAQUES OU PROPOSTAS
Terra, MST – "As Novas Frentes de Atuação das Mulheres"	2010	Grosso	vamos conseguir.
X Encontro de Mulheres Indígenas de Mato Grosso, chamado "Identidade Cultural"	03 a 05 de setembro de 2011.	Aldeia Rio Seco do Povo Cinta Larga no município de Juína MT	Cada povo levou um artesanato ou uma espécie nativa para falar da identidade cultural. A problemática enfrentada pela bebida, drogas, tabagismo, buscar incentivar mais os jovens, mulheres, crianças e adultos com os problemas que podem ser causados na saúde indígena com o consumo dessas substâncias benéficas.
II Assembleia de mulheres indígenas de Mato Grosso	03 a 07 de setembro de 2012	Aldeia Munduruku no Rio dos Peixes do povo indígena Kayabi – Juara MT	Foram discutidos vários temas para a Takiná trabalhar durante o mandato, como realizar encontros como: Capacitação para elaborar projeto, Oficina troca de sementes; Alcoolismo, drogas e DST; saúde da mulher entre outros.
Oficina sobre direitos da mulher indígena, arte e pintura	setembro de 2013	Aldeia Umutina em Barra do Bugres - MT	Debate sobre os direitos da mulher indígena, arte e pintura
Encontro com o tema "Auto Estima e geração de renda"	setembro de 2014	Aldeia Aterradinho, povo Guató – Poconé - MT	Palestra sobre Auto Estima e geração de renda para as mulheres
III Assembleia de mulheres indígenas de Mato Grosso	13 de setembro de 2015	Na aldeia Mayrob do povo Apiaká, Rio dos Peixes – Juara - MT	Eleição e posse da nova diretoria
IV Assembleia de Mulheres Indígenas de Mato Grosso - Takiná	07 de setembro de 2018	Sede da FUNAI em Cuiabá - MT	Eleição da nova diretoria e escolha do tema e local do novo encontro
Tema do encontro foi "Enfrentamento ao suicídio e valorização a vida"	04 a 07 de setembro de 2019	Aldeia São Domingos em Luciara MT	Elaborado um documento para ser enviado para as instituições ligadas ao governo e parceiros para buscar mudanças nas políticas públicas e apoio para a atuação junto aos setores de educação e saúde.
Oficina sobre a Lei Maria da Penha e a violência contra mulher indígena.	Dezembro de 2019	Aldeia Santana no município de Nobres	Elaborado um documento para órgãos públicos para buscar apoio a questão de violência contra as mulheres indígenas

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se perceber que não houve encontros, nos anos de 2016 e 2017, pois nesse período, segundo a direção da época, não foi possível desenvolver as atividades por divergências entre as mulheres que estavam na direção da associação, a falta de registro da nova diretoria e a conta bancária, impossibilitando a realização dos encontros regionais entre as mulheres.

É possível observar que, por algum período, os registros dos encontros, a elaboração dos relatórios para os projetos, o arquivo da documentação legal da Takiná, eram mais simplificados. Pode-se verificar que a questão formativa, dentro do ponto de vista da

alfabetização, do ensino básico, superior, da escrita, do modo de registro, pode ser um dos fatores, pois estamos falando de sociedades que primordialmente vivem pela base oral e não escrita, o conhecimento era transmitido pela oralidade, logo a associação precisou se adaptar a esses modelos de escrita exigidos pelos financiadores.

Abaixo ilustra-se com fotos de alguns dos encontros e assembleias realizadas, no período de 2011 e 2012, pela Takiná.

Figura 6 – Encontro na Aldeia Rio Seco em Juína (MT).

Fonte: arquivo Takiná (2011).

Figura 7 – Assembleia na Aldeia Munduruku em Juara (MT).

Fonte: arquivo Takiná (2012).

Além disso, a Funai e a Opan são parceiros para o apoio dos encontros e assembleia das mulheres indígenas, são instituições que participam do processo de fortalecimento através do apoio financeiro e técnico especializado para a realização dos eventos, como explica a técnica indigenista.

> A Funai de Cuiabá apoia a Takiná na realização das assembleias e encontros, cada coordenação faz seu planejamento anual e prevê recursos para as atividades a serem realizadas. Em 2018 a FUNAI apoiou a realização da Assembleia em Cuiabá na sede da FUNAI e no ano de 2019 apoiou o encontro das mulheres, em Luciara, no MT (Carolina de Carvalho, informação verbal).[17]

Esses apoios são importantes para que elas consigam desenvolver suas atividades nas comunidades, uma vez que as distâncias são longas e os custos para a sua execução são altos, por isso a participação dos órgãos públicos como a Funai que traz no seu orçamento anual sempre esta previsão dos encontros e assembleias.

Em agosto de 2019, destaca-se a participação da Takiná na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, na cidade de Brasília, com o tema Território: nosso corpo, nosso espírito, contando com a presença de 300 representantes dos povos indígenas. A marcha teve como objetivos principais a luta pelas questões do território, da saúde, educação diferenciada, elas gostariam de uma educação que respeite a diferença e que ajude no diálogo e luta dos povos originários do Brasil.

> Participei da Marcha das Mulheres, fomos buscar nossos direitos das mulheres, os homens fizeram muitas manifestações e agora estão regredindo e agora vamos lutar pelos nossos direitos, agora é a vez das mulheres tentar fazer alguma coisa e apoiar os homens e só os homens batalhar pelos nossos direitos, nós que somos mães, sabemos o que é melhor para nossa família sabemos dos nossos direitos. (Indiana Xavante, informação verbal).[18]

A fala da Indiana retrata o envolvimento das mulheres nas lutas por seus direitos, afirmando que os homens não estão mais indo lutar por elas, por isso elas precisam lutar por homens e mulheres também.

Identifica-se, por sua vez, um alinhamento político e discursivo entre a Takiná e o Movimento Nacional de Mulheres Indígenas – conforme o documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas – Território: nosso corpo, nosso espírito, realizada em Brasília, em 2019:

---

[17] CARVALHO, Carolina Delgado. Entrevista VIII. [jan. 2020]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2020. 1 arquivo.mp4 (27 min.).
[18] XAVANTE, Indiana. Entrevista IX. [set. 2019]. Entrevistadora: Rochele Fiorini. Cuiabá, 2019. 1 arquivo.mp4 (09 min. 01 seg.).

> O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração que o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós.[19]

Figura 8 – Marcha das Mulheres em Brasília.

Foto: Arquivo Takiná (2019).

Destacamos a fala que ressalta a diferença entre a luta das mulheres indígenas e o feminismo branco europeu. Também é possível perceber que a liderança se posiciona frente a este feminismo, situando a complementaridade entre o feminino e o masculino mais importante que a essencialização da natureza sexual dos indivíduos.

Essa edição da Marcha das Mulheres foi um marco importante na luta pelo protagonismo e fortalecimento das políticas sociais e a valorização do conhecimento tradicional, pautas levadas pelas mulheres da organização Takiná para serem discutidas a nível nacional com as demais participantes.

Outro encontro importante a ser destacado foi realizado, em setembro de 2019, com o objetivo de discutir sobre o tema Enfrentamento ao suicídio e valorização a vida. O evento ocorreu na Aldeia São Domingos, em Luciara (MT), e contou com a participação de representantes de 11 povos de diversas etnias e aproximadamente 50 mulheres.

[19] Disponível em: https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida. Acesso em 27 abr. 2021.

Figura 9 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT).

Fonte: arquivo Takiná.

Podemos observar nesta participação in loco, que o encontro teve reflexões e discussões significativas através de palestras. Podemos citar abaixo:

- Palestra sobre Saúde Mental Indígena e contexto Educacional apresentado pela Dra. Francisca Navantino – Pareci (historiadora e antropóloga social). Ela falou dos problemas que os professores enfrentam com relação à saúde mental nas salas de aula. As dificuldades em relação às políticas públicas de educação que ainda não tem um modelo de educação diferenciada, sendo que o Estado não apoia essas questões relacionadas à educação indígena.
- Palestra sobre depressão no contexto indígena com a psicóloga Maria Elizandra Bororo (psicóloga e mestranda em Antropologia Social UFMT). Ela apresentou como funciona tecnicamente a doença, suas causas e principais tratamentos. A principal problemática é que a Sesai não tem um atendimento diferenciado para os indígenas.
- Apresentação sobre a atuação da FUNAI-CR-ARAGUAIA-Tocantins referente a saúde mental dos Karajá. Lilian Brandt Calçavara – Indigenista e a Karen coordenadora do departamento de saúde mental Indígena da CR Funai. As técnicas apresentaram as ações desenvolvidas na região sobre a saúde mental. A Funai fala das limitações que existem no setor, como infraestrutura e recursos humanos para atender a todas as demandas locais. A técnica da Sesai falou do trabalho realizado

> com profissionais multidisciplinares para a saúde mental, disse que o índice de suicídios diminuiu muito na região, depois do trabalho interinstitucional que fizeram. No final do encontro reuniram-se para elaboração do documento final do encontro e discussão do próximo encontro que será em Cuiabá sobre Políticas Públicas e Direitos, Saúde Mental.

Pode-se perceber que os temas debatidos nesse encontro possibilitaram uma reflexão das participantes quanto à questão do enfrentamento ao suicídio, uma das preocupações vividas por algumas comunidades principalmente envolvendo jovens. Uma das participantes fala que não se tem clareza dos motivos que levam a esses casos, pois podem estar relacionados a vários fatores, de acordo com cada povo e cultura.

Figura 10 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT).

Fonte: arquivo Takiná.

Nesse encontro, em 2019, foram comemorados os dez anos de luta do movimento das mulheres indígenas de Mato Grosso e da fundação da Takiná, um marco histórico na sua trajetória de atuações e mobilizações dos direitos indígena das mulheres desse estado.

Outro encontro que foi objeto desta pesquisa ocorreu, no mês de dezembro de 2019, na Aldeia Santana, no município de Nobres, quando foi realizada uma oficina sobre a Lei Maria da Penha e a violência contra mulher indígena, sendo uma das demandas trazidas pelas mulheres durante o encontro em Luciara (MT).

Figura 11 – Oficina na Aldeia Santana Nobres (MT).

Fonte: arquivo Takiná.

Nesses dois encontros, pode-se observar a força das mulheres resgatando o potencial de debate e engajamento das mulheres dentro da Takiná que por alguns anos ficou parado. Elas reforçam a importância de se manter ativa a organização e mobilizar mais mulheres para a luta dos seus direitos, bem como a preocupação das antigas gerações em debater e repassar para as mais novas as experiências de discussões e enfrentamento que elas tiveram nesses últimos 10 anos de luta e visibilidade e que isso deve ser mantido.

Figura 12 – Encontro na Aldeia São Domingos em Luciara (MT).

Fonte: arquivo Takiná.

Outro evento importante que a Takiná participou foi o Seminário Mulheres Indígenas: lutas, protagonismo e autonomia, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2020. O evento foi um espaço para compartilhamento de reflexões das mulheres indígenas e dos desafios enfrentados por elas, além de abrir para debates sobre a atuação indigenista junto às mesmas. Estavam presentes representantes de diferentes etnias, movimentos e associações indígenas, além de indigenistas e antropólogos que puderam debater sobre a temática de gênero.

Além disso, outro desafio para as organizações indígenas lidar, incluindo a Takiná, são os modelos de editais que são lançados e o acesso que as organizações têm para participar de edital ou enviar projetos para financiadores brasileiros ou internacionais, são modelos de formulários muitas vezes complexos para o entendimento das mulheres indígenas. Em determinados casos, eles não atendem as especificidades de cada etnia, sua cultura, seu modo de viver e o tempo de execução.

Dessa forma, existe uma busca por editais de financiamento para seus projetos que atendam as demandas específicas das regionais, respeitando as diversidades culturais. No momento, algumas demandas das mulheres indígenas estão sendo atendidas por meio do Conselho Gestor do Subprograma Territórios Indígenas REDD + de Mato Grosso[20], com a participação da Takiná. Ao lado dessa iniciativa, outros projetos já foram executados ou estão em andamento, apoiados pela Cese, o Fundo Socioambiental Casa e a Embaixada da Noruega.

Por isso, entendo que os financiadores deveriam se adaptar às realidades locais dos povos que eles querer apoiar, respeitar as especificidades locais, os tempos de cada comunidade e as formas de gestão e de apresentação dos produtos e relatórios finais, aceitando as modalidades com mais imagens e relatos do que somente com indicadores ou resultados.

Além disso, seria importante que os financiadores, antes de lançar o edital, realizassem um diagnóstico participativo junto às comunidades, pois assim poderiam adaptar à realidade de cada povo. Muitos resultados que são esperados pelos financiadores, podem levar mais de cinco anos para ser executados e atingidos os seus objetivos, pois até que os povos se apropriem da linguagem dos projetos e começam a executar as ações previstas leva um tempo, até que a comunidade se engaje e entenda os benefícios daquele projeto leva mais um tempo, e os efeitos sazonais do clima também é mais um fator a ser observado.

[20] O Programa REM Mato Grosso (REM MT) foi lançado oficialmente na Conferência do Clima (COP 23) em Bonn, Alemanha, em dezembro de 2017. Seu objetivo principal é apoiar atores que assumiram riscos e implementaram iniciativas pioneiras para a redução do desmatamento e manutenção do clima. O Programa REM premia redução de emissões de CO2 oriundas de desmatamento e fomenta a conservação das florestas. Repartio-de-Benefícios----REM-MT---MAIO-2019.pdf (mma.gov.br)

> A participação comunitária é um processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte no planejamento, na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma comunidade. Participar durante o projeto, é acompanhar do início ao final as atividades geradas por meio daquelas decisões coletivas tomadas no decorrer do processo participativo. Cada grupo tem uma forma de decidir, na participação e ampliação da participação, com suas lideranças e regras (ALMEIDA, 2008, p. 121).

Cada grupo e organização tem uma forma de tomar decisões de participação e de ampliação da participação de acordo com as regras e as lideranças locais. Isso é considerado uma forma de participação comunitária, pois diversas camadas da população estão envolvidas nas decisões.

Precisamos entender que processos de trabalho muitas vezes são mais importantes que o resultado final, pois ele mobiliza a comunidade primeiramente para entender o projeto, depois se engajar nas atividades, depois buscar sentido para aquele trabalho na sua comunidade ou família e, por fim, iniciam as atividades que envolvem mulheres, jovens e homens em determinadas situações, construindo um processo participativo e um resultado qualitativo e não somente quantitativo.

Desse modo, muitas instituições vêm investindo em formação para os gestores indígenas atuarem junto às associações e gerir projetos sociais. Essas fases do processo são importantes antes de começar as ações de gestão pela associação do projeto para que eles possam entender a lógica de gestão da nossa sociedade.

> Quando tinha um problema para ser resolvido, o líder chamava o conselho dos antigos ou fazia uma assembleia de toda a comunidade se fosse necessário. Discutiam o problema até ficar bem esclarecido para todos, ouviam todos os que tinham sugestões de como solucionar e no final escolhiam a que achavam que era melhor. Tomada a decisão, dividiam as tarefas para que todos participassem. O líder acompanhava o trabalho de cada um para saber se o que tinha sido resolvido estava sendo feito. Uma vez ouviram falar de associação. No começo, achavam que não precisavam de uma organização diferente do que eles já tinham. Desde o tempo de seus antepassados, organizavam à sua maneira as reuniões, o trabalho, a comercialização na cidade, as festas e tudo estava funcionando bem assim. (STRABELI, 2005, p. 14)

De acordo com Strabeli (2005), as formas de organização eram feitas à sua maneira, de acordo com cada comunidade e organização social interna, possibilitando que os anciões fossem consultados para as tomadas de decisões, respeitando os modelos de seus antepassados.

Atualmente, um dos desafios que a Takiná enfrenta está no fortalecimento do papel das conselheiras regionais, no âmbito das suas comunidades. Para a diretoria, é difícil e oneroso fazer visitas regulares aos 43 povos que a organização representa – o que torna a atuação das conselheiras regionais indispensáveis para que a Takiná alcance as suas bases.

> Nós temos que buscar formação para as mulheres da diretoria e as que vão assumir, eu se estivesse lá, buscaria mais formação para elas e para as aldeias, na educação, saúde e na política. Queremos conquistar vaga nos municípios e na câmara, queremos começar a estimular elas para assumirem, temos mulheres boas. Agora o agronegócio começa a dividir as mulheres, começa a se desentender por isso precisamos entender bem. (Dineva Kayabi, informação verbal).

Além disso, diante de todos esses trabalhos realizados de mobilização, organização e participação das mulheres nos encontros, na regularização dos documentos institucionais, mesmo que cada uma fazendo da sua forma, elas conseguiram realizar, nesses últimos dez anos, muitos debates e reflexões sobre as temáticas previstas no seu estatuto e demandadas pelas mulheres. Porém, a divergência de atuação entre algumas mulheres da direção é um ponto delicado na atual gestão, pois possuem opiniões diferentes e sentem dificuldades de chegar a um consenso ou de respeitar a opinião de cada uma.

Nesse último ano, a Takiná pode acessar alguns modelos de editais do Fundo Casa e Cese que possuíam uma linguagem mais simples e com exigências básicas para atender a demandas da associação e facilitar o processo de prestação de contas, sem infringir as leis nacionais, mas com um formato que possibilite a compreensão e a transmissão dos resultados alcançados.

A Opan, através do trabalho indigenista, apresenta-se como uma intermediadora, facilitando o diálogo intercultural e a compreensão de conteúdos e de ferramentas de gestão organizacional e associativa, buscando contribuir na formação para a elaboração de projetos, na gestão das associações e nos processos de representação política.

Durante as primeiras reuniões, elas tinham dificuldades de se comunicar entre si, não conseguiam expressar o que estavam acontecendo e ficavam irritadas com o processo que era conduzido nas reuniões, tinham dificuldade de ouvir e aceitar a opinião dos assessores não indígenas que são técnicos especializados para ajudar na gestão de suas organizações e projetos.

Em alguns momentos, pode-se observar que elas brigavam muito entre elas, pois uma indígena do povo X traz um conhecimento e a outra do povo Y traz outro e isso gerava motivo de discussões, percebia-se que elas estavam armadas como as próprias guerreiras, como elas são na aldeia. Cabe a elas refletir que uma organização plural não vai refletir um modelo da sociedade X ou Y, mas sim um modelo que abarque todo os povos, o comum disso tudo, elas estão passam por esse processo, houve dissidências com dificuldades internas, rachas, disputas de poder, ocasionando a saída de um dos membros da diretoria, além dos problemas de comunicação e da dimensão geográfica, esses são alguns dos desafios que elas enfrentam.

Com o tempo, essas atitudes foram mudando e hoje elas participam mais, discutem com

mais propriedade os assuntos, interessam-se mais no que os assessores têm para contribuir com o trabalho delas, elas contam com vários atores que contribuem no processo de crescimento institucional.

Para Almeida (2008), a política interna dos grupos indígenas precisa ser respeitada, pois é um alicerce que faz com que cada grupo seja diferenciado.

> A política interna dos grupos indígenas - *a política tradicional* – é um dos alicerces que faz de cada grupo indígena um grupo específico, etnicamente diferenciado. É preciso saber respeitar essas relações e não quebrar regras tradicionais, criando um desequilíbrio social. (ALMEIDA, 2008, p. 127)

Ademais, é importante a reflexão do autor, pois precisamos cuidar das interferências do nosso entendimento enquanto uma sociedade não indígena para uma indígena, as regras são diferenciadas e precisam ser respeitadas para não gerar conflito étnicos e sociais.

Pode-se perceber que, desde 2009 até os dias de hoje, muitas coisas mudaram. No começo, elas tinham poucos projetos para realizar as ações, não tinham o registro da sede em nome delas, não conseguiam atualizar a documentação legal da associação, tinham dificuldade de comunicação com as bases e, ao longo dos anos, isso foi mudando e elas conseguiram apoio para elaboração de projetos, execução de projetos nas comunidades. Isso possibilitou a regularização da documentação e a conseguir uma sede em Cuiabá regularizada e reformada, em 2021, para servir como base do escritório e para a diretoria trabalhar, bem como acesso à internet possibilitando contato com as regionais e recebendo as demandas das bases.

Nesse sentido, isso pode ser traduzido para a Takiná como um modelo de gestão de cada comunidade. Quando elas vão formar uma associação estadual, o modelo de gestão social e político é diferente das suas aldeias, mesmo tendo um estatuto, um regimento e pontos em comum, como elas vão conformar o processo de gestão, deliberação e decisão se cada uma trouxer os modelos de sua comunidade?

Além disso, é ainda um desafio para elas encontrarem um modelo de gestão político e organizacional. Mais do que isso, o desafio é refletir sobre as exigências externas dos financiadores e a forma como suas necessidades, sua compreensão da realidade, seu pensamento crítico frente a essa forma domesticada de administração, vem querer implantar uma outra forma de pensamento e domínio. O importante parece ser o aprendizado que fazem e a construção de adaptações em processos de gestão social e política, de modo que as várias etapas, constituição, consolidação, jurídica, criação do CNPJ, mudança de diretoria, mudança de estatuto, elaboração de projetos, expressam um modelo híbrido e construído por elas.

Nesse contexto, a diretoria da Takiná está num processo de analisar o seu histórico de

atuação e conformação da gestão social, para avaliar o que deu certo, o que deu errado, o que gerou conflito para própria gestão e através deste planejamento estratégico criar um modelo de gestão que seja possível fazer a representação das mulheres do Estado de Mato Grosso.

> É importante que as comunidades e seus associados conversem abertamente sobre os espaços de representação exercidos pela Associação. Algumas comunidades preferem que representações fora da aldeia, representações externas, sejam feitas por caciques e lideranças tradicionais. Em outros momentos, o presidente ou outros representantes da associação podem ter espaço privilegiado de fala, dependendo do tema ou da situação. Não há regra para isso, apenas a comunidade pode decidir quais representantes ocupam os espaços em nome do povo. (SOUZA; FIORINI; FERREIRA, 2020, p. 18)

Além disso, a própria organização social política que vem da comunidade delas têm toda a exigência da jurisprudência não indígenas, como os editais, as contas em banco, a burocracia, as ferramentas de gestão, o acesso aos recursos. O hibridismo cultural, por seu caráter étnico e identitário (SOUZA, 2018, p. 361), elas estão nesse desafio de conformar um estatuto que representem as mulheres, estabelecer um modelo de gestão que comporte tantos os elementos da política indígena, como da política não indígena que a sociedade pede para acessar os editais, recursos e projetos.

Os desafios vivenciados pelas mulheres indígenas na gestão da Takiná se caracterizam pelo complexo número de povos pertencentes a essa organização, hoje com 43 grupos indígenas multiétnico, pela dimensão territorial do Estado de Mato Grosso, as dificuldades de acesso aos territórios pelos custos e distâncias, bem como a dificuldade de comunicação com as aldeias, a maioria não tem acesso à internet e nem à radiofonia.

Em março de 2020, quando a pandemia se alastrou no Mato Grosso, os trabalhos presenciais previstos foram cancelados e adaptados ao contexto. A direção da Takiná iniciou o ano com reuniões de planejamento da diretoria e puderam elaborar três projetos que foram enviados para os financiadores – Cese, Fundo Brasil e Fundo Casa –, com diversas temáticas que irão ajudar no fortalecimento e no protagonismo dessas mulheres. Dessa maneira, as ações desenvolvidas, em 2020, foram as seguintes:

- Levando o trabalho para as bases (apoio durante a pandemia);
- Novas rotinas de trabalho online – trabalho em casa;
- Diálogo com a Seduc (vagas de conselho);
- Apoio para a FEPOIMT;
- CRP – Conselho Estadual de Psicologia MT;
- Apoio da Funai/Opan/Cimi

- Realização de trabalho nas aldeias;
- Conselho da Umiab;
- Elaboraram três projetos em andamento com Cese/Fundo Casa/Opan e Embaixada da Noruega.
- Formações com a Cese e Fundo Casa sobre prestação de contas

3.4. PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DA TAKINÁ

As perspectivas de atuação da Takiná para os próximos anos estão sendo pensadas e refletidas através das discussões realizadas entre as representantes das mulheres indígenas da organização. A Takiná está nesse processo da conformação, de formação técnica e política, para definir um modelo de gestão social, político e organizacional próprio para uma representação regional que é plural.

Além disso, um dos maiores desafios da Takiná é sair da política local para uma política regional, como tornar essa realidade como uma prática, e ser referência do movimento indígena no Estado de Mato Grosso, isso ainda está em processo, pois as mulheres indígenas precisam se enxergar como um todo, um grupo com desafios e propósitos semelhantes.

> A luta do território também é uma coisa muito forte e importante, porque tem várias terras indígenas que estão passando por processos de demarcação aqui dentro de MT, a gente tem trabalhado muito essa questão do território da proteção da preservação, dos direitos indígenas também, pois sem território demarcado não temos nossos direitos assegurados e garantidos (Alessandra Alves de Arruda, informação verbal).

Como diz a Alessandra, sem o território demarcado elas não têm como garantir os direitos previstos na constituição e não teriam condições de realizar os objetivos previstos no estatuto e incidir em políticas públicas para garantir o bem viver das comunidades.

> A questão da formação política é uma coisa bem forte e importante e que a gente acha importante discutir e trabalhar melhor isso, essa formação política das políticas públicas e das políticas partidárias, a gente tem visto que cada ano que passa, cada eleição que tem, tem mais mulheres com intenção de se candidatar, porem tem poucas tem o conhecimento suficiente para concorrer a uma eleição para discutir para propor, então a gente tem trabalhado nessa questão da formação na política. (Alessandra Alves de Arruda, informação verbal).

De acordo com a diretora Alessandra, uma das pautas discutidas com as mulheres indígenas é a formação e inserção das mulheres no contexto das políticas públicas e partidárias. A Takiná tem como perspectiva trabalhar essa formação junto com as mulheres interessadas em fortalecer o protagonismo das mulheres.

No entanto, constata-se que elas vêm discutindo para criar uma modelo gestão mais

agregador que tenha mais poder de articulação ligados às bases e elas estão fazendo isso de uma forma de acessar editais, da Opan e de outras organizações, bem como contando com assessores indigenistas e administradores, são importantes para elas, podemos ver a evolução que teve nesse período.

Além disso, o eixo temático muito discutido e vivenciado, nesse ano de Pandemia, é a questão da soberania alimentar, como relata a diretora da Takiná.

> O que ficou muito forte durante essa Pandemia e nesse meu mandato foi a questão da soberania alimentar e a sustentabilidade desses territórios, fortalecer essa questão de os territórios de poder plantar, de poder colher seus próprios alimentos, sem precisar muito de adquirir coisas na cidade, em tempos de pandemia isso se tornou muito forte e cada povo teve que se organizar e aumentar mais a produção para tentar depender menos da cidade de comprar coisas e depender menos das cestas básicas de doações. (Alessandra Alves de Arruda, informação verbal).

Essa reflexão que a Alessandra relata sobre a questão da sustentabilidade dos territórios é um elemento muito importante para a Takiná trabalhar, pois isso vai garantir a permanência dos indígenas em seus territórios, podendo delimitar e conservar mais a biodiversidade existente, bem como a sustentabilidade e a soberania alimentar sem contar com apoios externos para assistência pontual com cestas básicas, por exemplo.

Figura 13 – Roçado.

Fonte: arquivo Takiná.

No ano 2020, durante o contexto da pandemia do vírus SarsCovid 2, a gestão ficou centralizada em algumas mulheres da diretoria que estavam mais em Cuiabá e com acesso à internet, buscando apoio para ajudar na dificuldade de acesso às cidades e a comunidades, bem como aos itens de higiene pessoal para o combate à epidemia, como máscaras, álcool e sabão e distribuir nas comunidades.

Figura 14 – Entrega de sementes às comunidades.

Fonte: arquivo Takiná.

Sendo assim, desde abril de 2020, a Takiná tem colaborado decisivamente no combate à pandemia nas comunidades indígenas, com orientações e doações de insumos (máscaras, sabão, álcool gel e cestas básicas), bem como com a entrega de sementes às comunidades, conforme a foto acima. Junto aos órgãos responsáveis, como a Funai, a Sesai e os polos base, a organização de mulheres indígenas têm pressionado os governos locais para a atenção diferenciada a essas populações mais vulneráveis e mais distantes dos centros de referência do sistema de saúde.

> Com a instalação da pandemia do COVID 19, o movimento de mulheres tem visado as ações de apoio nesse momento difícil de enfrentamento dessa doença, inclusive recebendo apoio de outros parceiros para orientar e ajudar as mulheres nas suas comunidades (Maria Alice Cupodonepá, informação verbal).

Para 2021, a perspectiva da Takiná, se a pandemia acabar, mesmo com o acesso a vacinas em todas as comunidades, as mulheres preveem a continuidade de suas atividades previstas nos projetos, como palestras, assembleia de eleição encontro anual, reuniões de diretoria, planejamento, articulação com parceiros e governos, formações específicas e visitas presenciais.

Segundo Maria Alice, em entrevista realizada em janeiro de 2021, o movimento de mulheres indígenas de Mato Grosso, vem elaborando um planejamento estratégico para o desenvolvimento de ações que possam estar de acordo com as necessidades das mulheres.

Além disso, iniciaram no final do ano uma reunião para discutir o planejamento estratégico que servirá para elas fazerem um levantamento dos potenciais e dificuldades da organização, para saber definir quais são as metas, objetivos, alcances e pautas em comum de acordo com o estatuto social, justamente para encontrar ferramentas de trabalho técnico de como vão fazer a gestão diante desse arcabouço.

Esse processo do planejamento estratégico está pensado dentro do projeto do Fundo Casa em parceria com a Opan. Através de reuniões online, está sendo elaborado o planejamento estratégico que servirá de norteador para os próximos caminhos a serem percorridos pela organização, independentemente das gestoras que estiverem assumindo a próxima eleição. "Pensar um 'planejamento estratégico' quando se tem um trabalho continuado com uma associação ou uma organização é fugir das demandas imediatas e dar passos mais firmes e continuados, apoiados pelo coletivo" (ALMEIDA, 2008, p. 131).

Para a Takiná, o processo de elaboração do planejamento estratégico está sendo um marco importante para organizar as demandas imediatas e pensar na continuidade do seu plano de trabalho junto com as comunidades. Elas estão trabalhando nesse processo de planejamento estratégico, uma ferramenta que possibilita uma análise do contexto e projeção para o futuro.

A primeira etapa do processo que a Takiná participou foi para elaborar o planejamento estratégico que passou pela reflexão e levantamento da missão e dos valores que são necessários para a etapa de construção desse mecanismo de análise e planejamento.

Quadro 9 – Etapa 1 do planejamento estratégico (missão, visão e valores).

MISSÃO/VISÃO	**VALORES**
Ser um centro de integração das mulheres;	Elevar a autoestima das mulheres;
Promover intercâmbios;	Convivência nas comunidades;
Fortalecimento Cultural;	Mais conhecimento, formação = qualificação continuada dos quadros internos;
Fortalecer as mulheres indígenas e quilombolas (afro indígenas) das bases;	Valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas;
Instituição sem fins lucrativos;	Comprometimento com as atividades;
Promover a capacitação das mulheres (oficinas, palestras, geração de renda);	Fortalecer a identidade da mulher indígena;
Busca da autonomia da mulher;	Autonomia da mulher;
Melhorias na área da saúde;	Manter a integridade física, mental e cultural da mulher indígena.

MISSÃO/VISÃO	VALORES
Defesa dos direitos da mulher indígena;	
Formar um núcleo de apoio para acolhimento das mulheres indígena vítimas de violência formado por mulheres indígenas;	
Assegurar a representação da mulher indígena nos órgãos governamentais e não governamentais;	
Lutar contra a discriminação de gênero, etnia, povo e econômica da mulher indígena;	
Lutar pela defesa da demarcação e proteção dos territórios indígenas conforme a CF de 1988.	

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se observar pelas informações coletadas na pesquisa que a organização as diversidades de visões que elas têm do contexto em que estão inseridas, e que tem como missão desafios importantes para alcançar seu objetivo principal com as mulheres.

Na segunda etapa do processo da elaboração do planejamento estratégico apresentado abaixo, foi possível a reflexão e a construção da matriz SWOT-FOFA que é um momento de identificação das forças, fraquezas e oportunidades e ameaças que a associação tem. Essas ferramentas de gestão facilitam a análise de cenário no qual elas estão e auxiliam na tomada de decisões coletivas para a realização do plano de trabalho.

Quadro 10 **–** Etapa 2 do planejamento estratégico (análise de SWOT-FOFA).

FORÇAS (dentro)	**FRAQUEZAS (dentro)**
Aprendizado/defesa das mulheres/ formações constantes em gestão territorial;	Fragilidade para lidar com o preconceito;
Repassar – multiplicar os conhecimentos – transmissão do que é a Takiná – IDENTIDADE;	Recursos Humanos – mais qualificação e remuneração - RH;
Porta aberta para mulheres para desenvolvimento de trabalhos tanto na comunidade como nos lares;	Fragilidade na comunicação – acesso a ferramentas;
Conhecimento pelo tempo de trabalho junto às mulheres indígenas – experiência;	Envolvimento dos conselhos regionais;
Força – muitas mulheres com formação;	Desânimo das bases – repasse das informações;
Determinação/ União para buscar parcerias;	Distância geográfica dificulta a comunicação e repasses/transparência;
Busca de melhorias constantes;	Fortalecer a gestão organizacional – conhecimentos sobre trâmites;
Participação nos fóruns e espaços de representação (FEPOIMT/UMIAB/FORMAD/REM/SEDUC)	Poucos apoiadores, parceiros;
Encontros promovidos anualmente – fortalece a participação e união das mulheres.	Dificuldades financeiras;
Aumento progressivo do número de associadas – confiança, credibilidade.	Às vezes pensamos em desistir.

OPORTUNIDADES (fora)	AMEAÇAS (fora)
Parcerias e articulações com as instituições governamentais e não governamentais;	Contexto político anti-indígena;
Editais – projetos que podem ser levados para as comunidades;	Criminalização das organizações da sociedade civil;
Capacitação das mulheres – aproveitar os cursos;	Falta de articulação com as organizações civis e de governo;
Trabalhar em harmonia	Não encarar as ameaças como barreiras, aprender a lidar com isso;
Mobilização – movimentos fora.	Governo considera os indígenas incapazes para desenvolver projetos, administração autônoma;
	Ameaça aos territórios indígenas desmatamento, grilagem, incêndios criminosos

Fonte: dados da pesquisa.

Nesse quadro, elas demonstram os pontos fracos e fortes que a organização social enfrenta e os que ela conquistou ao longo desses dez anos de atuação junto com as mulheres indígenas do estado de Mato Grosso. É uma metodologia importante para que elas possam olhar para dentro da sua organização e reconhecer as suas potencialidades e suas fraquezas, bem como buscar formas de melhorar a atuação.

E, por fim, depois da análise das etapas do processo de reflexão e identificação dos potenciais, foi elaborada a visão estratégica que é a etapa que define as metas e as possíveis ações a serem realizadas para atingir os objetivos previstos no estatuto. Essa parte ainda está em fase de elaboração e esse documento deverá ser apresentado e aprovado na próxima assembleia, em setembro de 2021.

Quadro 11 – Etapa 3 do planejamento estratégico (visão estratégica).

METAS	AÇÕES
Fortalecimento organizacional	Realizar formações técnicas, investir em infraestrutura, equipamentos pessoais
Captação de recursos	Realizar um levantamento dos principais doadores
Fortalecer a sustentabilidade econômica da mulher indígena	Realizar cursos de empreendedorismo, curso de gestão financeira, associativismo
Combater a todos os tipos de violência contra a mulher indígena	Realizar palestras, oficinas e seminários
Proteger e defender os territórios indígenas	Elaborar o Plano de gestão territorial e o plano de manejo sustentável
Formação política para as mulheres indígenas	Realizar formação política para as mulheres interessadas
Fortalecer as parcerias e articulações com as demais entidades governamentais e da sociedade civil organizada	Fazer um mapeamento das possíveis instituições parceiras sensível a questões indígenas, fazer uma visita a essas instituições e no intuito de conhecer e buscar apoio
Incidir sobre políticas públicas para mulheres indígenas	Realizar encontros e levar a demanda para as instâncias governamentais

Fonte: dados da pesquisa.

As metas discutidas num dos trabalhos que a associação vem desenvolvendo no ano de 2021, chamado planejamento estratégico, um dos principais desafios para as mulheres é como fortalecer a organização interna, realizar a captação de recursos, a sustentabilidade econômica da mulher indígena, bem como combater a violência contra a mulher, proteger e defender seus territórios, a formação política entre outras metas a serem atingidas nos próximos cinco anos.

No processo de elaboração do planejamento, constata-se que as mulheres estão refletindo e identificando pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades da sua trajetória de atuação no Estado. Isso está possibilitando a elaboração da visão estratégica que apresenta como elas pretendem alcançar, definindo padrões e ações para que possam se enxergar enquanto uma organização unificada com objetivos comuns independente de cada etnia ou cultura regional.

Para Almeida (2008, p. 131), o planejamento, tal como o projeto, deve vir antes da ação. Ele serve para avaliar e preparar a ação, para que ela seja uma 'ação pensada' e controlada, e que depois possamos avaliar seus resultados e eventualmente corrigir as rotas". Por isso, o planejamento estratégico da Takiná está sendo elaborado e pensado antes de iniciar as ações planejadas para 2021 e para a nova gestão que deverá assumir a partir de setembro. Podendo ser alterado no decorrer dos tempos e dos fatores de risco que possam acontecer.

Outrossim, no processo de elaboração, observou-se que houve um engajamento da diretoria e um envolvimento para que elas pudessem aprender as novas ferramentas de gestão que irão facilitar o trabalho interno e externo da organização, pois acreditam ser fundamental para que elas consigam atingir os objetivos esperados para os próximos cinco anos de atuação junto às mulheres no estado de Mato Grosso.

Além disso, o documento está sendo construído e vai contribuir na tomada de decisões e execução dos trabalhos para os próximos anos. Depois dessas etapas de construção, elas estarão realizando o plano de ação para visualizar as ações que deverão ser aplicadas na prática junto com suas associadas e seu público-alvo.

> Nosso planejamento estratégico, nosso plano de trabalho a gente vem tentando construir em cima dessas questões, desses eixos temáticos, a violência contra a mulher, a sustentabilidade dos territórios e a formação política para as mulheres e nessa a luta pelo protagonismo, pois a gente quer ser protagonista dos nossos próprios processos, a gente ter poder de decisão, poder de escolha, conseguir participar de várias instâncias de discussões, vários colegiados, pra a gente poder aprofundar mais esses conhecimentos, tanto das mulheres indígenas que estão na base e ou no contexto urbano, mesmo na cidade elas continuam lutando pelo seu povo e pela sua aldeia. (Alessandra Alves de Arruda, informação verbal).

Nesse sentido, a Takiná precisa pensar numa estratégia de inserção mais regional e não local, como destinar interesses apenas para uns povos e comunidades que se tem mais proximidade ou afinidade, ou que é da mesma etnia da direção atual, elas precisam perceber que estão representando e apoiando 43 etnias no estado, e os recursos que vêm para a associação deveriam ser divididos e distribuídos de acordo com as demandas do coletivo e não do individual. Isso é um problema da sociedade geral, não somente indígena, percebe-se hoje que alguns interesses coletivos, são destinados para algumas classes ou interesses políticos, temos vários exemplos neste contexto político atual. E esse modelo de gestão política muitas vezes se reflete nas comunidades indígenas.

A partir disso, elas vão ressignificar um modelo de gestão social e política da sua própria associação, através da assessoria da Opan, contanto com o apoio dos projetos da Embaixada da Noruega e do Fundo Casa para a realização de oficinas de formação política e de gestão de projetos, possibilitando a elaboração do planejamento estratégico que será uma ferramenta de análise interna e de estratégia para uma atuação política, realizando um processo de plano de ação para as metas estabelecidas em seus estatutos ser realizadas, contando com o apoio de outras organizações locais, estaduais e nacionais indígenas.

No entanto, a Takiná está num momento de confluência, há décadas lutavam por mais representação e uma maior visibilidade de atuação, agora é uma visibilidade que está cada vez mais propiciada pelos meios de comunicação e pelas ONGs, pelas entidades e universidade, a inserção dos indígenas nisso.

Nota-se que elas podem encontrar um modelo próprio para a gestão da Takiná, a partir das ferramentas que estão trabalhando hoje na associação, o primeiro passo foi o diagnóstico participativo da Takiná, depois o processo do planejamento estratégico e, na sequência, irão elaborar o plano de trabalho para os próximos cinco anos de atuação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa somente foi possível de ser realizada pela minha atuação junto às mulheres indígenas, desde 2002, e pela participação como assessora junto à organização das mulheres indígenas Takiná no Estado de Mato Grosso. Mesmo diante da pandemia que se iniciou em 2020 e diante das dificuldades de acesso às informações e da participação em encontros presenciais, eu não desisti de realizar a pesquisa, pois avalio que este trabalho irá contribuir para o processo de fortalecimento das mulheres indígenas.

Os povos indígenas resistem a 520 anos em busca de seus direitos e para sobreviver em seus territórios mesmo que os processos ainda estão para ser demarcados, mas continuam lutando para que os seus direitos sejam atendidos. A colonização trouxe muitos prejuízos para as populações indígenas, pois deixou muitas doenças e causou muitas mortes e em alguns povos causando extermínio de grupos indígenas no Brasil.

A invasão no território brasileiro trouxe muitas consequências às populações indígenas, muitos povos foram retirados de suas terras tradicionais e levados para o Parque do Xingu, durante a Ditadura Militar, movimento provocado por grandes empresários do agronegócio principalmente no Estado de Mato Grosso, para ocupar os territórios e explorar as riquezas existentes.

Desde a Ditadura, os povos lutam contra essas violências, contra o racismo e a discriminação da sua identidade étnica. O movimento indígena no Brasil surge para defender os direitos da população indígena contra todas essas atrocidades acometidas contra os povos originários.

Com isso, o movimento indígena levou como proposta na Assembleia Constituinte, através do Ailton Krenak, em setembro de 1987, uma carta com conteúdo importante para os povos indígenas. A proposta foi aceita e gerou um capítulo VIII, sendo destaque os artigos importantes para as populações, o artigo 231 e o 232, que garantem o uso do território, a cultura, costumes e tradições.

A partir desse período histórico para o movimento indígena, iniciaram-se as mobilizações em todo o território para discutir e demandar a aplicação da lei maior para todos os povos indígenas. A criação do SPI para o apoio aos povos indígenas na luta pela terra, homologando e demarcando territórios, começou a tomar forma. Os povos defendem que através do direito à terra será possível acessar uma melhoria da qualidade de vida de sua população, garantindo saúde e educação diferenciada para os grupos étnicos existentes.

O movimento das mulheres indígenas esteve presente nas mobilizações regionais e nacionais junto com seus companheiros ou familiares, pois sabem da importância de estar apoiando os homens durante os acampamentos nas estradas, na Sesai, na Esplanada dos Ministérios ou em outros locais para reivindicar seus direitos.

A partir desse processo de luta, nascem, nos anos 1980, as organizações indígenas institucionalizadas que buscam acessar recursos e defender os direitos coletivos de uma nação. Algumas associações foram criadas por mulheres, outras por professores, ou mistas, com homens e mulheres, mas com o intuito de captar recursos e ser uma ferramenta política de luta com maior legitimidade.

Essas organizações buscam apoio dos órgãos públicos e organizações não governamentais para gerir as suas próprias organizações de acordo com as exigências dos financiadores e contam com apoio logístico e financeiro para executar os projetos.

Portanto, as associações indígenas são instrumentos político e social de luta de uma classe social com pouca visibilidade no país, pois são alvo de constantes, sendo ameaçadas e discriminadas por parte dos empresários e políticos. Muitas vezes os governantes estão mais interessados nos recursos naturais e minerais que estão dentro dos territórios, pois tem a ver com o interesse do desenvolvimento nacional, do que com a proteção dos territórios indígenas, considerados como anti-indígenas.

Entretanto, as organizações sentem dificuldade de acesso aos editais pela complexidade dos termos e modelos de editais e um dos motivos pode ser o distanciamento da realidade dos financiadores com a realidade cultural das comunidades indígenas na Amazônia Legal. Um dos processos para essa aproximação e entendimento das necessidades das comunidades é através de visitas aos territórios e o levantamento das demandas vivenciadas pelos povos.

Nos últimos anos, as comunidades indígenas vêm sofrendo com a invasão nos seus territórios, com os efeitos causados pelo desmatamento, pelas queimadas criminosas, pela retirada e venda de madeira ilegal, com a mineração em terras indígenas, com o tráfico de drogas dentro dos seus territórios, com a violência contra as mulheres muitas vezes trazidas pelos agentes externos, tudo isso causa a desestruturação da cultura e do modo de vida dessas comunidades que, por muitos anos, ficaram isoladas da civilização para proteger a integridade física e o seu patrimônio cultural e étnico.

A participação nos eventos com o ATL e a Marcha das Mulheres foram momentos que marcam a representação das mulheres indígenas no processo de luta e de incidência para levar propostas para a criação de políticas públicas voltadas à saúde e educação das mulheres

indígenas de forma diferenciada. Elas tinham pouco contato com a língua portuguesa e isso dificultou a sua inserção no mundo dos não indígenas, muito ocupado pelos homens que tinham mais facilidade na oralidade e eram mais resistentes aos combates, mas atualmente as mulheres estão se destacando nos encontros.

A questão do feminismo na organização Takiná identificada através da pesquisa, vê-se que não é uma bandeira definida como na sociedade não indígenas, elas buscam a complementaridade com homens em diversos momentos, na maioria dos casos elas dividem as funções com seus companheiros dentro da comunidade e quando precisam sair para as reuniões e encontros eles ajudam nos deveres de casa e no cuidado dos filhos.

No entanto, para lutar pelos direitos das mulheres e do coletivo para a sua comunidade, a Takiná foi fundada com o objetivo de apoiar as comunidades do Estado de Mato Grosso, hoje está dividida em sete regionais pelo estado com dimensões geográficas extensas e diversidade étnico culturais. A organização busca apoiar as demandas dos povos e comunidades através da realização de encontros, oficinas, entrega de insumos necessários para o plantio, e outros de acordo com a necessidade local.

Desde o início da sua criação, a Takiná organizou e realizou encontros, oficinas e debates para fortalecer o movimento das mulheres no estado, por dois anos as ações ficaram paradas, por diversos motivos, mas a Takiná não desistiu de seguir sua luta. Elas se reuniram através de apoio das instituições parceiras e realizaram a assembleia eletiva, em 2018, que foi uma injeção de ânimo para que as mulheres voltassem à atuação com a energia renovada para, como guerreiras, enfrentarem uma nova gestão. A composição foi pensada em universitárias que residem em Cuiabá e que podem agilizar os processos burocráticos e captar recursos para a instituição cumprir com seus objetivos estatutários.

Durante a trajetória, elas conseguiram trabalhar para recuperar o vigor e a adesão junto às mulheres das comunidades e conseguiram realizar um grande encontro, em 2019, na Aldeia São Domingos que marcou os dez anos de fundação, e juntas decidiram não abandonar a organização e lutar pelos seus direitos e melhoria da qualidade de vida.

A pesquisa demonstrou que as mulheres indígenas da Takiná são de diferentes etnias e níveis de escolaridade, o que mostra sua importância estratégica no estado. A gestão social e política é diferente do ponto de vista de cada etnia e quando assumem uma função na diretoria isso pode criar algum atrito. Elas vêm, ao longo dos últimos dez anos de história, ajustando formas de atuação próprias para identificar aspectos de modelo de gestão da sociedade não indígena que atendam ao modo de organização de seus povos e ajustando diversas ferramentas

para as suas regras visando a manutenção do modo social em que foram criadas.

Dessa forma, as mulheres indígenas estão hoje com um leque da multimilitância na própria associação. As gestoras da Takiná são universitárias, mães, esposas, gestoras da associação, ao mesmo tempo têm uma ligação em alguns partidos políticos, pois elas buscam se inserir na política partidária institucional para ocupação dos cargos públicos. São vários elementos que estão confluindo e elas vão procurando diversificar suas atuações, da participação dos associativismos à participação nos partidos políticos, para encontrar nesse arcabouço da multimilitância, os multipapéis, assim como o modelo de gestão apropriado que incorpore os modelos de gestão político indígena para sua visibilidade e o acesso aos recursos.

A Takiná está passando por um momento de reflexão e compreensão dos modelos de gestão da sociedade não indígenas, dos editais, dos projetos, dos contratos, das compras, das regras fiscais, das notas fiscais, dos relatórios e dos tempos de cada projeto e financiador, diferente da realidade em que estavam inseridas nas comunidades, onde a oralidade foi a ferramenta mais usada para todos os tipos de situações.

O desafio da Takiná, no século XXI, é ressignificar um modelo de gestão social e política particular que possa facilitar a atuação junto aos 43 povos e sete regionais na esfera estadual, bem como interagir com agentes públicos, não governamentais e organizações parceiras, a fim de possibilitar um entendimento e um acesso mais facilitado às ferramentas de gestão administrativa e financeira para gerir seus projetos e ter acesso a políticas públicas voltadas a mulheres indígenas para levar mais qualidade de vida para suas comunidades.

Considera-se que a Takiná, ao longo desses dez anos, percebeu a importância de encontrar um caminho, enquanto uma organização de representação pluriétnica, e conformar uma *terceira via*, de como fazer a gestão da organização, levando em conta os elementos étnicos culturais diferentes para realizar uma gestão que possibilite as incidências políticas no âmbito local, regional e internacional, e também junto às esferas subnacionais e a nacional da federação brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Antônio Hilário. **Currículo e Cultura entre os Bororo de Meruri**. Campo Grande (MS): Editora UCDB, 2001.

AGRONEGÓCIO é responsável por mais de 50% do PIB de MT, diz o Imea. **G1 Mato Grosso**, 15 out. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/maisagromt/noticia/2019/10/15/agronegocio-e-responsavel-por-mais-de-50percent-do-pib-de-mt-diz-imea.ghtml. Acesso em: 20 mar. 2021.

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de (Org). **Guia para formação em gestão de projetos indígenas.** Brasília: Paralelo 15, 2008. 282 p.

ANDRADE, Álvaro; SILVA e BARROS, Maria; KAHN, Marina. **Manual para administração de organizações indígenas**. Brasília: ISA, NORAD e AFINCO, 1998.

ANDRADE, Paulo Marcos Ferreira. O retorno do homem do campo e surgimento do assentamento Antônio Conselheiro-Barra do Bugres Mato Grosso. **Brasil Escola**, 2021. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/brasil/o-retorno-homem-campo-surgimento-assentamento-antonio-conselheiro.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **Os Rikbaktsa**: mudança e tradição. Embu das Artes (SP): Alexa Cultural Manaus (AM): EDUA, 2019.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Representação e participação indígena nos processos de gestão do "campo indigenista": Que democracia? **Revista Anthropológicas**, ano 7, v. 14, n. 1 e 2, p. 35-45, 2003.

BANIWA, Gersem L. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo**. Campo Grande: Tellus, ano 7, n. 12, p. 127-147, abr. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e

da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 51-73, 2011.

CANCIAN, Renato. Feminismo - Movimento surgiu na Revolução Francesa. **Uol Educação**, 8 mar. 2016. Dispnível em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

CONSELHO Indigenista Missionário (CIMI). **Relatório sobre violência contra os povos indígenas no Brasil.** Brasília: CIMI, 2018.

CONSELHO Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) (Org.). **Natyseño**: trajetória, luta e conquista das mulheres indígenas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

CARVALHO, Fabrícia. Colonização do Mato Grosso. **Cola da Web Brasil**, 2019. Disponível em http://www.colaweb.com/geografia-do-brasil/estados-brasileiros/colonizacao-do-mato-grosso. Acesso em: 20 jan.2021.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSFOGUEL, Ramón. Dossiê: decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

COSTA, S.; GIUSTI, D.; BITTENCOURT, J. **Relatório de Atividades 2019-2020**. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: https://imazon.org.br/publicacoes/relatorio-de-atividades-2019-2020-edicao-comemorativa-de-30-anos. Acesso em: 26 abr. 2021.

CRUZ, Teresa Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. **Revista SURES**, n. 9, p. 145-163, 2017.

FUNDAÇÃO Nacional do Índio (FUNAI). **Modalidades de Terras Indígenas**, 2021. Disponível em: http://funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao. Acesso em 20 abr. 2021.

GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres:** um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I. Mulheres indígenas: Poder e Tradição. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 363-372, set. /dez. 2005.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. Economia de Mato Grosso. **Brasil Escola**, 2021. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/economia-mato-grosso.htm. Acesso em: 7 jan. 2021.

FIORINI, Rochele. **Relatórios técnicos consultorias para OPAN**. 2018, 2019 e 2020.

HECK, Egon; NAVARRO, Cristiano. Acampamento Terra Livre. **Cimi**, 2004. Disponível em: https://cimi.org.br/2004/06/21626. Acesso em: 8 fev. 2021.

INSTITUTO Internacional de Educação do Brasil (IIEB). **Primeira assembleia virtual das mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. 6 jan. 2021. Disponível em: https://iieb.org.br/primeira-assembleia-virtual-de-mulheres-indigenas-da-amazonia-brasileira. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mato Grosso**. 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO Socioambiental (ISA). **Xingu**. [s/d]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu. Acesso em: 30 mar. 2021.

LENZI, Tié. O que é o movimento feminista? **Portal Toda Política**, 2018. Disponível em: https://www.todapolitica.com/movimento-feminista. Acesso em 04 abr. 2021.

LIEBGOTT, Roberto. A política indigenista genocida de Bolsonaro deve ser estancada pelo Poder Judiciário! **Portal Desacato**, 2020. Disponível em: http://desacato.info/a-politica-indigenista-genocida-de-bolsonaro-deve-ser-estancada-pelo-poder-judiciario-por-roberto-liebgott. Acesso em 04 abr. 2021.

MACHADO, Zanotta Lia. **Deslocamento de práticas e saberes feministas; Interrogações brasileiras sobre estudos norte-americanos.** Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Mulheres no movimento Indígena**: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. Coletânea de Gênero e Povos Indígenas. Brasília: GIZ; Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012.

MELATTI, Júlio Cesar. **Índios do Brasil**. 3. ed. Brasília: Hucitec, 1980.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOURA, Joana Tereza Vaz. Dinâmicas dos Movimentos Sociais: Reflexões sobre Cultura e Oportunidades Políticas. **Mediações**, v. 23, n. 2, p. 390-411, mai/ago, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena Brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAREDES, Julieta. El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento próprio. **Corpus**, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: http:// journals.openedition.org/corpusarchivos/1835. Acesso em: 20 abr. 2021.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. Editora Ática. São Paulo – SP, 1986.

REINHOLZ, Fabiana; MARKO, Katia. Mulheres indígenas: 520 anos de resistência e luta pela descolonização. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2020/03/20/mulheres-indigenas-520-anos-de-resistencia-e-luta-pela-descolonizacao. Acesso em: 20 ago. 2020.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, ano 7, v. 14, n. 1 e 2, p. 95-110, 2003.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas: o processo organizativo e as demandas de gênero. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena**: possibilidade e desafios para políticas públicas. Rio de Janeiro: Contracapa; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. p. 141- 161.

SACCHI, Ângela. Violências, Direitos e Etnicidade: diálogos de gênero no universo indígena. Reunião Brasileira de Antropologia, 29, 2014. **Anais [...]**. Natal: RBA, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-72.

SANTOS, Fabiane Vicente. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. **Revista EDUC Amazônia** - Educação Sociedade e Meio Ambiente, ano 5, v. VIII, p. 94-104, 2012.

SILVA, Márcio. Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevoo. **Ponto Urbe**, v. 7, 2010. DOI: 10.4000/pontourbe.1650.

SOUZA, Catiúscia Custódio. **O movimento Indígena e a luta por emancipação.** Curitiba: PPRIS editora, 2018.

SOUZA, Catiúscia Custódio de; FIORINI, Rochele; FERREIRA, Rodrigo. **Elos associativos**: gestão, participação e representação. Cuiabá, MT: Operação Amazônia Nativa (OPAN), 2021. Disponível em: https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2021/04/elosAssociativos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, Catiúscia Custódio de; FERREIRA, Rodrigo. **Waatakakje'y**: material de apoio de formação em gestão territorial indígena. Cuiabá: OPAN, 2020. Disponível em: https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Waatakakjey-miolo-duplo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOUZA, Meiryzangela Francisco; BAZI, Vanessa. A Organização social dos índios brasileiros. **Webartigos**, 2013. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-organizacao-social-dos-indios-brasileiros/116790/. Acesso em: 20 mar. 2021.

STRABELI, José. **Gestão de associações no dia-a-dia**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

VIERTLER, Renate B. **Alguns aspectos de sua organização social.** São Paulo, Ed. EDUSP, 1978.

XANON, Boaventura Walua. Nossa história. In: POVO Xavante de Marãiwatsédé. **Plano de Gestão da Terra Indígena Marãiwatsédé**. Mato Grosso: OPAN, 2016. Disponível em: http://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2019/04/PGTA-MARAWATSEDE.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.